

SIAFI - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO FINANCEIRA
L.40009.AN ROL DE RESPONSAVEIS EMISSAO: 23/02/2011
ORGAO : 22000 - MINIST. DA AGRICUL., PECUARIA E ABASTECIMENTO PAGINA : 001
UG : 130100 - SUPERINT.FED.DE AGRIC.,PEC.E ABASTECIMENTO/AP REF. : 2010
GESTAO : 00001 - TESOURO NACIONAL

=====

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE : ORDENADOR DE DESPESAS
SEQ: 001 - TIPO: TITULAR
AGENTE : 087.480.202-49 - RUY SANTOS CARVALHO
E-MAIL : RUY.CARVALHO@AGRICULTURA.GOV.BR
ENDERECO : RUA TIRADENTES, 469 - CENTRO - MACAPÁ
MUNICIPIO : 605 - MACAPA UF: AP CEP: 68900-000
CARGO : SUPERINTENDENTE F. AGRICULTURA
DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO PERIODO(S) GESTAO
08/Mai/2009 PORT. 326 01/Jan/2010 A 31/Dez/2010
PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO
11/Mai/2009

SEQ: 001 - TIPO: SUBSTITUTO
AGENTE : 388.588.272-87 - LUIZ CARLOS PINHEIRO BORGES
E-MAIL :
ENDERECO : RUA TIRADENTES 469
MUNICIPIO : 605 - MACAPA UF: AP CEP: 68900-000
CARGO : ORDENADOR DE DESPESA SUBSTITUTO
DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO PERIODO(S) GESTAO
21/Fev/2008 PORT. 116/08 01/Jan/2010 A 31/Dez/2010
PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO
22/Fev/2008

=====

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE : RESP PELA CONFORMIDADE DE REGISTRO DE GESTAO
SEQ: 001 - TIPO: TITULAR
AGENTE : 163.917.212-20 - MARIA ELITA OLIVEIRA DA SILVA CARDOSO
E-MAIL :
ENDERECO : RUA GUARI 35-A CASA BROTA
MUNICIPIO : 605 - MACAPA UF: AP CEP: 68900-000
CARGO : AGENTE ADMINISTRATIVO
DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO PERIODO(S) GESTAO
19/Mai/2004 PORT.044/04 01/Jan/2010 A 31/Dez/2010
PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO

SEQ: 001 - TIPO: SUBSTITUTO
AGENTE : 066.878.652-34 - EULINA GOMES DOS SANTOS
E-MAIL : EULINA.SANTOS@AGRICULTURA.GOV.BR
ENDERECO : RUA. TIRADENTE, 469 - CENTRO.
MUNICIPIO : 605 - MACAPA UF: AP CEP: 68900-000
CARGO : RESP.SUBSTITUTA DA CONFORMIDADE DE REG. GEST.
DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO PERIODO(S) GESTAO
16/Jun/2009 PORT.104/09 01/Jan/2010 A 31/Dez/2010
PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO

=====

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE : RESPONSVEL PELOS ATOS DE GESTAO FINANCEIRA
SEQ: 001 - TIPO: TITULAR
AGENTE : 097.742.382-49 - MARIA VALCIRENE PANTALEAO BARBOSA
E-MAIL : VALCIRENE.BARBOSA@AGRICULTURA.GOV.BR
ENDERECO : DFA-AP
MUNICIPIO : 605 - MACAPA UF: AP CEP: 68900-000
CARGO : GESTOR ORCAMENTARIO E FINANCEIRO

=====Continua...

SIAFI - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO FINANCEIRA
L.40009.AN ROL DE RESPONSAVEIS EMISSAO: 23/02/2011
ORGAO : 22000 - MINIST. DA AGRICUL., PECUARIA E ABASTECIMENTO PAGINA : 002
UG : 130100 - SUPERINT.FED.DE AGRIC.,PEC.E ABASTECIMENTO/AP REF. : 2010
GESTAO : 00001 - TESOIRO NACIONAL

Continuacao...=====

DESIGNACAO	DOCUMENTO	EXONERACAO	DOCUMENTO	PERIODO(S) GESTAO
12/Ago/2009	PORT. 124			01/Jan/2010 A 31/Dez/2010
PUBLICACAO DESIGNACAO		PUBLICACAO EXONERACAO		
14/Ago/2009				

SEQ: 001 - TIPO: SUBSTITUTO

AGENTE : 188.511.002-25 - IVANILZE VASCONCELOS GURJAO

E-MAIL : IVANILZE.GURJAO@AGRICULTURA.GOV.BR

ENDERECO : RUA TIRADENTES 469

MUNICIPIO : 605 - MACAPA UF: AP CEP: 68900-000

CARGO : CHEFE DO SETOR FINANCEIRO SUBSTITUTO

DESIGNACAO	DOCUMENTO	EXONERACAO	DOCUMENTO	PERIODO(S) GESTAO
04/Ago/2009	PORT. 121			01/Jan/2010 A 31/Dez/2010
PUBLICACAO DESIGNACAO		PUBLICACAO EXONERACAO		
04/Ago/2009				

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE : RESPONSVEL PELA CONFORMIDADE CONTABIL

SEQ: 001 - TIPO: TITULAR

AGENTE : 135.037.821-68 - ALBERTO JERONIMO PEREIRA

E-MAIL : ALBERTO.JERONIMO@AGRICULTURA.GOV.BR

ENDERECO : QBR 02 BLOCO O APTO 11 - RESIDEN-CIAL STOS DUMONT- STA. MARIA

MUNICIPIO : 9701 - BRASILIA UF: DF CEP: 72593-010

CARGO : COORDENADOR DE CONTABILIDADE

DESIGNACAO	DOCUMENTO	EXONERACAO	DOCUMENTO	PERIODO(S) GESTAO
12/Mai/2008	PORTARIA 419			01/Jan/2010 A 31/Dez/2010
PUBLICACAO DESIGNACAO		PUBLICACAO EXONERACAO		
12/Mai/2008				

SEQ: 001 - TIPO: SUBSTITUTO

AGENTE : 247.944.571-20 - MARIA DE FATIMA ALVARES ARAUJO

E-MAIL : MARIA.ALVARES@AGRICULTURA.GOV.BR

ENDERECO : QUADRA 05 CONJUNTO D CASA 08 SOBRADINHO

MUNICIPIO : 9701 - BRASILIA UF: DF CEP: 73030-050

CARGO : COORDENADORA DE CONTABILIDADE SUBSTITUTA

DESIGNACAO	DOCUMENTO	EXONERACAO	DOCUMENTO	PERIODO(S) GESTAO
09/Jun/2008	PORTARIA 528			01/Jan/2010 A 31/Dez/2010
PUBLICACAO DESIGNACAO		PUBLICACAO EXONERACAO		
09/Jun/2008				

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE : RESPONSVEL PELO ALMOXARIFADO-BENS DE ESTOQUE

SEQ: 001 - TIPO: TITULAR

AGENTE : 126.566.402-10 - EDINAMAR DIAS DE ARAUJO

E-MAIL :

ENDERECO : TRAV. MANOEL JOSE DOS SANTOS, 604NOVO BURITIZAL

MUNICIPIO : 605 - MACAPA UF: AP CEP: 68908-000

CARGO : ENCARREGADO ALM./MAT. ESTOQUE - TITULAR

DESIGNACAO	DOCUMENTO	EXONERACAO	DOCUMENTO	PERIODO(S) GESTAO
13/Jun/2003	PORTARIA 023			01/Jan/2010 A 31/Dez/2010
PUBLICACAO DESIGNACAO		PUBLICACAO EXONERACAO		

SEQ: 001 - TIPO: SUBSTITUTO

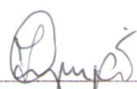
AGENTE : 208.709.062-91 - ODALEIA SANTOS DA CUNHA

=====Continua...

IAFI - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO FINANCEIRA
.40009.AN ROL DE RESPONSAVEIS EMISSAO: 23/02/2011
RGAO : 22000 - MINIST. DA AGRICUL., PECUARIA E ABASTECIMENTO PAGINA : 003
G : 130100 - SUPERINT.FED.DE AGRIC.,PEC.E ABASTECIMENTO/AP REF. : 2010
ESTAO : 00001 - TESOURO NACIONAL
ontinuacao...=====

-MAIL : ODALEIA.CUNHA@AGRICULTURA.GOV.BR	
NDERECO : RUA TIRADENTES, 469 - MACAPÁ	
UNICIPIO : 605 - MACAPÁ	UF: AP CEP: 68900-000
ARGO : CHEFE SUBSTITUTA DO SMP/SFA/AP	
ESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO	PERIODO(S) GESTAO
2/Dez/2008 PORT. 149/08	01/Jan/2010 A 31/Dez/2010
UBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO	
2/Dez/2008	

=====


Ivanilze Vasconcelos Gurgão
Chefe Substituta SAOF
ENCARREGADO DO SETOR


Ruy Santos Carvalho
Superintendente de SFA/AP
Pernambuco, 23 de Maio de 2011
DIRIGENTE DA UNIDADE

ENVIADO EM 18/04/2011



Relatório de Gestão do Exercício de 2010

SFA/AP

Macapá, Março 2010



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

PRESIDENTE: DILMA VANA ROUSSEFF

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

MINISTRO: WAGNER GONÇALVES ROSSI

SECRETARIA EXECUTIVA

SECRETÁRIO: JOSÉ GERALDO FONTELLES

SECRETARIA DE POLÍTICA AGRÍCOLA

SECRETÁRIO: EDÍLSON GUIMARÃES

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E COOPERATIVISMO

SECRETÁRIO: MÁRCIO ANTONIO PORTO CARRERO

SECRETARIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA

SECRETÁRIO: FRANCISCO SÉRGIO FERREIRA JARDIM

SECRETARIA DE PRODUÇÃO E AGROENERGIA - SPAE/MAPA

SECRETÁRIO: MANOEL VICENTE FERNANDES BERTONE

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA NO AMAPÁ–SFA/AP

SUPERINTENDENTE: RUY SANTOS CARVALHO



COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO DO GESTOR

EXERCÍCIO 2010

Portaria nº 002/2011-SFA/AP

1. WALDIR GARCIA DE OLIVEIRA - Presidente
2. RUBILAR DA ROCHA PORTAL- Membro
3. ADRIANO BENÍCIO VALADARES - Membro
4. RENATO DA ROCHA PORTAL - Membro
5. LUIZ LOPES LACERDA- Membro
6. ADELSON ALFONSO CARNEIRO FERNANDES - Membro
7. LUIZ CARLOS PINHEIRO BORGES - Membro



SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA DO AMAPÁ

MISSÃO:

Promover o Desenvolvimento Sustentável, e a Competitividade do Agronegócio em benefício da sociedade amapaense.

APRESENTAÇÃO

A Superintendência Federal de Agricultura no Amapá – SFA/AP, representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA na busca de contribuir na execução da missão ministerial em sua jurisdição, implementou atividades que na forma de ações programáticas ou de planos internos, contemplaram prioridades para atender ações consagradas no âmbito nacional; para atender situações diferenciadas pelas tipicidades amazônicas, especialmente quando da agregação de valores em produtos regionais; para auxiliar na conservação dos padrões zoofitossanitários inclusive de zonas ou regiões onde a agropecuária tem maior importância econômica; para manter e ampliar as relações comerciais do agronegócio, notadamente no nível internacional, assim como para auxiliar na estruturação da produção agropecuária através da formalização de convênios e contratos de repasses financeiros a partir de emendas parlamentares.

Fiscalização em insumos, produtos, unidades industriais e prestadores de serviços agropecuários; inspeção nos processos de transformação de produtos de origem animal e vegetal; monitoramento e combate a focos de praga quarentenária (tipo A2); prevenção e combate de zoonoses e de outras doenças dos animais, especialmente daquelas que possam motivar barreiras sanitárias; vigilância do trânsito de matérias primas e produtos diversos, além do apoio aos projetos de desenvolvimento do setor agropecuário, aos quais compuseram a pauta das atividades executadas pela SFA/AP durante o exercício de 2010.

A conformidade de insumos, de produtos e de unidades agroindustriais; a regularidade das prestadoras de serviços agropecuários; a oferta de produtos alimentícios industrializados/processados atendendo exigências de segurança dos alimentos: produto açaí, polpas de frutas diversas e pescados; manutenção das características quarentenárias da mosca-da-carambola possibilitando sua erradicação do território brasileiro; a mudança de status do Amapá em relação à febre aftosa no cenário nacional e a realização de obras de infraestrutura agropecuária aquisição de máquinas e implementos listados como os resultados mais significativos do esforço despendido no exercício 2010.

Por outro lado, o exercício de 2010 foi considerado atípico para a SFA/AP. A publicação da Portaria 428 de 09.06.2010 – MAPA que aprovou o mais recente Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, dentre outros, alterou a estrutura na área técnica das chamadas “Superintendências Menores” através da supressão de alguns de seus cargos e, para todas, estabeleceu ambientes específicos para a área animal e para a área vegetal além de manter-lhes todas as atividades que vinham em execução na estrutura anterior. A operacionalização ainda sofre reflexos da necessária adaptação imposta pela nova ordenação. Durante 2010, a SFA/AP experimentou a realização simultânea de duas campanhas de sanidade agropecuária: uma delas comportou o monitoramento e o combate aos focos da mosca-da-carambola e outra a efetivação da II Operação Agulha Oficial que tratou das vacinações contra febre aftosa e contra peste suína clássica. Completando as características diferenciadas do exercício, registra-se a realização das eleições gerais do país, nas quais a Superintendência participou destinando parte de sua estrutura de transportes às autoridades responsáveis pela condução de tais procedimentos.

Diante disso, a obtenção de parcerias foi fato decisivo ao alcance dos resultados aqui expressos, pois, por si só, a estruturação da SFA/AP não seria suficiente para atender todas essas demandas.

SUMÁRIO

1. Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual	11
2. Objetivos e metas institucionais e/ou programáticos	12
2.1 Responsabilidades Institucionais da Unidade	12
2.2. Estratégia de atuação frente a responsabilidades institucionais	12
2.3. Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ	13
2.3.1. Execução dos Programas de Governo sob responsabilidade da UJ	13
2.3.1. 1. Programa, Segurança da Sanidade na Agropecuária - 0357	13
2.3.1.1.1. Ação: Erradicação da mosca-da-carambola- ERRADMOSCA- 4738	14
2.3.2.1. Execução física das ações realizadas pela UJ	15
2.3.1.2. Programa de Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários – 0375	26
2.3.2.1 Execução física das ações realizadas pela UJ	29
2.3.1.3. Programa de Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários - 0375	32
2.3.3.1. Execução física das ações realizadas pela UJ	33
2.3.1.4. Programa A Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas – 0356	34
2.3.4.1. Execução física das ações realizadas pela UJ	36
2.3.1.5. Programa A Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas – 0356	36
2.3.5.1. Execução física das ações realizadas pela UJ	38
2.3.1.6. Programa de Segurança da Sanidade na Agropecuária - 0357	39
2.3.1.6.1. Execução física das ações realizadas pela UJ	44
2.3.1.7. Programa de Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários - 0375	49
2.3.1.7.1. Execução física das ações realizadas pela UJ	51
2.3.1.8. Programa, A Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas – 0356	52
2.3.1.8.1. Execução física das ações realizadas pela UJ	52
a. AÇÃO 4842 - FEBREAFTOSA	55
b. AÇÃO 8658 - PCEANIMAL	57
c. AÇÃO 2139 - VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO-VIGIZOO	59
d. AÇÃO 8938 - INSPANIMAL	60
e. AÇÃO 2124 - FISCINAN	62
f. AÇÃO 2140 - FISPROVET	63
2.3.1.9. Programa, Serviço de Gestão da Vigilância Agropecuária -VIGIAGRO	65
2.3.1.9.1. Execução física das ações realizadas pela UJ	68
a. AÇÃO 2180 - FISCPLANTA	68
b. AÇÃO 2180 - FISCANIMAL	70
2.4. Desempenho Orçamentário e financeiro	71
2.4.1. Programação Orçamentária da Despesa	71
2.4.1.1. Programação de Despesa Corrente	71
2.4.1.2. Programação de Despesa de Capital	71
2.4.1.3. Quadro Resumo da Programação de Despesas	72
2.4.1.4. Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa	72
2.4.2. Execução Orçamentária da Despesa	74
2.4.2.1. Execução Orçamentária de Crédito Originário da UJ	74
2.4.2.2. Execução Orçamentária de Crédito Recebidos pela UJ por Movimentação	75
2.4.2.3. Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação	75
5. Informações sobre Recursos Humanos da Unidade contemplando as seguintes perspectivas	78
5.1. Quadro A.5.1 de Servidores Ativos	78

5.2. Quadro A.5.2 de Recursos Humanos por Faixa Etária	79
5.3. Quadro A.5.3 de Recursos Humanos por Nível de Escolaridade	80
5.4. Quadro A.5.4 de Servidores Inativos e Pensionistas	81
6. Informações Sobre Transferências Efetuadas no Exercício	86
6.1. Transferências Efetuadas no Exercício	86
6.1.1. Quantidade de Transferências Celebradas e Valores Repassados nos três últimos exercícios	88
6.1.2. Informações sobre o conjunto de instrumentos de transferência que vigoram no exercício de 2011 e seguintes.	89
6.1.3. Informações sobre a Prestação de Contas relativas aos Convênios e Contratos de Repasse	89
6.1.4. Informações sobre análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de repasse	90
7. Declaração da área responsável atestando que as informações referentes a contratos e convênios ou outros instrumentos congêneres estão disponíveis e atualizadas, respectivamente no SIASG e SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei 12.309/2010.	92
8. Informações sobre cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730/93, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas.	93
9. Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da UJ, contemplando aspectos	95
9.1. Estrutura de controles internos da UJ	95
10. Informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, materiais de tecnologia da informação (TI) e na contratação de serviços ou obras, tendo como referência IN nº 1/2010 e Portaria nº 2/2010, ambas da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e informações relacionadas à separação de resíduos recicláveis descartados em conformidade com o Decreto nº 5.940/2006	96
10.1. Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	96
11. Informações sobre a Gestão do Patrimônio Imobiliário da UJ classificado como “bens de uso especial” de propriedade da União ou locados de terceiros.	97
11.1 Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial	97
12. Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ, contemplando os seguintes aspectos: planejamento; recursos humanos; segurança da informação; desenvolvimento e produção de sistemas; e contratação e gestão de bens e serviços de TI.	100
12.1 Gestão de Tecnologia da Informação (TI)	100
13. Informações sobre atualização de cartão de pagamento do governo federal, observando-se as disposições dos Decretos nºs 5.355/2005 e 6.370/2008.	101
14. Informações sobre as renúncias Tributárias sob a gestão da UJ, bem como sobre as fiscalizações realizadas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil voltadas para a averiguação da regularidade das renúncias de receitas tributárias.	101
14.1 Renúncias Tributárias sob Gestão da UJ	101
15. Informações sobre as providências adotadas para atender às deliberações exaradas em acórdãos do TCU ou em relatórios de auditoria do órgão de controle interno que fiscaliza a unidade jurisdicionada ou as justificativas para o seu não cumprimento	104
16. Informações sobre o tratamento das recomendações realizadas pela unidade de controle interno, caso exista na estrutura do órgão, apresentando as justificativas para os casos de não acatamento.	107
17. PARTE B – INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO	109
Declaração do contador responsável pela unidade jurisdicionada atestando que os demonstrativos contábeis (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial).	109

1. INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE A GESTÃO

1.1. Relatório de Gestão Individual

Quadro A.1.1 – IDENTIFICAÇÃO DA UJ-RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento			Código SIORG: 000014
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Superintendência Federal de Agricultura do Estado do Amapá			
Denominação abreviada: SFA/AP			
Código SIORG: 02799	Código LOA: Não se aplica		Código SIAFI: 130100
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público			
Principal Atividade: Regulamentação e fiscalização das questões econômicas na agricultura, federal, estadual e municipal			Código CNAE: 8413-2
Telefones/Fax de contato:	(096) 3223-3075	(096) 3222-4467	
Endereço eletrônico: gab-ap@agricultura.gov.br			
Página da Internet: http://www.agricultura.gov.br			
Endereço Postal: Rua Tiradentes, 469, Centro- CEP: 68906-380 Macapá – Amapá.			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Portaria nº 300-MAPA, de 16 de junho de 2005 – cria o regimento interno das Superintendências Federais de Agricultura nos Estados, esta revogada pela Portaria de nº 428, de 09 de junho de 2010, estabelece nova ordenação estrutural administrativa.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Não se Aplica			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Não se Aplica			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
Não se Aplica	Não se Aplica		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
Não se Aplica	Não se Aplica		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
Não se Aplica		Não se Aplica	

2 – Objetivos e Metas Institucionais e/ou Programáticas

2.1- Responsabilidades institucionais da unidade:

I. Competência Institucional

Prestar em âmbito Estadual os serviços de Defesa Agropecuária e Desenvolvimento Rural, através do fomento, fiscalização, classificação, produção, comercialização e inspeção de produtos e subprodutos de origem animal e vegetal, garantindo assim a qualidade e a segurança alimentar aos consumidores;

Proporcionar um nível de desempenho ou de melhoria requerido na consecução dos objetivos estratégicos institucionais, medida segundo o indicador de desempenho ao qual esta associada a este relatório.

Assim sendo, as atribuições pertinentes a nossa organização, se originam em cumprimento das regras definidas pelas exigências zoofitossanitárias, nos padrões de qualidade dos produtos agropecuários, na profilaxia e no controle de pragas e doenças dos animais e plantas, na garantia de produtos saudáveis aos consumidores e elevação do nível de vida da população humana e respeito ao meio ambiente, ratificada pela Portaria nº 300-MAPA, de 16 de junho de 2005 – Cria o regimento interno das Superintendências Federais de Agricultura nos Estados, esta revogada pela Portaria de nº 428, de 09 de junho de 2010, estabelece nova ordenação estrutural administrativa.

II. Objetivos Estratégicos

A Competência Institucional da Superintendência Federal de Agricultura do Amapá – SFA/AP/MAPA, unidade descentralizada diretamente ligada ao Ministério de Agricultura, pecuária e abastecimento, têm como finalidade a execução de serviços de defesa, inspeção, fiscalização e fomento, além da elaboração e celebração de convênios com o governo do estado, prefeituras, cooperativas agropecuárias, dentre outros, com a finalidade de executar projetos de infra-estrutura rural e desenvolvimento agropecuário.

A referida unidade vem através deste relatório, apresentar as informações referentes ao exercício de suas atividades em seus diversos setores durante o ano de 2010 e demonstrar de forma clara, a devida aplicação dos recursos a ela destinados.

Em relação aos objetivos estratégicos, a SFA/AP/MAPA, formula e executa políticas para o desenvolvimento do agronegócio, integrando aspectos mercadológicos, tecnológicos, científicos, organizacionais e ambientais, para atendimento dos consumidores brasileiros e do mercado internacional. A atuação da SFA/AP baseia-se na busca de sanidade animal e vegetal, da organização da cadeia produtiva do agronegócio, da modernização da política agrícola, do incentivo às exportações, do uso sustentável dos recursos naturais e do bem-estar social.

A infra-estrutura básica da SFA/AP/MAPA é formada pelas áreas de política agrícola (produção, comercialização, abastecimento, armazenagem e indicadores de preços mínimos), produção e fomento agropecuário; mercado, comercialização e abastecimento agropecuário; informação agrícola, defesa sanitária (animal e vegetal); fiscalização dos insumos agropecuários; classificação e inspeção de produtos de origem animal e vegetal; pesquisa tecnológica, agrometeorologia, cooperativismo e associativismo rural; eletrificação rural; assistência técnica e extensão rural.

III. Análise do plano de ação da unidade referente ao exercício que se refere o relatório de gestão.

No que diz respeito às atividades executadas pela área técnica desta Superintendência, mais precisamente da área de defesa vegetal podemos destacar as ações de cunho permanentes de combate e controle de pragas, como a mosca da carambola, no qual temos obtido resultados satisfatórios de controle e redução da mesma. Na área de inspeção animal e vegetal foram realizadas fiscalizações e inspeções higiênico-sanitárias dos respectivos produtos, assim, garantindo ao consumidor, uma boa qualidade dos mesmos.

Ainda, no ano de 2010 a SFA/AP/MAPA, realizou ações voltadas na área animal com início da operação no mês de outubro, operação esta denominada “Agulha Oficial” cujo propósito fundamental é atribuir condições sanitárias satisfatória, sobretudo ao Estado do Amapá que se encontra como parte da meta de erradicação das doenças no Brasil, as ações foram coordenados pelo SEDESA/DT/SFA/AP. A partir de 09 de junho de 2010, o mesmo passou a receber a denominação, SIFISV-Serviço de Sanidade, Inspeção e Fiscalização Vegetal e também SIFISA-Serviço de Saúde, Inspeção e Fiscalização Animal, tomando como base legal a Portaria nº 428/2010, que a partir de então norteia as diretrizes interno das Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento- SFAs. A operação que foi desencadeada no Estado do Amapá através do SIFISA, teve como foco principal a vacinação contra a febre aftosa e contra a peste suína, além de ações como cadastramento das propriedades e sorologia para análise laboratorial.

Em outros setores como, por exemplo: o núcleo de educação sanitária que realizou ações de orientações, prevenções e conscientização dos produtores, em vários municípios do Estado do Amapá, trabalho este realizado não só nos municípios, mas principalmente em áreas de grande fluxo populacional e locais estratégicos como aeroportos, terminais rodoviários e hidroviários, entre outros, assim como na participação da instituição na Expo-feiras Agropecuárias do Estado.

Devemos lembrar também a ativa participação dos servidores da SFA/AP em diversos eventos ocorridos durante o ano de 2010, como a participação em reuniões, cursos de capacitação, conferências, dentre outros.

Assim, acreditamos que apesar da escassez de recursos para a execução de alguns projetos, a SFA/AP conseguiu de forma satisfatória, executar suas atividades programadas para esse ano, o que foi possível graças à determinação de nossos servidores no desempenho de suas funções profissionais.

2.3 - Programas de Governo sob a responsabilidade da unidade:

I. Execução dos Programas sob a responsabilidade da UJ.

2.3.1.1 – PROGRAMA: SEGURANÇA DA SANIDADE NA AGROPECUÁRIA – Cód. 0357

TIPO	ATIVIDADE
Objetivo	Elevar o acesso brasileiro ao mercado internacional de frutas, por meio da erradicação da mosca <i>Bactrocera carambolae</i> e dar garantia de sanidade vegetal em todo território nacional
Descrição	Monitoramento, combate, fiscalização fitossanitária, técnica em unidades federativas infectadas, contíguas ou próximas, consideradas de risco moderado a elevado, e monitoramento nos pontos de fronteiras e ingressos nas demais unidades, classificadas como de baixo risco de surgimento de foco da praga; revisão dos instrumentos normativos e celebração de acordos de cooperação técnica internacional.

Indicador	Nº de Municípios com incidência da Praga "Mosca-da-Carambola"
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Sanidade Vegetal- DSV/SDA
Unidades Executoras	SIFISV/DT
Área responsável por gerenciamento ou execução	Departamento de Sanidade Vegetal-DSV/SDA
Coordenador Nacional da Ação	Dr ^a Maria Júlia Signoretty Godoy
Responsável pela execução da ação no nível local	Carlos Alberto Pereira de Carvalho

Fonte: SIFISV-SFA/AP-2010

2.3.1.1.1 – AÇÃO 4738: ERRADICAÇÃO DA MOSCA-DA-CARAMBOLA – ERRADMOSCA

• **Objetivo Geral**

Tem como proposta minimizar o risco da introdução e disseminação de pragas e doenças que afetam a produção agropecuária, atendendo as exigências de padrões fitossanitários dos mercados internos e externos.

• **Objetivos estratégicos**

- Garantir a segurança dos alimentos com custos competitivos, por meio da adequação do modelo de Defesa Agropecuária à dinâmica do setor e às regras internacionais; do aperfeiçoamento dos mecanismos de prevenção, erradicação e controle de pragas e doenças; e da ampliação dos instrumentos de fiscalização e auditoria dos processos de produção de alimento e;
- Desenvolver e ampliar ações de educação sanitária para produtores e consumidores.

• **Histórico**

A Mosca-da-Carambola é uma das espécies de Moscas-das-Frutas de elevada importância econômica, portanto prejudicial à fruticultura mundial. Ataca várias espécies frutíferas tais como: carambola, manga, caju, laranja, acerola, tangerina, jambo vermelho, etc. É originária do sul da Ásia e foi introduzida no continente americano através do Suriname em meados de 1975. No ano de 1989 foi detectada na Guiana Francesa de onde se dispersou para o município de Oiapoque no Estado do Amapá (Brasil) em 1996. Por meio do decreto presidencial nº 2.226, de 19 de maio de 1997, a região compreendida pelo município do Oiapoque e circunvizinhanças no Estado do Amapá foi considerada pelo Ministério da Agricultura como área de emergência fitossanitária, onde ao longo dos últimos catorze anos, a praga vêm sendo detectada e combatida, embora seus focos possam ser detectados principalmente em áreas urbanas de vários municípios amapaenses.

Em janeiro de 2007, focos de *Bactrocera carambolae* foram registrados no município de Laranjal do Jari no Estado do Amapá. Em fevereiro de 2007, a praga transpôs a divisa e ofereceu registros de ocorrência no Distrito de Monte Dourado- município de Almeirim no Estado do Pará. Porém, em abril de 2008, toda a região atingida foi declarada como “área livre”, como resultado das ações técnicas intensivas aplicadas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, através do Departamento de Sanidade Vegetal – DSV, das Superintendências do Amapá e Pará e das parcerias com outras instituições que atuaram na execução do Programa.

A contenção da Mosca-da-Carambola no território amapaense propiciará menores dificuldades para seu combate; manterá seu caráter quarentenário e com isto, as possibilidades de

sua erradicação, tudo como forma de manter a fruticultura nacional afastada dos riscos de elevadas perdas, caso a praga alcance as regiões Nordeste, Sudeste e Sul e venha causar, por seu combate, elevação nos custos de produção, impactos ambientais e queda nas exportações de frutos “in natura”.

2.3.2 – Execução Física das Ações Realizadas pela UJ

Plano de Trabalho de Erradicação da Mosca-da-Carambola no Sul do Estado do Amapá - 2010

1- Implementação do Plano:

A Mosca-da-Carambola (MC) foi detectada no Brasil em 1996 no município de Oiapoque e no município de Santana em 2000. Época em que a praga se expandiu para diversas localidades da região Sul do Estado do Amapá.

A população aumentou gradativamente, sendo encontrados focos, com alta prevalência, praticamente em toda a área urbana dos municípios de Macapá e de Santana, seus focos.

Em 2010 foram combatidos focos em Macapá, Santana, Mazagão, Ferreira Gomes, Oiapoque, Calçoene, Pracuúba, Pedra Branca, Cutias, Porto Grande, Pacuí, Itaúbal e Cutias. Tecnicamente, considera-se foco a detecção de apenas “um espécimen” de *Bactrocera Carambolae* na área monitorada, condição que resulta na implementação de um Plano Emergencial, em tempo máximo de até 48 horas.

Dado intenso tráfego de embarcações do Porto de Santana para o baixo e médio Amazonas, até as cidades de Belém e Manaus, além dos vôos diários que deixam Macapá rumo ao restante do país, a presença da praga nesta região apresenta risco constante de estabelecimento em outras regiões do Brasil. O Estado do Amapá monitora quinzenalmente os seus dezesseis municípios e o Estado do Pará monitora municípios do Médio Amazonas desde o município de Juriti até o de Almerim.

Em fevereiro de 2007 a Mosca-da-Carambola foi detectada no Distrito de Monte Dourado (Almerim-Pa). Em março de 2008, por ação conjunta Pará e Amapá, a praga foi erradicada daquela área. Este fato é um exemplo típico de parceria, que pode se repetir em outras situações e em áreas do país, demonstrando possibilidade de erradicação da praga.

Assim, é fundamental reduzir e erradicar a Mosca-da-Carambola do sul do Estado do Amapá e restringir sua localização, pelo menos, aos municípios do Oiapoque e Calçoene.

2- Objetivo

O objetivo do Plano foi explicitar as ações necessárias para a erradicação ou controle da Mosca-da-Carambola, nos municípios de Macapá (incluindo o distrito de Pacuí), Santana, Porto Grande, Mazagão, Ferreira Gomes e Itaúbal, utilizando o conceito internacional de controle em área ampla, além de manter e ampliar as áreas livres (onde foi erradicada) da praga.

No caso da erradicação não ser alcançada no período estabelecido da execução do plano, e a população da praga não atingir o nível próximo a zero, um novo plano de trabalho deverá ser elaborado para atingir sua supressão.

A execução das ações deste plano de trabalho no período de 2009 a 2011 é de responsabilidade do SIFISV/ SFA/AP.

A área de execução do plano abrange todo território Amapaense, dando ênfase ao combate nos municípios de foco da praga e com frequência quinzenal das ações – monitoramento e combate.

3- Infra-estruturas do Plano em 2010

Recursos Humanos.

RECURSOS HUMANOS	QUANTIDADE
Fiscais Federais Agropecuários do SIFISV/AP.	04
Agentes de Atividades Agropecuárias - SIFISV/AP.	03
Servidores da SFA/AP, técnicos, administrativos e motoristas.	10
Servidores da DIAGRO/AP Termo de Cooperação Técnica.	06
Auxiliares de Campo (Contratados por empresas terceirizadas).	72
Servidores da RURAP/AP à disposição.	02
TOTAL	97

Fonte: SIFISV-SFA-AP 2010.

No Estado foram formadas 33 equipes, sendo cada equipe constituída de 3 combatentes e 1 ajudante, atuando em uma área pré-estabelecida denominada de rota.

a. Materiais e Equipamentos

O Plano dispõe de uma frota trinta e oito veículos tipo pick-up e materiais necessários para ações de monitoramento e combate (torula, metil-eugenol, armadilhas Jackson e McPhail, proteína hidrolisada, malathion, sacos plásticos, arames e outros).

4. Envolvimento Institucional e Definições de Responsabilidades:

- Coordenação Geral de Proteção de Plantas - CGPP/MAPA: Coordenação do Programa Nacional de Erradicação da Mosca-da-Carambola, representada pela Fiscal federal Agropecuária Maria Julia Signoretti Godoy.

Tem responsabilidade de coordenar todas as ações de planejamento, supervisão e avaliação do plano e disponibilizar os recursos orçamentários e financeiros.

- Superintendência Federal de Agricultura no Amapá - SFA/AP: Representada pelo Superintendente Rui Santos Carvalho e pelos Fiscais Federais Agropecuários Adelson Alfonso Carneiro Fernandes - Chefe do Serviço de Sanidade, Inspeção e Fiscalização Vegetal - SIFISV/SFA/AP e Rubilar da Rocha Portal - Responsável pela Coordenação Técnico-Administrativa do Programa; Carlos Alberto Pereira de Carvalho - Responsável Técnico pelo PI - ERRADMOSCA; pelo Agente de Atividades Agropecuárias José MacDowell Pires Filho - Responsável pela Supervisão de Campo e pelas servidoras, Maria Eliana Costa Queiroz, Jacirene Ferreira Maia e Luzia Picanço, responsáveis pelas atividades do Núcleo de Educação Sanitária em Defesa Agropecuária.

Tem a responsabilidade da coordenação local e execução das ações de monitoramento e controle (combate) preconizadas neste Plano, além de fornecer toda a estrutura física como: depósitos, materiais e serviços de terceiros; apoio administrativo e logístico; alocação de recursos humanos do MAPA e terceirizados.

Especificamente, o SIFISV/AP também atua como responsável pela obtenção, processamento e disponibilização de dados e outras informações para o Departamento de Sanidade Vegetal em Brasília.

Superintendência Federal de Agricultura no Pará - SFA/PA: Representada pela Fiscal Federal Agropecuária Wilda da Silva Pinto Pacheco - Chefe do SIFISV/PA - responsável pelo assessoramento do planejamento, avaliação e capacitação, referentes à execução desse Plano.

Realizou pagamentos eventuais de viagens e diárias para servidores e consultores necessários à execução desse Plano conforme demanda do Departamento de Sanidade Vegetal em Brasília.

- Agência de Defesa e Inspeção Agropecuária do Estado do Amapá – DIAGRO: Representada pelo Engenheiro Agrônomo Charles Ferreira Brito, Coordenador Estadual do PNEMC/DIAGRO que disponibilizou recursos humanos (Engº Agrônomos e Técnicos Agrícolas) para compor as equipes de campo que atuam no Estado do Amapá.

- Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará - ADEPARA: Representada pelo Engº.Agrônomo Leonardo Magno Marques Moraes, técnico da defesa e inspeção agropecuária.

Disponibilizou recursos humanos para compor as equipes de campo que atuam na divisa Amapá/Pará na execução do Plano de Pós-Eradicação do Vale do Jari.

5. Resultados Alcançados

5.1 - PI ERRADMOSCA -

01 – Meta Física ”Eradicação da Mosca-da-Carambola”

Ação 4738 – Erradicação da Mosca-da-Carambola.						
PI	PRODUTO	FÍSICO				
ERRADMOSCA	Área controlada (Ha)	Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%	Meta a ser realizar em 2010
	14.281.458	14.281.458	14.281.458	14.281.458	100	14.281.458

Fonte; SIFISV-SFA-AP 2010.

Quadro 02 – Demonstrativo Físico/Financeiro: Em 2010, os créditos orçamentários descentralizados na rubrica do PI – ERRADMOSCA.

Quadro 02 PI - ERRADMOSCA

METAS	PREVISTAS		REALIZADAS	
	FÍSICA	FINANCEIRA	FÍSICA	FINANCEIRA
Área controlada (ha)	14.281.458	2.587.006,32	14.281.458	2.518.809,12
Área monitorada (ha)	14.281.458		14.281.458	
Armadilha instalada (unidade)	2.273		2.273	
Treinamento de Técnicos da DIAGRO	6		8	
Participação de FFA como instrutor em curso	3		3	
Combatentes contratados capacitados	72		72	
TOTAL		2.587.006,32		2.518.809,12

Fonte: SIFISV-SFA-AP 2010.

QUADRO 03 – MOSCAS CAPTURADAS EM ARMADILHAS
NOS MUNICÍPIOS – ANO 2010

MUNICÍPIOS	MOSCAS CAPTURADAS	
	QUANTIDADE	PERCENTUAL
MACAPÁ	32.243	64,37
SANTANA	7.010	13,99
OIAPOQUE	6.186	12,35
PORTO GRANDE	1.308	2,60
MAZAGÃO	989	1,97
CALÇOENE	1.214	2,42
AMAPÁ	0	0,00
ITAUBAL	641	1,27
TARTARUGALZINHO	235	0,46
CUTIAS DO ARAGUARI	142	0,27
FERREIRA GOMES	105	0,28
PEDRA BRANCA	8	0,01
SERRA DO NAVIO	0	0,00
PRACUÚBA	7	0,01
LARANJAL DO JARI	0	0,00
VITÓRIA DO JARI	0	0,00
TOTAL	50.088	100%

Fonte: SIFISV-SFA-AP 2010.

QUADRO 04 – RESULTADOS DO MONITORAMENTO E COMBATE DA MOSCA-DA-CARAMBOLA NO ESTADO DO AMAPÁ - 2010

ÁREA	Nº ARMADILHAS		MOSCAS CAPTURADAS	FRUTOS COLETADOS (KG)	PLANTAS ERRADICADAS	BLOCOS DISTRIBUÍDOS	PLANTAS PULVERIZADAS
	JACKSON	McPHAIL					
AMAPÁ	13	7	0	0	0	0	00
CALÇOENE	22	25	1.214	320	0	1.830	1.805
CUTIAS	5	6	641	416	1	590	4.424
FERREIRA GOMES	33	32	105	606	0	3.550	107.718
ITAUBAL	12	12	641	416	1	590	4.424
LARANJAL DO JARÍ	115	56	0	0	2	2.000	61.639
MACAPÁ	532	445	32.243	81.514	249	74.656	2.002.380
MAZAGÃO	82	65	989	75	0	5.360	223.411
OIAPOQUE	54	53	6.186	2.005	0	8.020	129.748
PRACUÚBA	6	5	7	0	0	340	2.250
PEDRA BRANCA	23	19	8	30	0	3.500	9.480
PORTO GRANDE	97	97	1.308	1.630	0	6.820	112.089
SANTANA	180	172	7.010	16.870	19	28.119	1.004.661
SERRA DO NAVIO	12	6	0	30	0	3.500	9.327
TARTARUGALZINHO	34	24	235	420	0	2.760	12.838
VITÓRIA DO JARÍ	27	2	0	0	5	200	00
TOTAL	2.273		50.088	104.186	276	142.345	3.692.623(*)

Fonte: SIFISV-SFA-AP 2010.

(*)- dados com repetição

5.2 - Ações da Educação Sanitária em Defesa Agropecuária no PI ERRADMOSCA – 2010.

A Educação Sanitária em Defesa Agropecuária enquanto atividade estratégica foi oficialmente criada no MAPA, através da Instrução Normativa nº 28 de 15.05.2008.

No Amapá, a atividade se inseriu principalmente no Programa de Erradicação da Mosca-da-Carambola, visto que o combate a este tipo de inseto requisita o envolvimento dos mais diversos segmentos sociais, que podem executar desde as mais simples até as mais complexas ações, visando o controle da praga.

Neste sentido, o Núcleo de Educação Sanitária da SFA/AP ainda em estruturação – formado por quatro componentes, dos quais dois em tempo integral – utilizando recursos instrucionais restantes de outros exercícios, em 2010 atuou:

- na formação de Agentes Multiplicadores para atuarem junto à população divulgando informações sobre a praga, assim como sobre maneiras simples de evitar sua disseminação. Foram realizados dois treinamentos e formados 72 multiplicadores.

- na realização de palestras técnicas, em linguagem de fácil entendimento, evidenciando a biologia, formas de detecção, multiplicação/disseminação e combate da praga.

- em visitas de supervisão para mensurar a atuação do agente multiplicador. Tal ação foi especialmente direcionada ao Vale do Jari em razão do reconhecimento da “área livre” da praga.

- participando em eventos especiais, a exemplo de Exposições e Feiras Agropecuárias, onde o ambiente permitiu rápida e fácil divulgação do tema Mosca-da-Carambola.

- nas ações de apoio às equipes de combate, através de visitas nos domicílios onde se registrou dificuldade para realização das atividades de monitoramento e combate aos focos da praga.

- nas panfletagens – rápida notificação com distribuição de materiais informativos – em locais de grande fluxo de pessoas como o Aeroporto Internacional de Macapá, a Área Portuária e o Terminal Rodoviário de Macapá. As 21 operações de panfletagem que foram realizadas permitiram abordar 920 pessoas e distribuir 3.046 unidades de materiais informativos (folders, folhetos e cartilhas) e de divulgação (cartazes e banners).

No que se denominou “Outras Ações Educativas”, o Núcleo de Educação Sanitária atuou em parceria com instituições de outros Estados, a exemplo as ações desenvolvidas conjuntamente com a Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará – ADEPARÁ, em que a técnica de “teatro de fantoches” foi empregada para diversificação metodológica, alcançando muito êxito na divulgação do Programa de Erradicação da Mosca-da-Carambola.

Como produto mais significativo da ação, registra-se o emprego do Método SOMA na formação de multiplicadores promotores das ações primárias relacionadas ao conhecimento e ao combate à Mosca-da-Carambola, que possibilitou que fossem contabilizadas 1.895 pessoas (430 alunos e 1.645 pessoas das comunidades) envolvidas pela ação indireta do Núcleo.

O Quadro 05 (em seguida) registra a discriminação e a quantificação de cada uma destas ações:

QUADRO 05 - Núcleo de Educação Sanitária em Defesa Agropecuária
- Ações no Programa Nacional de Erradicação da Mosca-da-Carambola – 2010 -

DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	QUANT.
AÇÕES DO NÚCLEO		
A- Cursos		
Formação para Agentes Multiplicadores	Curso	02
Multiplicadores /Formandos.	Multiplicador	72
B- Palestras - Biologia da Mosca-da-Carambola		
Estabelecimentos Atingidos	Escola	01
Palestras Ministradas	Palestra	02
Pessoas Envolvidas (alunos, professores, assistentes, serventes, etc)	Pessoas	110
C- Visita Técnicas e Supervisões		
Em Ações executadas pelos Multiplicadores do Vale do Jari	Visita	02
D- Participação em Eventos Especiais		
Em stand na 47ª Expo-Feira Agropecuária do Amapá	Evento	01
E- Ações de Apoio à Equipe de Combate, nas Propriedades.		
Visita de Sensibilização	Visita	23
Famílias Visitadas	Família	23
Propriedades Atingidas	Propriedade	23
F- Panfletagens (Aeroporto/ Rodoviária/Área Portuária).		
Operações Realizadas	Panfletagem	21
Abordagens com Panfletagem	Pessoas	920
Materiais Distribuídos (folder, panfleto e revistinha)	unidade	2.760
G- Outras Ações Educativas		
Oficina em Escola - Apresentação de Fantoches.	Oficina	01
Público Envolvido	Alunos	610
AÇÃO DOS MULTIPLICADORES		
A- Disseminação de informações sobre a praga e seu combate		
Multiplicadores Atuantes	Multiplicador	72
Alunos Envolvidos	Aluno	430
Pessoas Diretamente Abordadas	Pessoas	1.465

Fonte: NES-PNEMC/SFA-AP

QUADRO 05- RECURSOS APLICADOS POR ELEMENTO DE DESPESAS E SEU PERCENTUAL DE UTILIZAÇÃO
PI – ERRADMOSCA- Erradicação da Mosca da Carambola - 2010

ELEMENTO DE DESPESA	ORÇAMENTO DISPONIBILIZADO (R\$ 1,00)	DESPESAS EMPENHADAS (R\$ 1,00)	DESPESAS LIQUIDADAS (R\$ 1,00)	VALORES PAGOS (R\$ 1,00)	CRÉDITO DISPONÍVEL (R\$1,00)	META PREVISTA (Ha)	META REALIZADA (Ha)	META A SER REALIZADA EM 2011 (Ha)
33.90.14	217.914,00	171.509,07	164.285,76	164.285,76	46.404,93	14.281.458	14.281.458	14.281.458
33.90.30	250.000,00	249.989,43	248.279,90	245.719,39	10,57			
33.90.33	3.000,00	3.000,00	1593,26	1.209,32	0			
33.90.36	35.368,98	35.318,48	35.318,40	35.318,40	50,50			
33.90.39	2.061.634,42	2.061.634,42	2.054.409,14	2.053.187,33	0			
33.90.92	7.111,77	7.111,77	7.111,77	7.111,77	0			
33.90.93	10.853,46	10.853,46	10.853,46	10.853,46	0			
33.91.92	1.123,69	1.123,69	1.123,69	1.123,69	0			
44.90.52	15.067,46	6.584,28	799,75	-	8.483,18			
TOTAL	2.602.073,78	2.547.124,6	2.523.775,13	2.518.809,12	54.949,18	-	-	-

Fonte: SEOF/AP

QUADRO 06- RECURSOS DO PI PCVEGETAL REMANEJADO PARA O PI ERRADMOSCA.
PI – PCVEGETAL – Prevenção Controle e Erradicação de Praga de Vegetais - 2010

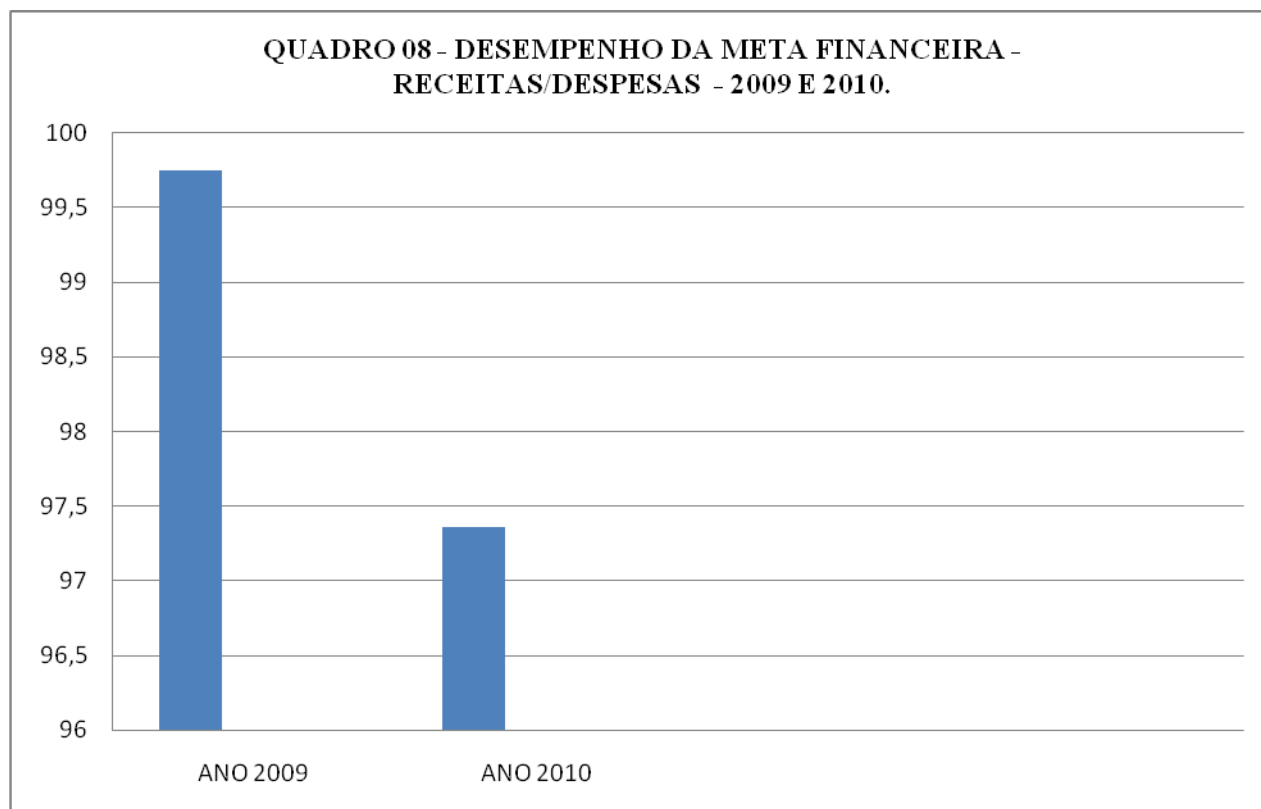
ELEMENTO DE DESPESA	ORÇAMENTO DISPONIBILIZADO (R\$)	DESPESAS EMPENHADAS (R\$)	DESPESAS LIQUIDADAS (R\$)	VALORES PAGOS (R\$)	CRÉDITO DISPONÍVEL (R\$)	META PREVISTA Ha	META REALIZADA Ha	META A SER REALIZADA EM 2011
33.90.14	3.122,90	3.122,90	3.121,84	3.121,84		X	X	X
33.90.30	113.900,00	113.843,70	113.843,70	113.843,70	56,30			
33.90.33	13.800,00	13.800,00	13.800,00	13.800,00				
33.90.36	3.596,50	596,50	596,50	596,50	3.000,00			
TOTAL	134.419,40	131.363,10	131.362,04	131.362,04	3.056,30	-	-	-

Fonte: SEOF/AP

QUADRO 07 – COMPARATIVO ENTRE AS DESPESAS DE 2009 E 2010.

ELEMENTO DE DESPESA 2009				ELEMENTO DE DESPESA 2010			
ELEMENTO DE DESPESA	ORÇADO	APLICADO	%	ELEMENTO DE DESPESA	ORÇADO	APLICADO	%
33.9014	107.200,00	107.054,16	99,86	33.9014	217.914,00	164.285,76	75,39
33.9030	208.769,33	208.769,33	100	33.9030	250.000,00	245.719,39	98,28
33.9033	692,29	642,29	92,78	33.9033	3.000,00	1.209,32	40,31
33.9036	36.000,00	34.999,36	97,22	33.9036	35.368,98	35.318,40	99,85
33.9037	799.800,00	799.800,00	100	33.9037	x	x	x
33.9039	191.000,00	191.000,00	100	33.9039	2.061.634,42	2.053.187,33	99,59
33.9092	1.196.500,00	1.196.498,00	99,99	33.9052	7.111,77	7.111,77	100
30.9093	1.596,00	1.596,00	100	33.9047	10.853,46	10.853,46	100
33.91.92	x	x	x	33.91.92	1.123,69	1.123,69	100
TOTAL	2541557,62	2.540.359,14	99,95	TOTAL	2.587.006,32	2.518.809,12	97,36

Fonte: SEOF/AP – FEVE/2011



Fonte: SIFISV-SFA-AP 2010.

6. ANÁLISE DO DESEMPENHO

6.1 - Desempenho Operacional -

Em 2010 o SIFISV-AP realizou ações de controle da praga “Mosca-da-Carambola” nos 16 municípios do Estado do Amapá. Os municípios de Vitória do Jarí, Laranjal do Jarí, Amapá e Serra do Navio não apresentaram ocorrência da praga. Os mais infestados foram os municípios de Macapá, Santana e Oiapoque, que responderam com 90,71% das capturas no Estado.

Os municípios de Oiapoque (primeiro foco da praga) e Calçoene ficaram prejudicados na execução do monitoramento e combate, por problemas que variaram desde a escassez de recursos humanos (transferência do Fiscal Federal Agropecuário para a SFA/PA) passando por outros de ordem burocrático-administrativa (falta de combustível, veículos e motorista).

As transferências de recursos humanos da SFA/PA para outras Superintendências e até para a Sede do MAPA, se tornou uma ameaça à execução de atividades de longa duração, a exemplo da que vem sendo experimentada na condução do PI ERRADMOSCA. A equipe técnica como um todo não pode ser renovada e ampliada conforme se previa e, pelo contrário, foi subtraída em pouco mais de 50% dos Fiscais aprovados em recentes concursos públicos, embora neste período ainda tenha se registrado a implantação de mais uma Unidade Descentralizada na divisa com o Estado do Pará – a UTRA/Laranjal do Jari - que tem a manutenção de uma área declarada “livre da praga Mosca-da-Carambola” como um dos principais motivos de sua criação, ainda enfrenta dificuldades para completar sua equipe técnica, ou seja, para efetivar seu funcionamento.

Por outro lado, a transferência do único Fiscal Federal Agropecuário que atuava na UVAGRO/Oiapoque, portanto responsável pelas ações de monitoramento e combate à Mosca-da-Carambola nos municípios de Oiapoque e Calçoene, resultaram na paralisação dessas atividades nesses municípios, pois não existe no local outro funcionário técnico para substituí-lo. Para minimizar esta situação, foram realizados monitoramento e combate somente com deslocamento de técnico e

motorista desde a sede da SFA/AP em Macapá, acarretando aumento de despesas com diárias, combustíveis e desgaste de veículo, já que a distância entre Oiapoque e Macapá é cerca de 600 quilômetros, com alguns trechos em precárias condições de tráfego em boa parte do ano (durante o período chuvoso).

Na área administrativa, as maiores dificuldades estiveram por conta da precariedade nos controles do uso e na manutenção dos veículos terrestres, nas aquisições de materiais e nas contratações de serviços que, em geral, não conseguiram atender plenamente e em tempo as exigências demandadas pelas atividades do Programa de Erradicação da Mosca-da-Carambola.

Mais especificamente, em 2010 constataram-se grandes dificuldades em se realizar procedimentos (licitações, por exemplo) para aquisição de materiais de consumo (sacos plástico para coleta de frutos e arames para confecção de iscas tóxicas, por exemplo) essenciais para o bom desempenho do Programa - capazes de evitar uma explosão populacional da praga no início de 2011 - apesar da disponibilidade financeira

Para execução dos trabalhos de combate à praga, foi firmado um Termo Aditivo para renovação, por mais um ano de contrato, visando o fornecimento/manutenção de 72 trabalhadores de campo.

6.2 - Indicador de Desempenho em 2010.

ERRADMOSCA	a) Incidência da Praga "Mosca-da-Carambola"- por municípios
------------	---

O indicador de desempenho para a Ação Erradicação da Mosca-da-Carambola foi “incidência da praga por município”. O índice previsto para esta ação foi a incidência em 9 municípios durante 2010. Ao final do período foi constatada ocorrência em 12 municípios. Porém dos 12 municípios com incidência, dois tiveram somente uma ocorrência em 2010, Pedra Branca (janeiro) e Pracuúba (setembro)

A) EFICÁCIA

- Variação Absoluta (VA) Entre a Quantidade Realizada de Unidades do Produto da Ação e a Meta Física Programada em 2009, em Quantidade da Meta Física.

-

$$VA\ 2010 = QR\ 2010 - QP\ 2010$$

$$VA\ 2010 = 14.281.458 - 14.281.458 = 0$$

- Variação relativa (VR) entre a quantidade realizada de unidades do produto da ação e a meta física programada para 2010, em percentagem:

$$VR2009 = [(QR2010 : QP2010)].100$$

$$\% = (QR2010 : QP2010). 100$$

$$\% = (14.281.458 : 14.281.458). 100 = 100\%$$

CONCLUSÕES

Na execução do Plano de Monitoramento e Erradicação denominado “Sul do Amapá” no ano de 2010, destacaram-se:

- A significativa redução da densidade populacional da Mosca-da-Carambola nas áreas de maior ocorrência em 2009 - municípios de Macapá, Santana e Mazagão;
- As infestações da praga nos municípios de Pedra Branca do Amapari e Pracuúba que foram rapidamente eliminadas;
- Os aumentos dos níveis populacionais da praga nos municípios de Oiapoque, Porto Grande, Calçoene e Itaubal;
- A redução quantitativa nas capturas de 2010 em relação às capturas de 2009 nos dois municípios - Macapá e Santana – com os maiores índices de infestação da praga. Em números absolutos, a redução foi de 151.251 moscas capturadas em 2009, para 39.253 exemplares capturados em 2010.
- As permanências de Macapá e Santana como municípios de maior infestação da praga. Em 2009, estes juntamente com o município de Mazagão responderam por cerca de 97,4% do total de capturas da praga. Em 2010, Oiapoque passou figurar na relação dos três municípios com maior ocorrência da praga. O conjunto Macapá-Santana-Oiapoque contribuiu com cerca de 90,71% das capturas da praga no Estado do Amapá
- A ocorrência da praga em número maior de municípios em relação ao que fora programado – a expectativa era de ocorrência em 09 e houve constatação em 12 municípios –, apesar da eliminação dos focos em Pedra Branca e Pracuúba ter acontecido no início das ocorrências.
- Expressivo decréscimo nas capturas que passaram de 157.838 em 2009, para 50.088 em 2010. Esta redução corresponde a 68,27% das capturas no Estado do Amapá.
- Inclusão de 72 multiplicadores – comunitários treinados – voluntários na promoção das ações primárias relacionadas ao conhecimento e ao combate à Mosca-da-Carambola.

2.3.1.2 – PROGRAMA: QUALIDADE DE INSUMOS E SERVIÇOS AGROPECUÁRIOS – Cód. 0375

QUADRO A. 2. 1 – DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO

IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA DE GOVERNO	
Código no PPA: 0375	Denominação: QUALIDADE DE INSUMOS E SERVIÇOS AGROPECUÁRIOS
Tipo de Programa: Finalístico	
Objetivo Geral: Impulsionar o desenvolvimento sustentável do país por meio do agronegócio.	
Objetivos Específicos: Salvar a produção e a produtividade agropecuária pela garantia de níveis adequados de conformidade e qualidade dos insumos básicos colocados à disposição dos produtores.	
Gerente: José Neumar Francelino	Responsável: Márcio Costa Rodrigues
Público Alvo: Agricultores, estabelecimentos produtores e comerciais, laboratórios, certificadores, reembaladores e armazenadores de insumos agropecuários.	

INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E FINANCEIRAS DO PROGRAMA					Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não Processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
13.352,50	13.383,58	13.283,58	13.283,58	-	13.283,58

INFORMAÇÕES SOBRE RESULTADOS ALCANÇADOS

AÇÃO: 2179 - Fiscalização de Sementes e Mudás – FISCALSEM

Ordem	Indicador (unidade de medida)	Referência			Índice Previsto no Exercício	Índice Atingido no Exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
01	Fiscalização Realizada	31.12.10	-	-	100%	98%

Fórmula do Cálculo do Índice: (fiscalização realizada/fiscalização programada).100

Avalia o alcance da meta programada na LOA. Foram programadas 50 (cinquenta) e realizadas 49 (quarenta e nove) fiscalizações. Os dados foram obtidos dos Relatórios de Campo.

Análise do Resultado Alcançado:

As quarenta e nove fiscalizações aconteceram em um universo com 12 (doze) produtores de mudas cadastrados e apenas um produtor de sementes devidamente registrado. O índice 98% pode ser considerado ótimo, já que o programa de ação em questão teve sérias restrições de veículos para realização de suas metas de trabalho. Além disto, sob a responsabilidade do mesmo executor, atingiu-se a meta de 102% no ano de 2009, então considerando o conjunto dos dois anos foi atingida plenamente a meta programada.

A programação permitiu que cada desses produtores recebesse mais de uma visita por ano, garantindo assim acompanhar várias fases do processo produtivo e até registrar movimentação desses produtos. Deu-se assim, reinício a um processo em que tanto os produtores quanto os que pretendem ingressar na atividade, passaram ter a fiscalização como um fator de relevância para sua gradativa regularização no âmbito estadual.

Uma ressalva que deve ser feita é quanto à disponibilidade de veículos para realização do trabalho, que apesar de não comprometer quantitativamente a meta de trabalho, acabou por fazê-lo em termos qualitativos, já que algumas dessas ações tiveram que ser realizadas de forma acelerada, para que fosse possível o alcance das metas propostas. Ressalta-se que ainda no ano de 2009 foi adquirido um veículo para o programa, todavia foram observadas dificuldades quanto a sua manutenção, legalização junto ao DETRAN-AP e também quanto ao fornecimento de combustível. Desta forma, as ações se concentraram na região do município de Macapá-AP, sendo que no interior do Estado não foram realizadas as ações conforme programado.

Dados fornecidos pela Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças do MAPA registram que o Amapá arrecadou R\$ 6.808,00 em taxas de registros no Sistema Nacional de Sementes e Mudás, como respostas dos atuantes na atividade às ações de fiscalização do MAPA através da SFA/AP.

Para 2011, cria-se a expectativa da ampliação nas ações de fiscalização pois, dentre outros, prevê-se a criação/implantação da Comissão Estadual de Sementes e Mudás do Amapá.

Ordem	Indicador (unidade de medida)	Referência			Índice Previsto no Exercício	Índice Atingido no Exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
02	Nº de Auto de Infração lavrados em relação ao total de fiscalização realizado	31.12.10	-	-	100%	87,75%

Fórmula do Cálculo do Índice: [1- (Auto de Infração Lavrado/Fiscalização Realizada)]*100

Avalia o índice de conformidade dos agentes e produtos em relação ao cumprimento das exigências legais. Em 2010 foram lavrados **06** (seis) Autos de Infração e realizadas **49** (quarenta e nove) Fiscalizações

Análise do Resultado Alcançado:

O indicador é idealizado para que se atinja o valor de 100 o quê, pela forma de cálculo, significa uma situação ideal onde todos os entes fiscalizados não apresentaram infrações à legislação de sementes e mudas. Em nível nacional este valor foi de 0,96 em 2009; enquanto para a SFA-AP esteve em torno de 0,88 nos anos de 2009 e 2010. No caso da SFA-AP tal situação se deveu, em grande parte, ao fato de se tratarem de estabelecimentos de pequeno porte, com dificuldades de implementação dada a escassez de recursos financeiros e baixo nível instrucional como obstáculo ao conhecimento/cumprimento da legislação vigente. Mesmo assim, observamos uma estabilidade deste índice nos anos de 2009 e 2010.

Por outro lado, já se vislumbram início da implantação de empreendimentos agrícolas de diversos portes no Amapá, sob responsabilidade de agricultores oriundos de outras regiões do país. Dentre estes, alguns aplicam seus recursos financeiros em etapas desses empreendimentos, em nome da urgência, sem observar a legislação pertinente e, por isto, sofrem ação fiscal.

Dos Autos de Infração lavrados apenas dois tiveram multa como penalidade. Um durante o mês de maio/2010 com multa no valor de R\$ 15.990,00, porém o assunto se encontra em julgamento (2ª instância); enquanto o outro multado no valor de R\$ 4.920,00 conforme documentação emitida durante agosto/2010, encerrou o exercício sem o devido pagamento.

Além da criação/implantação da Comissão Estadual de Sementes e Mudas do Amapá, prevê-se que a legislação básica sobre o assunto também pode ser mais bem divulgada através do envolvimento, em parceria, das instituições estaduais atuantes na Defesa Agropecuária e Assistência Técnica e Extensão Rural.

Ordem	Indicador (unidade de medida)	Referência			Índice Previsto no Exercício	Índice Atingido no Exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
03	% de amostras fora do padrão em relação ao total de amostras analisadas	31.12.10	-	-	0%	0%

Fórmula do Cálculo do Índice:

$[1 - (\text{Amostras Analisadas Fora do Padrão} / \text{Total de Amostras Analisadas})] * 100$

Avalia o índice de conformidade dos produtos em relação ao cumprimento das exigências legais.

Amostras Analisadas Fora do Padrão: **0**

Total de Amostras Analisadas - TAA: **0**

Análise do Resultado Alcançado:

A produção de mudas é bem mais significativa que a produção de sementes no Estado, sendo que somente em dezembro foi inscrito no SIFISV/DT/SFA-AP um produtor de sementes. Acontece que não há ainda um protocolo desenvolvido para análise de mudas em consonância com a legislação de sementes e mudas.

De outra parte, no comércio de sementes, de onde se pode aferir a qualidade através de amostragem, a não disponibilização de veículo de maneira satisfatória impediu a realização desta tarefa, dado o curto período de tempo em que veículos em condições de trafegar foram disponibilizados.

Apenas uma amostra foi retirada, porém sem resultado conclusivo por parte do laboratório analista, até o final do exercício em questão, daí a opção de não se considerar amostragem.

O comércio de sementes e mudas também é atividade que deverá ser mais bem fiscalizada após a implementação dos Acordos de Cooperação Técnica com as instituições estaduais afins.

2.3.2 – Execução Física das Ações realizadas pela UJ

QUADRO A. 2. 2 – EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade De Medida	Meta Prevista	Meta Realizada	Meta a ser Realizada em 2011
		0375	2179	A	3	Fiscalização Realizada	50	50	52

As atividades do PI FICALSEM foram orientadas basicamente pela Lei 10.711 de 05.08.2003, regulamentada pelo Decreto 5.153 de 02.07.2004, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Sementes e Mudanças - SNSM; pela Instrução Normativa nº 9 de 02.07.2005 que fixa diretrizes básicas para a produção, comercialização e utilização de sementes e; pela Instrução Normativa nº 24 de 16.12.2005 que fixa diretrizes referentes à produção, comercialização e utilização de mudas, e seus documentos complementares.

O trabalho com sementes e mudas teve, em 2010, dois momentos distintos. O primeiro, durante metade do exercício onde a Portaria 300 definia a configuração das Superintendências. O segundo, a partir da publicação da Portaria MAPA 428 de 09 de junho de 2010, que estabeleceu ambientes específicos para a área animal e para a área vegetal, na nova ordenação das Superintendências Federais de Agricultura

No ambiente externo, esse trabalho tem apresentado poucas alterações nos últimos anos no Amapá, onde a grande maioria dos usuários é classificada como de “pequenos agricultores” e que, em boa parte, se encontra domiciliada em Assentamentos Rurais Oficiais, portanto apresentando características que permitem tratamento diferenciado conforme prevê a legislação sobre o assunto; embora já se registre a implantação de alguns empreendimentos agrícolas, sob responsabilidade de agricultores oriundos de outras regiões do país, situação que pode redirecionar as ações com sementes e mudas no Amapá.

As culturas alimentares – consideradas apenas arroz, milho e feijão caupi, como básicas e com potencial para produção local - têm mantido um comportamento indicando que o Estado do Amapá continua recorrendo às importações para manter oferta desses produtos – quadro A em seguida.

Quadro A – Área Colhida, Produção e Produtividade – Culturas Anuais – Estado do Amapá 2010

PRODUTO	ÁREA COLHIDA (ha)		PRODUÇÃO (t)		RENDIMENTO MÉDIO (kg/ha)	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010
ARROZ	3.635	3.850	4.083	4.450	1.123	1.156
FEIJÃO	1.738	1.900	1.260	1.580	725	832
MILHO	3.468	3.600	2.850	3.250	822	903

FONTE: IBGE/ fev - 2011

Assim a produção de sementes continua sem atenção especial, pois não figura nas prioridades do setorial estadual qualquer atitude no sentido de incrementar a produção dessas culturas, tampouco reativar a estrutura governamental destinada ao beneficiamento/classificação deste insumo. Por outro lado, as pequenas quantidades demandadas não oferecem atrativos aos investimentos da iniciativa privada, definindo-se então a produção de mudas como atividade em franca expansão, inclusive, em

face da instalação de indústrias de várias capacidades que se dedicam à exploração de produtos madeireiros assim como ao beneficiamento de frutas diversas como forma de comercializar alguns desses produtos que “in natura” apresentam limitações e até impedimentos, para suas colocações no mercado externo.

A efetivação do quadro de pessoal da Agência de Defesa e Inspeção Agropecuária do Estado do Amapá – DIAGRO permitirá utilização de parcerias, a partir de 2011, para execução do que for delegável no tratamento de sementes e mudas, especialmente quando se tratar de fiscalização da produção e do uso desses insumos, já que em 2010 todas as ações foram executadas por apenas um Fiscal Federal Agropecuário, não havendo perspectivas que este número se altere mesmo que aconteça um significativo incremento na demanda por esses serviços.

Em 2010, o Fiscal Federal Agropecuário atuante no PI FISCALSEM, concluiu o Curso de Especialização na área de sementes, realizado sob patrocínio do MAPA.

Em 2010, os dados gerais informaram: 12 (doze) produtores de Mudas cadastrados; 01 (um) produtor de sementes registrado e 10.043.000 (dez milhões e quarenta e três mil) mudas produzidas, na quase totalidade de essências florestais (Eucaliptos), através de empresa produtora/exportadora de “cavacos” - matéria prima para celulose.

Demonstrativo Orçamentário/Financeiro:

Em 2010, dos créditos orçamentários descentralizados nas rubricas do PI – FISCALSEM foram aplicados 92,39%. Quadro 35.2.

Quadro 35.2 PI – FISCALSEM1

DEMONSTRATIVO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO								
NATUREZA DA DESPEZA	EMITIDO/REFORÇO (R\$)	ANULADO (R\$)	LIQUIDADO (R\$)	A LIQUIDAR (R\$)	PERCENTUAL UTILIZADO (%)	META PREVISTA	META REALIZADA	META A SER REALIZADA EM 2011
33.90.14	6.176,12	-	6.108,66	0,00	98,91			
33.90.30	1.779,56	-	1.778,84	0,00	99,96			
33.90.33	3.196,08	-	3.196,08	0,00	100,00			
33.90.39	2.200,74	-	2.200,00	0,00	99,97			
33.90.93	-	-	-	-	-			
Total	13.352,50	-	13.283,58	0,00	99,48	13.352,50	13.283,58	52

Fonte: SEOF

2.3.1.3 – PROGRAMA: QUALIDADE DE INSUMOS E SERVIÇOS AGROPECUÁRIOS – Cód. 0375

QUADRO A. 2. 1 – DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO

IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA DE GOVERNO	
Código no PPA: 0375	Denominação: QUALIDADE DE INSUMOS E SERVIÇOS AGROPECUÁRIOS
Tipo de Programa: Finalístico	
Objetivo Geral: Impulsionar o desenvolvimento sustentável do país por meio do agronegócio.	
Objetivo Específico: Salvar a produção e a produtividade agropecuária pela garantia de níveis adequados de conformidade e qualidade dos insumos básicos colocados à disposição dos produtores.	
Gerente: Hideraldo José Coêlho	Responsável: Raimundo Paulo Barbosa Brito
Público Alvo: Agricultores, estabelecimentos produtores e comerciais, laboratórios, certificadores, reembaladores e armazenadores de insumos agropecuários.	

INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E FINANCEIRAS DO PROGRAMA					Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não Processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
16.225,00	16.299,79	16.225,00	16.225,00	74,79	16.225,00

INFORMAÇÕES SOBRE RESULTADOS ALCANÇADOS

AÇÃO 2141 – FISCALIZAÇÃO DE FERTILIZANTES, CORRETIVOS E INOCULANTES

Ordem	Indicador (unidade de medida)	Referência			Índice Previsto no Exercício	Índice Atingido no Exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
01	Fiscalização Realizada	31.12.10	-	-	100%	125%
Fórmula do Cálculo do Índice: (fiscalização realizada/fiscalização programada).100						
Avalia o alcance da meta programada na LOA. Foram programadas 20 (vinte) e realizadas 25 (vinte e cinco) fiscalizações. Os dados foram obtidos dos Relatórios de Fiscalização.						
Análise do Resultado Alcançado:						
A Fiscalização em fertilizantes, corretivos e inoculantes no Estado do Amapá, se fazem apenas na comercialização, já que não existem indústrias destes produtos em território amapaense. Assim a atividade verificou a procedência, a conformidade e a situação geral do armazenamento tanto pela aferição na documentação exigida para as unidades produtoras, quanto pelas verificações “in loco” no ambiente das vendas.						
Os estabelecimentos fiscalizados em 2010 foram, em maioria, de pequeno porte. Dos dezesseis encontrados, sete se estabeleciam em Macapá e os demais, dispersos por outros sete dos dezesseis municípios do Estado do Amapá. Apenas três deles foram encontrados sem qualquer documento que lhe autorizasse vender/revender tais insumos.						
As fiscalizações não detectaram ocorrências que colocassem em risco a qualidade do(s) produto(s), pois os mesmos (basicamente fertilizantes químicos e corretivos) foram comercializados em posse da documentação básica fornecida pelo fabricante e por serem, em geral, comercializados tão logo foram recebidos das distribuidoras.						
As pequenas quantidades encontradas nos estabelecimentos então não registrados ensejaram concessão de prazos, para que se processassem as regularizações, que devem acontecer apenas no exercício 2011.						

Adicionalmente, outros itens foram mensurados por indicação do MAPA:

A – Custo da Fiscalização (ICF)

Medido pela fórmula $\text{Recurso Financeiro Despendido} / \text{N. Estabelecimentos Fiscalizados}$. Em 2010, apenas um Fiscal Federal Agropecuário realizou as fiscalizações junto a 17 estabelecimentos detectados. Foram despendidos R\$ 16.225,00, portanto apresentando um custo de R\$ 954,41/fiscalização. O item visa medir a eficiência da ação fiscal.

B- Estabelecimentos Fiscalizados (IEF)

Item que busca medir a eficácia da ação fiscal e é medido pela fórmula $\text{N. Estabelecimentos Fiscalizados} / \text{N. Estabelecimentos Registrados}$. Em 2010, foram detectados 17 (dezesete) estabelecimentos com revenda de corretivos e fertilizantes (em geral calcário e adubos químicos em diversas composições e formulações). Destes 03 (três) não apresentaram autorização para comercializar tais produtos, ou seja, cerca de 82,35 % dos estabelecimentos fiscalizados se apresentaram em conformidade com as determinações legais.

Tais itens ainda não apresentam valores referenciais por parte do MAPA. Em princípio, pode-se registrar que cada um deles apresenta valor compatível com as características da região, ou seja, da de demandar por pequenas quantidades de fertilizantes e corretivos que devem estar disponíveis tanto quanto possível, próximos dos locais de consumo.

2.3.3. Execução física das ações realizadas pela UJ

QUADRO A. 2. 2 – EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade De Medida	Meta Prevista	Meta Realizada	Meta a ser Realizada em 2011
		0375	2141	A	4	Fiscalização Realizada	20	26	25

As atividades da Ação 2141 PI - FISFECOI são orientadas basicamente pela Lei 6.894 de 16.12.1980 que, regulamentada pelo Decreto 4.954/2004, dispõe sobre a inspeção e fiscalização da produção e do comércio de fertilizantes, corretivos, inoculantes ou biofertilizantes destinados à agricultura.

O trabalho com fertilizantes e corretivos teve, em 2010, dois momentos distintos. O primeiro, durante metade do exercício onde a Portaria 300 definia a configuração das Superintendências. O segundo, a partir da publicação da Portaria MAPA 428 de 09 de junho de 2010, que estabeleceu ambientes específicos para a área animal e para a área vegetal, na nova ordenação das Superintendências Federais de Agricultura.

Observado o Quadro de Anotação das Fiscalizações (em seguida), constatou-se que os estabelecimentos existentes nos municípios de Vitória do Jari e Laranjal do Jari, receberam maior número de fiscalizações quando comparados aos existentes nos demais municípios do Estado. A situação deveu-se à detecção de irregularidades em outras áreas da fiscalização – área de bebidas, por exemplo – naquele município que faz divisa com o Estado do Pará e por onde passam os produtos importados em geral consumidos no Estado do Amapá.

Quadro A - Anotação das Fiscalizações em Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes – Amapá/2010

Município	Nº de Estabelecimentos Identificados	Nº de Estabelecimentos Registrados	Nº de Fiscalizações Realizadas
Amapá	01	01	02
Laranjal do Jari	02	01	05

Macapá	07	07	08
Oiapoque	01	01	01
Pedra Branca	01	01	02
Porto Grande	01	01	01
Santana	02	01	02
Vitória do Jari	02	01	04
TOTAL	17	14	25

FONTE: Relatórios FISFECOI/2010 – Fev/2011

Vale registrar que os grandes consumidores de fertilizantes e corretivos, costumam fazer suas aquisições diretamente com o fabricante ou com representante credenciado.

A realização de concurso público permitiu a efetivação do quadro de pessoal da Agência de Defesa e Inspeção Agropecuária do Estado do Amapá – DIAGRO que apresentará, a partir de 2011, condições adequadas para execução da fiscalização da comercialização e do uso de fertilizantes e corretivos em todo o território amapaense.

Em 2010 todas as ações foram executadas por apenas um Fiscal Federal Agropecuario, não havendo perspectivas que este número se altere mesmo que aconteça um significativo incremento na demanda por esses serviços.

2.3.1.4 – PROGRAMA: SEGURANÇA E QUALIDADE DE ALIMENTOS E BEBIDAS – Cód. 0356

QUADRO A. 2. 1–DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO

AÇÃO 4746 - PADRONIZAÇÃO, CLASSIFICAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E INSPEÇÃO DE PRODUTOS VEGETAIS

IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA DE GOVERNO	
Código no PPA: 0356	Denominação: Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas
Tipo de Programa: Finalístico	
Objetivo Geral: Garantir a Segurança Alimentar	
Objetivos Específicos: Assegurar a qualidade e inocuidade de alimentos, bebidas e correlatos ofertados aos consumidores	
Gerente: Fábio Fernandes	Responsável: Raimundo Vitorino de Souza
Público Alvo: Produtores, indústrias, cerealistas, armazenistas, estabelecimentos comerciais, bolsas de mercadorias e consumidores.	

INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E FINANCEIRAS DO PROGRAMA					Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não Processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
7.371,00	7.371,00	7.371,00	3.697,22	-	3.697,22

INFORMAÇÕES SOBRE RESULTADOS ALCANÇADOS						
Ordem	Indicador (unidade de medida)	Referência			Índice Previsto no Exercício	Índice Atingido no Exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
01	Produto Fiscalizado (tonelada)	31.12.10	-	-	100%	90,37%
Fórmula do Cálculo do Índice: as quantidades são obtidas através de consultas às Notas Fiscais emitidas na origem e acompanhantes dos produtos geralmente adquiridos em outros centros produtores.						
Avalia o alcance da meta programada na LOA. Foram programadas fiscalizações em 1.600 toneladas de produtos						

alimentícios - no conjunto com arroz beneficiado, feijão, farinha de mandioca e alho - e realizadas fiscalizações em 1.446 toneladas, correspondendo a um índice de 90,37% da meta programada. Os dados foram obtidos dos Relatórios de Fiscalização.

Análise do Resultado Alcançado:

O abastecimento de alimentos básicos no Amapá ainda se faz através de expressivas importações, em geral dos grandes centros agrícolas do País. Para o trabalho, o arroz beneficiado, o feijão e a farinha de mandioca foram os itens selecionados por serem os de maior participação no consumo da população. Por outro lado, foram selecionados 150 estabelecimentos dentre os mais significativos em termos de oferta, para o desenvolvimento da atividade.

Os produtos fiscalizados foram : Arroz Beneficiado= 1.074 toneladas (774 t adquiridas em outros Estados brasileiros); Feijão= 168 t (adquiridas em outras regiões do país) e Farinha de Mandioca= 120 t (das quais 108 adquiridas em outros Estados) e Alho em bulbos= 84 toneladas importadas da República Popular da China.

Na questão relacionada a produtos importados, a fiscalização atuou visando atendimento das exigências para a internalização de produtos. O Alho em bulbos foi o único produto importado em três operações.

Os produtos de origem brasileira alvo da fiscalização, foram empacotados dentre os 7 (sete) estabelecimentos enquadrados como “empacotadores”, estabelecidos no Estado do Amapá – seis estabelecidos no município de Macapá e um no município de Santana.

Nenhum Auto de Infração foi expedido. Apenas uma fiscalização resultou em retirada de 300 kg do produto “feijão” da área de comercialização de um estabelecimento no município de Ferreira Gomes, face presença de insetos vivos e fungos. Nenhum dos entes abordados apresentou embaraços à ação fiscal, conduzida por apenas um Fiscal Federal Agropecuário.

O Estado do Amapá não dispõe de laboratório para classificação de produtos de origem vegetal em funcionamento há cerca de oito anos, isto é, desde que a estrutura então existente, na sede da Representação Estadual do Ministério da Agricultura, foi desativada.

Adicionalmente, outros itens foram mensurados por indicação do MAPA:

A- Estabelecimentos Fiscalizados (IEF)

Parâmetro que busca medir a eficácia da ação fiscal e é medido pela fórmula “Número de Estabelecimentos programados para serem Fiscalizados/N. Estabelecimentos Fiscalizados”.

Em 2010, foram selecionados 150 (cento e cinquenta) estabelecimentos dentre empacotadores (sete existentes) e comerciais (143 estabelecimentos) para atuação da fiscalização. Destes, 132 foram fiscalizados (todos os empacotadores ou 100% e 125 estabelecimentos comerciais ou 87,41% na categoria), permitindo obtenção de um índice global de 88,0%.

B- Custo da Fiscalização (ICF)

Medido pela fórmula Recurso Financeiro Despendido/N. Estabelecimentos Fiscalizados. o item visa medir a eficiência da ação fiscal.

Em 2010, apenas um Fiscal Federal Agropecuário realizou fiscalização em 132 estabelecimentos. Foram despendidos R\$ 3.697,22 portanto apresentando um custo em torno de R\$ 28,00 por estabelecimento fiscalizado.

Tal parâmetro ainda não apresenta considerações adicionais por parte do MAPA. Em princípio, pode-se registrar que o valor está compatível com a configuração

2.3.4. Execução física das ações realizadas pela UJ

QUADRO A. 2. 2 – EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade De Medida	Meta Prevista	Meta Realizada	Meta a ser Realizada em 2011
		0356	4746	A	4	Produto Fiscalizado (tonelada)	1.600	1.446	1.600

As atividades da Ação 4746 PI - PADCLASSIF foram orientadas pela Lei Lei nº 9.972, de 05 de Maio de 2000, em seu Art. 1º, inciso I, e Art.3º, do Decreto nº 6.268, de 22 de Novembro de 2007.

O trabalho do PADCLASSIF teve dois momentos distintos em 2010. Na primeira metade do exercício a Portaria 300 definiu a configuração das Superintendências. Na segunda, a partir da publicação da Portaria MAPA 428 de 09 de junho de 2010 que, dentre outros, estabeleceu ambientes específicos para a área animal e para a área vegetal, na nova ordenação das Superintendências Federais de Agricultura

No ambiente externo, esse trabalho tem registrado importação de outros países de alguns produtos, como no caso do alho importado da República Popular da China que apresenta preços atrativos para este tipo de transação comercial.

As culturas alimentares – especialmente arroz e feijão – deverão continuar sendo importadas para que o Estado do Amapá possa garantir a oferta desses produtos, Daí que se projeta a necessidade de implantar um laboratório capaz de atender as necessidades de análises para classificação desses produtos, pois atualmente as análises, das mais simples às mais complexas, são realizadas em outras unidades da federação acarretando aumento nas despesas – face ao envio das amostras – e, na maioria dos casos, consumo excessivo tempo para fornecimento/obtenção dos dados das análises, que se caracterizam como situações causadoras de certo desconforto nas relações com os demandantes deste tipo serviço.

A efetivação do quadro de pessoal da Agência de Defesa e Inspeção Agropecuária do Estado do Amapá – DIAGRO permitirá a ampliação dessas ações através de parcerias, a partir de 2011, para execução do que for delegável nas questões relacionadas com a classificação de produtos vegetais, já que em 2010 todas as ações foram executadas por apenas um Fiscal Federal Agropecuario, embora esforços possam ser conduzidos no sentido de agregar apenas pessoal de apoio no caso de eventual incremento significativo na demanda por esses serviços.

2.3.1.5- PROGRAMA: SEGURANÇA E QUALIDADE DE ALIMENTOS E BEBIDAS – Cód. 0356

QUADRO A. 2. 1 – DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO

AÇÃO 8939 - INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL PI IPVEGETAL2

IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA DE GOVERNO	
Código no PPA: 0356	Denominação: Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas
Tipo de Programa: Finalístico	
Objetivo Geral: Garantir a Segurança Alimentar	
Objetivos Específicos: Assegurar a qualidade e inocuidade de alimentos, bebidas e correlatos ofertados aos	

consumidores	
Gerente: Helder Moreira Borges	Responsável: Alda Lúcia Brabo Alves
Público Alvo: Produtores, indústrias, cerealistas, armazenistas, estabelecimentos comerciais, bolsas de mercadorias e consumidores.	

INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E FINANCEIRAS DO PROGRAMA					Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não Processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
15.803,50	15.803,50	15.803,50	9.928,17	6.075,33	9.928,17

INFORMAÇÕES SOBRE RESULTADOS ALCANÇADOS

Ordem	Indicador (unidade de medida)	Referência			Índice Previsto no Exercício	Índice Atingido no Exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
01	Estabelecimento Inspeccionado (unidade)	31.12.10	-	-	100%	100%
Fórmula do Cálculo do Índice: N. Estabelecimentos Inspeccionados/N. Estabelecimentos Registrados						
Avalia o alcance da meta programada na LOA. Foram programados 19 (dezenove) estabelecimentos para serem inspeccionados. Foram inspeccionado os 08 (oito) estabelecimentos em funcionamento. Os dados foram obtidos dos Relatórios de Inspeção.						
Análise do Resultado Alcançado:						
As ações do trabalho aqui descritas se dirigiram às bebidas não alcoólicas num ambiente que apresentou 08 (oito) indústrias em funcionamento – um na produção de refrigerantes, uma na produção de polpas de frutas diversas e seis com produtos vegetais regionais (beneficiamento de açaí) - dentre as 16 (dezesesseis) registradas no Amapá. A programação 2010 previu que 19 (dezenove) estabelecimentos fossem inspeccionados - 16 (dezesesseis) efetivamente registrados e a expectativa de 3 (três) novos registros. Porém apenas 8 (oito) dentre os registrados, permaneceram em funcionamento. Esta situação fornece um índice de apenas 42,10% de atingimento da meta proposta. Porém se observarmos que as anotações registradas no SIPLAN referem-se a “inspeções realizadas” entende-se que foi alcançado o índice de 100%, visto que foram realizadas 20 (vinte) inspeções para 8 (oito) estabelecimentos em funcionamento. Deste modo, optou-se por apresentar o resultado conforme no quadro acima, como reconhecimento ao trabalho realizado e não apenas ao registro com outro sentido. Das que se dedicam à elaboração do produto açaí, apenas uma tem o total da produção comercializada no exterior. As demais abastecem outros estados brasileiros. A produção de refrigerantes e a de polpas diversas, são ofertadas no comércio local. Por tais circunstâncias e por se tratar de produtos de grande consumo – foram produzidos 38.374.412,75 litros de refrigerantes em 2010 no Amapá - o trabalho se reveste de características e cuidados especiais, cujo resultado final está na conformidade de 100% da produção oriunda dos estabelecimentos inspeccionados. Nenhum dos entes abordados apresentou embaraços à ação fiscal, conduzida por apenas um Fiscal Federal Agropecuário.						

As ações tipicamente técnicas da SFA/AP na área de bebidas, durante o exercício de 2010, foram orientadas pela Lei 8.918 de 14 de julho de 1994, regulamentada pelo Decreto 6.871 de 04 de junho de 2009 e; pela Instrução Normativa nº 01 MAPA de 07 de janeiro de 2000. A legislação citada dispõe sobre a padronização, a classificação, o registro, a inspeção, a produção e a fiscalização de bebidas, assim como aprova regulamento Técnico para fixação de padrões de identidade e qualidade para polpa e suco de frutas.

Por outro lado, o trabalho com bebidas recebeu na quase totalidade do primeiro semestre de 2010, orientações administrativas da Portaria 300 que definia a configuração das Superintendências. A partir da publicação da Portaria MAPA 428 de 09 de junho de 2010, o trabalho recebeu nova formatação administrativa, já que foram estabelecidos ambientes específicos para a área animal e para a área vegetal, na mais recente ordenação das Superintendências Federais de Agricultura.

O Serviço de Inspeção de Produtos Agropecuários – SIPAG/DT/AP, atual Serviço de Sanidade, Inspeção e Fiscalização Vegetal - SIFISV/DDA/AP registrou, no exercício 2010, a realização de 20 inspeções em estabelecimentos que produzem bebidas no Estado do Amapá, citado no quadro acima. As Inspeções foram realizadas segundo a Lista de Verificação (que se encontrava em adaptação), enquanto documento fiscal, que orientou a avaliação das etapas do processo de produção, a situação higiênico-sanitária do estabelecimento e da matéria prima envolvida no processo tecnológico. O produto daí obtido constituiu-se, efetivamente, no principal objetivo da inspeção de bebidas, vinhos e outros produtos de origem vegetal ou, entre outras palavras, que permite o funcionamento do estabelecimento.

QUADRO A. 2. 2 – EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade De Medida	Meta Prevista	Meta Realizada	Meta a ser Realizada em 2011
		0356	8939	A	4	Estabelecimento Inspecionado (unidade)	19	8	20

Entendeu-se por prudente registrar neste demonstrativo a Meta na Unidade de Medida de acordo com o SIPLAN, embora considerando os comentários registrados no campo “Análise do Resultado Alcançado”

No entanto, para que a Inspeção aconteça algumas atividades lhe antecedem, outras lhes são decorrentes e outras ainda lhes são complementares, conforme indicado no quadro em seguida.

DEMONSTRATIVO DE AÇÕES COMPLEMENTARES – ÁREA DE VINHOS E BEBIDAS – 2010

ESPECIFICAÇÃO	PROGRAMADO	REALIZADO
Análise de anteprojeto de unidade industrial	-	2
Vistoria p/ Registro de Estabelecimento	2	3
Orientação quanto a Processo de Registro	-	5
Registro de Técnico Responsável p/estabelecimento – SIPE	-	1
Estabelecimento Registrado	2	1
Produtos Registrados	4	13
Análise de Processos p/Registro de produtos sob concessão	-	7
Estabelecimento Comercial Fiscalizado	15	10
Cancelamento de Registro de Estabelecimento	-	1
Cancelamento de Registro de Produto	-	10
Colheita de Amostras	10	2
Participação de Cursos e Reuniões externas	-	2
Atendimento ao Público	-	30

FONTE: Relatórios e Outras Anotações do RT PI IPVEGETAL2 – FEV/2011

Algumas dessas atividades foram realizadas sem estarem programadas, ou até mesmo sem estar relacionado nas obrigações de seus executores, isto no sentido minimizar a escassez de mão de obra especializada para assessoramento dos que pretendem ingressar na atividade ou, se nela atuantes, desejam ampliar/diversificar os empreendimentos.

Do mesmo modo, a SFA/AP – Área de Bebidas – participou da “Operação Açúcar”, em junho de 2010 oportunidade em que, em nível nacional, foi verificado o uso de edulcorantes em refrigerantes. Os resultados das análises confirmaram a conformidade dos refrigerantes fabricados no Amapá.

Registro especial se faz ao açaí – tradicional produto da Amazônia brasileira – pelos mercados que vem conquistando. Apresentando característica da melhor qualidade do produto para consumo estar na função direta da menor distância entre a fonte da matéria prima e a unidade de beneficiamento, tal produto tem o estuário do rio Amazonas como área ideal para sua industrialização, já que nela se encontra a principal ocorrência do açaizeiro, razão de se registrar expectativa para a implantação, em curto e médio prazo, de diversas indústrias de beneficiamento de açaí na região.

Entretanto o beneficiamento do açaí – obtenção do produto açaí – outra importante característica natural. A produção nos açaizais nativos ocorre de maneira sazonal, de modos que a safra do lado amapaense acontece quando se caracteriza o período de entressafra do lado paraense, e vice-versa. O fato influencia tanto o comportamento de maioria das empresas beneficiadoras do produto, que mantém ou que reativa o funcionamento no lado em que as condições de oferta da matéria prima forem mais favoráveis; quanto na margem de erro nas projeções da SFA/AP para o atendimento dessas demandas.

A efetivação do quadro de pessoal da Agência de Defesa e Inspeção Agropecuária do Estado do Amapá – DIAGRO permitirá a ampliação dessas ações através de parcerias, a partir de 2011, para execução do que for delegável nas questões relacionadas com a classificação de produtos vegetais, já que em 2010 todas as ações foram executadas por apenas um Fiscal Federal Agropecuário, embora esforços possam ser conduzidos no sentido de agregar apenas pessoal de apoio no caso de eventual incremento significativo na demanda por esses serviços.

O Serviço de Saúde, Inspeção e Fiscalização Animal - SIFISA/DDA/SFA – AP, instituído a partir da nova Portaria nº 428 de 09 de junho de 2010, tem como principais atividades dentro do Organograma da Superintendência Federal de Agricultura no Amapá – SFA/AP, de modo geral, segundo Art. nº 25 da citada Portaria, o seguinte: compete programar, promover, orientar, controlar e auditar a execução das atividades de saúde animal, de inspeção de produtos de origem animal e de fiscalização de insumos pecuários.

De acordo com o novo ordenamento tem agora sob sua responsabilidade 03 programas Finalístico e 08 ações orçamentárias na área animal, dentre as quais serão descritas a seguir:

1 – PROGRAMA: SEGURANÇA DA SANIDADE NA AGROPECUÁRIA – Cód. 0357 incorpora as seguintes ações:

- Ação 4842 - ERRADICAÇÃO DA FEBRE AFTOSA – FEBREAFTOSA;
- Ação 8658 - PREVENÇÃO CONTROLE E ERRADICAÇÃO DAS DOENÇAS DOS ANIMAIS – PCEANIMAL;
- Ação 2139 - VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO DO TRÂNSITO INTERESTADUAL DE ANIMAIS, SEUS PRODUTOS E INSUMOS – VIGIZOO.

2 – PROGRAMA: SEGURANÇA E QUALIDADE DE BEBIDAS – Cód. 0356 incorpora as seguintes ações:

- Ação 8938 - INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL – ISPANIMAL 3;

- Ação 4745 - FISCALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES COM ORGANISMOS GENETICAMENTE MODIFICADOS – FISCOGEN;
- Ação 4723 - CONTROLE DE RESÍDUOS E CONTAMINANTES EM PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL E VEGETAL – RESÍDUOS.

3 – PROGRAMA: QUALIDADE DE INSUMOS E SERVIÇOS AGROPECUÁRIOS- Cód. 0375

- Ação 2140 - FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS DE USO VETERINÁRIO – FISPROVET;
- Ação 2124 - FISCALIZAÇÃO DE INSUMOS DESTINADOS A ALIMENTAÇÃO ANIMAL – FISCINAM.

A eficiência da defesa agropecuária é assegurada pelo cumprimento de normas fitossanitárias estabelecida pela Lei nº569 de 21.12.1948, regulamentada pelo Decreto nº 27.932 de 28.03.1950 e demais normas vigentes; estabelecidas em decorrência de acordos comerciais celebrados entre agentes econômicos do país e do exterior. Eventuais falhas na aplicação dessas normas podem resultar em sério prejuízo direto à população brasileira, ao agente econômico e à economia, ao comprometer a sanidade vegetal, a saúde do rebanho e a credibilidade do produto brasileiro interno e internacional. Para que a defesa agropecuária torne-se eficiente é necessário desenvolver um esforço de articulação institucional entre as instâncias dos governos federal, estadual e municipal, assegurada pela Lei nº 9.712 de 20/11/98, que alterou a Lei nº 8171 de 07/01/91 – Lei Agrícola, acrescentando-lhe os dispositivos referentes às questões relativas a Defesa Agropecuária, conhecida como Organização do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - SUASA, para promover a integração das ações nas três esferas administrativas, atualização técnico-científica dos serviços, base técnico-científica e a capacitação dos servidores do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA e dos serviços estaduais e municipais que atuam na área. Isto porque a extensão do País, o desafio da vigilância nas fronteiras e a diversidade de atividades agropecuárias exigem grande cobertura e efetividade das ações em todo o território brasileiro. Os impactos econômicos e sociais adversos decorrentes da defesa agropecuária operar abaixo das necessidades do agronegócio refletem-se no comprometimento da produção e da produtividade agropecuária, com consequências na redução das exportações, em função da diminuição do acesso e manutenção de mercado, no de emprego, na redução da renda no campo e na migração do campo para a periferia dos grandes centros urbanos, com impacto negativo para o País e comprometimento da segurança alimentar, da saúde humana e do meio ambiente.

2.3.1.6. PROGRAMA: SEGURANÇA DA SANIDADE NA AGROPECUÁRIA – Cód. 0375

QUADRO A.2.1 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO

Identificação do Programa de Governo					
Código no PPA: 0357		Denominação: SEGURANÇA DA SANIDADE NA AGROPECUÁRIA			
Tipo do Programa: Finalístico					
Objetivo Geral: GARANTIR A SEGURANÇA ALIMENTAR					
Objetivos Específicos: Minimizar o risco de introdução e disseminação de pragas e doenças que afetam a produção agropecuária, atendendo às exigências de padrões fitozoossanitários dos mercados internos e externos					
Gerente: Francisco Sergio Ferreira Jardim			Responsável: Adriano Benicio Valadares		
Público Alvo: Produtores, consumidores, exportadores, importadores, transportadores, inclusive passageiros, armazenadores e demais integrantes da cadeia produtiva agropecuária					
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
FEBREAFTOSA: 3.108.327.39	3.108.327.39	3.108.327.39	3.108.327.39	00.00	3.108.327.39

PCEANIMAL: 50.729,58	50.729,58	50.729,58	50.729,58	00,00	50.729,58	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Área Declarada Livre de Febre Aftosa com Vacinação (km²)	31.12.2007	1.350.461,710	8.419.530,420	142.815	142.815
Fórmula de Cálculo do Índice: Área do território nacional declarada livre de febre aftosa com vacinação, pela OIE.						
Análise do Resultado Alcançado						

Primeiramente informamos que não temos acesso a senha do SIGPLAN conforme orienta o preenchimento do quadro A.2.1 – DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO que recomenda a Portaria TCU nº277 de 07.12.2010, onde o acesso a tal sistema só é permitido ao Coordenador Nacional do Programa em Brasília, dessa forma tomamos por base as informações do SIPLAN onde é permitido nosso acesso e também as do anexo I da Lei 11.653 de 07.04.2008. No SIPLAN só existem metas estabelecidas para os estados da federação que são livres de Aftosa com vacinação e sem vacinação (Santa Catarina), portanto qualquer calculo de efetividade nesta ação poderá ficar prejudicado, visto que o Estado do Amapá é considerado Alto Risco para Febre Aftosa segundo classificação recente do MAPA

Por outro lado, tivemos um aporte de recursos nos 02 últimos anos considerável, exclusivamente para execução da Operação de Vacinação contra Febre Aftosa e Peste Suína Clássica, denominada Agulha Oficial realizada diretamente pelo Departamento de Saúde Animal da Secretaria de Defesa Agropecuária, executada através da SFA/AP.

Antes de comentarmos sobre os resultados das ações, é importante mencionar a força de trabalho do atual SIFISA/AP estabelecido pela Portaria nº 428/2010/SDA/MAPA:

Servidor	Função	RT
Adriano Benício Valadares	FFA Méd Vet	FEBREAFTOSA/VIGIZOO
Aldenora Pontes da Silva	Datilografa	
Francisco de Assis Nobre dos Santos	Agente de Serviços Complementares	
Francisco Caninde da Silva	FFA Méd Vet	FISPROVET/FISCINAN/FISCOGEM
Jose Dorceles Paiva Rabelo	FFA Méd Vet	PCEANIMAL
Jose Eli Viana de Souza	Aux Operacional de Serviços Diversos	
Jose Pinto do Nascimento	Agente de Atividades Agropecuarias	FISPROVET/FISCINAN
Juvenal de Araujo Neto	FFA Méd Vet	INSPANIMAL 3
Oneizes Tavares da Costa	Datilografo	
Wanderleia de Barros Gomes	FFA Méd Vet	INSPANIMAL 3

Verificamos acima, o numero reduzido de Fiscais Federais Agropecuarios e Agentes de Atividades Agropecuarias para trabalhar nas atividades de cada Programa Interno – PI. Ainda temos o problema funcional, alertado em outras ocasiões pelo TCU/AGU, do “desvio de função”, ou seja, a legalidade de se envolver servidores caracterizados pela função em que ocupa, em atividades inerentes do PI, até então exclusivas de FFA's e Agentes de Atividades Agropecuarias e outras. Embora conste no SIPLAN a meta manutenção da Área Livre de Febre Aftosa o Estado do Amapá,

recentemente, através da Portaria Secretaria de Defesa Agropecuaria – SDA nº25 de 06.10.2010, conquistou o reconhecimento nacional pelo MAPA de zona de alto risco para a citada enfermidade. Podemos afirmar que o avanço se deu em função dos resultados da I Operação Agulha Oficial, realizada em outubro a dezembro de 2009. As ações de prevenção contra Febre Aftosa são executadas diretamente pela Agencia de Defesa Agropecuária do Estado do Amapá – DIAGRO, que teve sua fundação através da Lei Nº 0701 de 28 de Junho de 2002 e regulamentada pelo decreto Nº 5671 de 26 de agosto de 2002; posteriormente criou-se a Lei 869 de 31.12.2004 que dispõe sobre a inspeção; fiscalização; defesa sanitária animal e vegetal.

O principal entrave para desenvolvimento pleno das ações de defesa e fiscalização ainda é a falta de estrutura estrutural e financeira do órgão executor. Hoje a agencia possui 12 Unidades Locais de Saude Animal e Vegetal - ULSAV's e 05 Escritorios de Atendimento a Comunidade - EAC localizados nos seguintes municípios: Porto Grande, São Joaquim do Pacui (Macapá), Oiapoque, Santana, Tartarugalzinho, Cutias, Mazagão, Laranjal do Jari, Amapá, Serra do Navio, Macapá e Ferreira Gomes . Nesses municípios, não existem prédios próprios das unidades e escritorios, as vezes funcionando em locais alugados ou emprestados. Em 2010 o quadro de veterinários da agencia foi aumentado através de concurso publico, mas ainda não se atingiu o ideal. Os que estavam trabalhando por contratos administrativos, foram demitidos em dezembro de 2010, e até a presente data espera-se que haja novas convocações pelo Governador recém empossado. Outro problema é o repasse financeiro mensal pelo governo do estado para o desenvolvimento das atividades zoofitossanitarias daquele órgão de defesa, que atualmente gira em torno de R\$ 20.000,00 – quantidade insuficiente para atendimento pleno das atividades

Como aconteceu ano passado as propostas de convenio com a DIAGRO objetivando a estruturação da Agencia para as ações de controle e erradicação da Febre Aftosa e manutenção do sistema de vigilância e controle do trânsito de animais e de produtos de origem animal, o MAPA analisou propostas de repasse de recursos para DIAGRO através de convênio em 2010, sendo que falta de documentação adequada – principalmente a que trata da adiplencia do Governo do Estado e analise em tempo hábil, os recursos não foram repassados.

Dando continuidade no Estado do Amapá, das ações diretas do Departamento de Saúde Animal – DSA, da Secretaria de Defesa Agropecuaria – SDA, através da Nota Técnica nº50 de 16.08.2010; com objetivo de acelerar o processo de erradicação da febre aftosa do Estado do Amapá, e alcançar o reconhecimento internacional de país livre, seguindo as normas, diretrizes e compromissos internacionais; é que através da SFA/AP, realizou a II Operação Agulha Oficial, em todos os municípios, cujo objetivo foi à vacinação oficial contra febre aftosa e peste suína clássica, no período de 18 de outubro a 12 de dezembro de 2010. A campanha objetivou vacinar, cadastrar e georreferenciar bovídeos e suídeos em todo o Estado do Amapá, envolvendo técnicos da SFA/AP, DIAGRO/AP, RURAP/AP e técnicos de outros estados da federação.

Este ano foi realizado 01 fiscalização na Feira Agropecuária no município de Macapá. Nos municípios de Amapá e Laranjal do Jari, esse ano, as feiras não aconteceram. Dentre as exigências na feira de Macapá, foi cobrada a entrada de animais com as respectivas GTA's e exames de sanidade.

Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
2	Número de Estabelecimentos Certificados como Livres ou Monitorados para Brucelose e Tuberculose Bovina e Bubalina-	8/01/2004	120	2.500	00	00

	unidade					
--	---------	--	--	--	--	--

Fórmula de Cálculo do Índice:

Número de propriedades que foram atendidas pelo sistema de defesa sanitária animal, no sentido de prevenir, controlar ou erradicar enfermidades dos animais

Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
3	Numero de Ocorrências da Peste Suína Clássica-unidade-unidade	1/12/2006	01	00	00	00

Fórmula de Cálculo do Índice:

Número total de casos confirmados da peste suína clássica em rebanhos do país.

Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
4	Numero de Ocorrências de Casos da Doença da Vaca Louca-unidade	1/12/2001	00	00	00	00

Fórmula de Cálculo do Índice:

Número total de casos confirmados da doença da vaca louca em rebanhos do país

Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
5	Número de Ocorrências de Raiva Bovina-unidade	1/12/2006	2.454	1.610	01	00

Fórmula de Cálculo do Índice:

Número total de casos confirmados de Raiva Bovina em rebanhos do país.

Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		

6	Plantéis Avícolas Certificados pelo Programa Nacional de Sanidade Avícola- unidade	1/8/2007	1.700	2.700	00	00
---	--	----------	-------	-------	----	----

Fórmula de Cálculo do Índice:

Número total de estabelecimentos certificados pelo PNSA, por estados.

Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
7	Propriedade atendida-unidade				5.000	5.000

Fórmula de Cálculo do Índice:

Número de propriedades que foram atendidas pelo sistema de defesa sanitária animal, no sentido de prevenir, controlar ou erradicar enfermidades dos animais.

2.3.1.6.1. Execução Física das Ações Realizadas Pela UJ

Análises dos Resultados Alcançados dos Índices acima

Entre as ações inerentes do Programa Interno - PCEANIMAL destacam-se, as subações caracterizados pelos seguintes programas: segundo PPA 2008-2011- Programa Nacional de Sanidade Avícola - PNSA, Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose- PNCEBT, Programa Nacional de Sanidade dos Equídeos- PNSE e Programa Nacional de Controle da Raiva dos Herbívoros e Outras Encefalopatias-PNCRH.

As atividades voltadas ao controle da Sanidade Avícola – PNSA, instituído através da Portaria SDA/MAPA nº193 de 19.09.1994; têm dado ênfase ao cadastramento georeferenciado das granjas de postura existente no estado, não concluída em 2009 e ainda pendente em 2010 por parte da DIAGRO. Também há atendimentos de suspeitas de doenças de notificação obrigatória, de acordo com a Instrução Normativa SDA/MAPA nº17 de 07.04.2006, como New Castle e Influenza Aviária; onde após os procedimentos iniciais, materiais são coletados e enviados ao Laboratório do Ministério da Agricultura – LANAGRO/AP; de todos os atendimentos num total de 02, feitos neste ano, deram negativos para tais doenças. Não existem médicos veterinários autônomos habilitados para emissão de Guias de Trânsito Animal para aves e ovos férteis. Também não existem granjas avícolas de reprodução e consequentemente não há controle de salmoneloses e microplasmose.

O Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose Animal- PNCEBT, criado através da Instrução Normativa SDA/MAPA nº06 de 08.01.2004, aprova o regimento técnico do programa e tem como objetivo baixar a prevalência e a incidência de casos de brucelose e de tuberculose e criar um número significativo de propriedades certificadas que ofereçam ao consumidor produtos de baixo risco sanitário. Dentre suas estratégias, estabelece a vacinação obrigatória contra brucelose nas fêmeas de bovinos de 02 a 06 meses de idade. Porém para que o Estado aplique as regras do regulamento é necessário a DIAGRO/AP normatizar sua Lei nº0869, de 31 de dezembro de 2004, que dispõe sobre a defesa, inspeção e fiscalização sanitária vegetal, animal e de produtos e subprodutos, inclusive artesanais comestíveis, de origem animal e vegetal, cria o Serviço de Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos e Subprodutos de Origem Animal e Vegetal - SIE, no âmbito do Estado do Amapá e dá outras providências. Onde no Capítulo II, Art. nº9, Parágrafo único, insere: “O Poder Executivo, para o atendimento dos

objetivos desta Lei, definirá, em **regulamentos específicos, os programas de sanidade animal** referentes às doenças e às pragas cujo combate e erradicação forem considerados de peculiar interesse do Estado, bem como as medidas e ações necessárias à proteção dos animais” (*grifo nosso*). Dessa maneira a efetiva aplicação do programa de controle e erradicação da brucelose e tuberculose animal precisa da normatização de tal lei, de modo que a aplicação atual do programa se dá principalmente durante a movimentação de animais de outros estados da federação (transito interestadual), principalmente para participação em feiras agropecuárias, onde são exigidos os exames de Brucelose e Tuberculose.

Com relação ao Programa Nacional de Controle da Raiva dos Herbívoros e Outras Encefalopatias, estabelecido através da Instrução Normativa SDA/MAPA nº05 de 01.03.2002; o SIFISA/AP realiza as fiscalizações das ações da DIAGRO/AP visando ao efetivo controle da ocorrência da Raiva dos Herbívoros no Estado. A principal meta é o controle populacional de seu principal transmissor, o *Desmodus rotundus*, na adoção da vacinação dos herbívoros domésticos (em áreas de risco), associados a outras medidas profiláticas e de vigilância adotados na defesa sanitária animal. Desta forma o SIFISA acompanha e coordena as ações executadas pela DIAGRO no controle dessa enfermidade.

Não foram feitos treinamentos para realizar coleta de encéfalos para análise de encefalopatias transmissíveis, e devido a falta de cadastro em tempo hábil das propriedades agropecuárias, o SIFISA não realizou em 2010 coletas de amostras de alimentação de ruminantes em propriedades de produção pecuárias, devido principalmente ser a criação de bovídeos de modo extensivo, não sendo comum a alimentação ao cocho.

Com relação ao Programa Nacional de Sanidade dos Equídeos – PNSE, estabelecido pela Instrução Normativa nº17 de 08.05.2008, as atividades estão de forma lentas, apesar de estrutura do o laboratório de diagnostico animal da DIAGRO estar pronta, ainda não foi credenciado pelo MAPA, devido principalmente a falta de treinamentos dos veterinários que serão responsáveis pelo laboratório. Inexistem laboratórios particulares credenciados para diagnóstico de Anemia Infecciosa Equina – AIE. Também é prioridade do PNSE a reestruturação da Comissão Estadual de Anemia Infecciosa Equina – CECAIE/AP que pretende ser renovada para trabalhar em 2011, apos os novos veterinários concursados da DIAGRO serem efetivados e também, como citado acima para a brucelose e tuberculose, o Órgão Executor Estadual normatize a citada lei para que sejam desenvolvidos regras de controle e erradicação para os programas da área animal.

Finalmente, em relação ao Programa de Sanidade Suídea – PNSS; esta SFA/AP através das instruções do DSA vem desde 2009, vacinando anualmente os suídeos dos estados criados em confinamento, através da Operação denominada Agulha Oficial. Ainda não existem granjas certificadas e nem abatedouros sifados para suídeos. A criação no estado é predominantemente extensiva e de subexistência. Este ano não foi registrado nenhum foco de Peste Suína no Estado do Amapá.

Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
2	Número de Estabelecimentos Certificados como Livres ou Monitorados para Brucelose e Tuberculose Bovina e Bubalina-unidade	8/01/2004	120	2.500	00	00

Fórmula de Cálculo do Índice:

Número de propriedades que foram atendidas pelo sistema de defesa sanitária animal, no sentido de prevenir, controlar ou erradicar enfermidades dos animais

Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
3	Numero de Ocorrências da Peste Suína Clássica-unidade-unidade	1/12/2006	01	00	00	00

Fórmula de Cálculo do Índice:

Número total de casos confirmados da peste suína clássica em rebanhos do país.

Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
4	Numero de Ocorrências de Casos da Doença da Vaca Louca-unidade	1/12/2001	00	00	00	00

Fórmula de Cálculo do Índice:

Número total de casos confirmados da doença da vaca louca em rebanhos do país

Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
5	Número de Ocorrências de Raiva Bovina-unidade	1/12/2006	2.454	1.610	01	00

Fórmula de Cálculo do Índice:

Número total de casos confirmados de Raiva Bovina em rebanhos do país.

Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
6	Plantéis Avícolas Certificados pelo Programa Nacional de Sanidade Avícola-unidade	1/8/2007	1.700	2.700	00	00

Fórmula de Cálculo do Índice:

Número total de estabelecimentos certificados pelo PNSA, por estados.

Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
7	Propriedade atendida-unidade				5.000	5.000

Fórmula de Cálculo do Índice:

Número de propriedades que foram atendidas pelo sistema de defesa sanitária animal, no sentido de prevenir, controlar ou erradicar enfermidades dos animais.

Análises dos Resultados Alcançados dos Índices acima

Entre as ações inerentes do Programa Interno - PCEANIMAL destacam-se as subações caracterizados pelos seguintes programas, segundo PPA 2008-2011: Programa Nacional de Sanidade Avícola - PNSA, Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose- PNCEBT, Programa Nacional de Sanidade dos Equídeos- PNSE e Programa Nacional de Controle da Raiva dos Herbívoros e Outras Encefalopatias-PNCRH.

As atividades voltadas ao controle da Sanidade Avícola – PNSA, instituído através da Portaria SDA/MAPA nº193 de 19.09.1994; têm dado ênfase ao cadastramento georeferenciado das granjas de postura existente no estado, não concluída em 2009 e ainda pendente em 2010 por parte da DIAGRO. Também há atendimentos de suspeitas de doenças de notificação obrigatória, de acordo com a Instrução Normativa SDA/MAPA nº17 de 07.04.2006, como New Castle e Influenza Aviária; onde após os procedimentos iniciais, materiais são coletados e enviados ao Laboratório do Ministério da Agricultura – LANAGRO/AP; de todos os atendimentos num total de 02, feitos neste ano, deram negativos para tais doenças. Não existem médicos veterinários autônomos habilitados para emissão de Guias de Trânsito Animal para aves e ovos férteis. Também não existem granjas avícolas de reprodução e consequentemente não há controle de salmoneloses e microplasmose

O Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose Animal - PNCEBT, criado através da Instrução Normativa SDA/MAPA nº06 de 08.01.2004, aprova o regimento técnico do programa e tem como objetivo baixar a prevalência e a incidência de casos de brucelose e de tuberculose e criar um número significativo de propriedades certificadas que ofereçam ao consumidor produtos de baixo risco sanitário. Dentre suas estratégias, estabelece a vacinação obrigatória contra brucelose nas fêmeas de bovinos de 02 a 06 meses de idade. Porém para que o Estado aplique as regras do regulamento é necessário a DIAGRO/AP normatizar sua Lei nº0869, de 31 de dezembro de 2004, que dispõe sobre a defesa, inspeção e fiscalização sanitária vegetal, animal e de produtos e subprodutos, inclusive artesanais comestíveis, de origem animal e vegetal, cria o Serviço de Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos e Subprodutos de Origem Animal e Vegetal - SIE, no âmbito do Estado do Amapá e dá outras providências. Onde no Capítulo II, Art. nº9, Parágrafo único, insere: “O Poder Executivo, para o atendimento dos objetivos desta Lei, definirá, em **regulamentos específicos, os programas de sanidade animal** referentes às doenças e às pragas cujo combate e erradicação forem considerados de peculiar interesse do Estado, bem como as medidas e ações necessárias à proteção dos animais” (*grifo nosso*). Dessa maneira a efetiva aplicação do programa de controle e erradicação da brucelose e tuberculose animal, precisa da normatização de tal lei, de modo que a aplicação atual do programa se dá principalmente durante a movimentação de animais de outros estados da federação (transito interestadual), principalmente para participação em feiras agropecuárias, onde são exigidos os exames de Brucelose e Tuberculose.

Com relação ao Programa Nacional de Controle da Raiva dos Herbívoros e Outras Encefalopatias, estabelecido através da Instrução Normativa SDA/MAPA nº05 de 01.03.2002; o SIFISA/AP realiza as fiscalizações das ações da DIAGRO/AP visando ao efetivo controle da ocorrência da Raiva dos Herbívoros no Estado. A principal meta é o controle populacional de seu principal transmissor, o *Desmodus rotundus*, na adoção da vacinação dos herbívoros domésticos (em áreas de risco), associados a outras medidas profiláticas e de vigilância adotados na defesa sanitária animal. Desta forma o SIFISA acompanha e coordena as ações executadas pela DIAGRO no controle dessa enfermidade.

Não foram feitos treinamentos para realizar coleta de encéfalos para análise de encefalopatias transmissíveis, e devido a falta de cadastro em tempo hábil das propriedades agropecuárias, o SIFISA não realizou em 2010 coletas de amostras de alimentação de ruminantes em propriedades de produção pecuárias, devido principalmente ser a criação de bovídeos de modo extensivo, não sendo comum a alimentação ao cocho.

Com relação ao Programa Nacional de Sanidade dos Equídeos – PNSE, estabelecido pela Instrução Normativa nº17 de 08.05.2008, as atividades estão de forma lentas, apesar de estrutura do o laboratório de diagnostico animal da DIAGRO estar pronta, ainda não foi credenciado pelo MAPA, devido principalmente a falta de treinamentos dos veterinários que serão responsáveis pelo laboratório. Inexistem laboratórios particulares credenciados para diagnóstico de Anemia Infecciosa Equina – AIE. Também é prioridade do PNSE a reestruturação da Comissão Estadual de Anemia Infecciosa Equina – CECAIE/AP que pretende ser renovada para trabalhar em 2011, apos os novos veterinários concursados da DIAGRO serem efetivados e também, como citado acima para a brucelose e tuberculose, o Orgão Executor Estadual normatize a citada lei para que sejam desenvolvidos regras de controle e erradicação para os programas da área animal.

Finalmente, em relação ao Programa de Sanidade Suídea – PNSS; esta SFA/AP através das instruções do DSA vem desde 2009, vacinando anualmente os suídeos dos estados criados em confinamento, através da Operação denominada Agulha Oficial. Ainda não existem granjas certificadas e nem abatedouros sífados para suídeos. A criação no estado é predominantemente extensiva e de subexistência. Este ano não foi registrado nenhum foco de Peste Suína no Estado do Amapá.

Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
8	Taxa de Conformidade no Controle de Fronteiras-%	31.12.2002	95	95	100	100

Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
8	Taxa de Conformidade no Controle de Fronteiras-%	31.12.2002	95	95	100	100

Fórmula de Cálculo do Índice

Relação percentual entre as permissões de trânsito emitidas e o número de partidas inspecionadas, com base na percepção de enfermidades.

Análise do Resultado Alcançado

A execução da ação de Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Animais e seus Produtos são realizados pela DIAGRO. As principais ações desenvolvidas são a Vigilância Epidemiológica e a Fiscalização do Trânsito de animais e de produtos de origem animal voltados para a prevenção da Febre Aftosa e do controle de outras ocorrências zoossanitárias.

Ao SIFISA compete coordenar a execução das atividades, e realizar supervisões e auditorias nas ULSAV's, nos Postos fixos e móveis de controle do trânsito da DIAGRO, com o objetivo de se verificar a estrutura física e o desempenho das atividades pelo órgão executor quanto a emissões de Guia de Trânsito Animal – GTA e atendimento a notificações.

Atualmente a DIAGRO ainda não possui quadro efetivo de funcionários localizados nas unidades e nem as instalações de Unidades Locais de Saúde Animal e Vegetal adequadas nos municípios para oferecer um controle sobre a movimentação de animais no Estado, tal situação dificulta as supervisões do SIFISA e o cumprimento de algumas metas descritas no Plano Plurianual 2008-2011.

A principal atividade no SIFISA é a Fiscalização de salgadeiras de couros cru de bovinos e bubalinos. Cada lote de couros é submetida a salga com sal marinho contendo 2% de carbonato de sódio e armazenado por período mínimo de 28 (vinte e oito) dias, e para ser transportado para outro Estado é emitido o Certificado de Inspeção Sanitaria modelo E – CIS-E. Essa meta não é previsível com exatidão em virtude de os estoques oscilarem de acordo com a disponibilidade de bovinos/bubalinos nos matadouros do Estado.

Através da Portaria nº14/2010, foi credenciado pela SFA-AP, o médico Veterinário Reginaldo Ferreira Ramos, CRMV/AP nº086/AP, para emissão de CIS – E interestadual sob supervisão deste SIFISA/AP

No ano de 2010 foram expedidos CIS-E para as seguintes quantidades de couros bovino-bubalinos: 66.028 Unidades

2.3.1.7 PROGRAMA QUALIDADE DE INSUMOS E SERVIÇOS AGROPECUÁRIOS – Cód. 0375

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 0375		Denominação: PROGRAMA QUALIDADE DE INSUMOS E SERVIÇOS AGROPECUÁRIOS				
Tipo do Programa: Finalístico						
Objetivo Geral: <i>Impulsionar o desenvolvimento sustentável do país por meio do agronegócio</i>						
Objetivos Específicos: Salvar a produção e a produtividade agropecuária pela garantia de níveis adequados de conformidade e qualidade dos insumos básicos colocados à disposição dos produtores						
Gerente: Francisco Sergio Ferreira Jardim			Responsável:Adriano Benicio Valadares			
Público Alvo: <i>Produtores, consumidores, exportadores, importadores, transportadores, inclusive passageiros, armazenadores e demais integrantes da cadeia produtiva agropecuária</i>						
Informações Orçamentárias e Financeiras do Programa					Em R\$ 1,00	
Dotação		Despesa	Despesa	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada			
26.176,21	26.176,21	26.176,21	26.176,21	00,00	26.176,21	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no
		Data	Índice	Índice		

	medida)		inicial	final		exercício
1	Taxa de Conformidade de Fertilizantes Minerais - %	31/12/2006	96	95	100	100

Fórmula de Cálculo do Índice: Relação entre a quantidade, em toneladas, de fertilizantes minerais dentro dos padrões e a quantidade total analisada no ano, indicada em percentual. Taxa de conformidade de fertilizantes minerais = (FMADG/TFMA)*100

FMADG - Quantidade de fertilizante mineral sólido analisado dentro da garantia (toneladas) TFMA

- Quantidade total de fertilizante mineral sólido analisado no período (toneladas)

Análise do Resultado Alcançado

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 0375		Denominação: PROGRAMA QUALIDADE DE INSUMOS E SERVIÇOS AGROPECUÁRIOS				
Tipo do Programa: Finalístico						
Objetivo Geral: Impulsionar o desenvolvimento sustentável do país por meio do agronegócio						
Objetivos Específicos: Salvar a produção e a produtividade agropecuária pela garantia de níveis adequados de conformidade e qualidade dos insumos básicos colocados à disposição dos produtores						
Gerente: Francisco Sergio Ferreira Jardim				Responsável: Adriano Benicio Valadares		
Público Alvo: Produtores, consumidores, exportadores, importadores, transportadores, inclusive passageiros, armazenadores e demais integrantes da cadeia produtiva agropecuária						
Informações Orçamentárias e Financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
FISPROVET: 12.044,48	12.044,48	12.044,48	12.044,48	00,00	12.044,48	
FISCINAN: 10.549,91	10.549,91	10.549,91	10.549,91	00,00	10.549,91	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Taxa de Conformidade de Fertilizantes Minerais - %	31/12/2006	96	95	100	100
Fórmula de Cálculo do Índice: Relação entre a quantidade, em toneladas, de fertilizantes minerais dentro dos padrões e a quantidade total analisada no ano, indicada em percentual. Taxa de conformidade de fertilizantes minerais = (FMADG/TFMA)*100 FMADG - Quantidade de fertilizante mineral sólido analisado dentro da garantia (toneladas) TFMA - Quantidade total de fertilizante mineral sólido analisado no período (toneladas)						
Análise do Resultado Alcançado						

Vale ressaltar que no Estado do Amapá, não existem fabricas de rações para animais. Desse modo são realizadas fiscalizações nos comércios locais e municipais, onde é retiradas amostras dos produtos e enviados a Laboratórios da rede LANAGRO/MAPA, onde são analisados os índices em conformidade dentro dos padrões estabelecidos pelo MAPA.

Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
2	Taxa de Conformidade de Inoculantes	1/12/2006	99	90	28	30

2.3.1.7.1. Execução Física das Ações Realizadas Pela UJ

Fórmula de Cálculo do Índice

Relação entre a quantidade (1000 doses) de inoculantes dentro dos padrões e a quantidade total analisada no

ano, indicada em percentual. Taxa de conformidade de inoculantes = $(IADG/TIA) \times 100$

IADG - Quantidade de inoculante analisado dentro da garantia (em 1000 doses);

TIA - Quantidade total de inoculante analisado no período (em 1000 doses).

Análise do Resultado Alcançado

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 0356		Denominação: Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas				
Tipo do Programa: Finalístico						
Objetivo Geral: Impulsionar o desenvolvimento sustentável do país por meio do agronegócio						
Objetivos Específicos: Assegurar a qualidade e inocuidade de alimentos, bebidas e correlatos ofertados aos consumidores						
Gerente: Francisco Sergio Ferreira Jardim			Responsável:Adriano Benicio Valadares			
Público Alvo: Produtores, indústrias, cerealistas, armazenistas, estabelecimentos comerciais, bolsas de mercadorias e consumidores						
Informações Orçamentárias e Financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
INSPANIMAL3: 48.664,41	48.664,41	48.664,41	48.664,41	00,00	48.664,41	
FISCORGEN: 2.800	2.800	2.800	2.800		2.800	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Índice de Conformidade de Produtos de Origem Animal e Vegetal	12/1/2005	0,770	0,850	1	1

Da mesma forma que no PI acima, não existem fabrica de medicamentos de uso veterinário. Então, são feitas fiscalizações no comercio de revenda de medicamentos veterinários, verificando se está de acordo com as recomendações legais. Também são atendidas as demandas da Coordenação de Fiscalização de Produtos Veterinários sobre apreensão de medicamentos em desconformidade com as normas do MAPA.

2.3.1.8. PROGRAMA: SEGURANÇA E QUALIDADE DE ALIMENTOS E BEBIDAS – CÓD. 0356

2.3.1.8.1. Execução Física das Ações Realizadas Pela UJ

Fórmula de Cálculo do Índice:

O índice depende diretamente da atividade de fiscalização do processo de produção e dos produtos de origem animal e vegetal, calculada da seguinte forma:

$ICP = 0,6 \times ICA + 0,4 \times ICV$, onde:

ICP - Índice de conformidade de produtos de origem animal e vegetal;

ICA - Índice de conformidade de produtos de origem animal;

$ICA = (0,7 \times (RA/NT) + 0,3 \times (AC/NA))$, em que:

RA - Número de relatórios de auditoria conformes;

NT - Número total de relatórios de auditoria;

AC - Número de amostra de produtos em conformidade;

NA - Número total de amostras analisadas.

ICV - Índice de conformidade de produtos de origem vegetal:

$ICV = (0,5 \times (EI/ER) + (0,5 \times (AC/NA)))$, onde:

EI - Número de estabelecimentos inspecionados;

ER - Número total de estabelecimentos registrados;

AC - Número de amostra de produtos em conformidade;

NA - Número total de amostras analisadas.

Obs: O valor do ICP varia de 0 a 1, sendo que quanto mais próximo de 1 melhor é a qualidade da produção animal e vegetal fiscalizada.

Análise do Resultado Alcançado

No Estado do Amapá, existem somente 03 estabelecimentos atendidos pela Inspeção Federal – SIF, que são estabelecimentos de beneficiamento de pescado, onde a produção é toda exportada para os estados da federação brasileira. A cada partida que sai do Estado do Amapá é emitido o certificado de inspeção sanitária, que garante a conformidade dos produtos para a alimentação humana. Para este programa a SFA/AP através do SIFISA/DDA/AP, desenvolveu ações de Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal, com inspeção industrial e sanitária nos estabelecimentos que beneficiam produtos de origem animal, no caso do Amapá, nos Entrepósitos de Pescado sob controle de SIF, objetivando assegurar a qualidade e inocuidade dos produtos destinados ao consumo humano. Nos estabelecimentos sob controle de SIF, a inspeção realiza a avaliação do processo de beneficiamento e efetua a colheita de amostras para fins de análises fiscais, com o objetivo de garantir a qualidade dos produtos expedidos. A inspeção é considerada para o MAPA o processo mais importante para avaliação do processo produtivo, segundo Cronograma Físico e Financeiro – Cadastro - SIPLAN. As atividades do Serviço de Saúde, Inspeção e Fiscalização Animal (SIFISA/AP) nos estabelecimentos de Produtos de Origem Animal têm por objetivo contribuir para garantir o nível de proteção adequado aos consumidores, assegurando a inocuidade, a qualidade e a identidade desses produtos.

QUADRO A.2.2 - EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
20	603	0357	4842	ATIVIDADE	3	AREA LIVRE-KM	142.815	142.815	142.815
20	603	0357	8658	ATIVIDADE	3	PROPRIEDADE ATENDIDA - UNIDADE	5.000	5.000	5.000
20	602	0357	2139	ATIVIDADE	3	FISCALIZAÇÃO REALIZADA - UNIDADE	15.000	15.000	15.000
20	603	0375	2140	ATIVIDADE	3	FISCALIZAÇÃO REALIZADA - UNIDADE	28	30	66
20	603	0375	2124	ATIVIDADE	3	FISCALIZAÇÃO REALIZADA - UNIDADE	200	140	258
20	125	0356	8938	ATIVIDADE	3	ESTABELECIMENTO INSPECIONADO	5	5	5

Fonte: SIPLAN 2010/2011

ANÁLISE CRÍTICA

Os programas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, executados pela SFA/AP, são compostos de PI's (Planos Internos), para os quais existem os Coordenadores de Acompanhamento Estadual e Responsáveis Técnicos, cujas metas já estavam previamente definidas no PPA – 2008/2011 os quais não são passíveis de mudança. A partir de 27 de setembro de 2010, foi emitido um Memorando Circular nº013/2010/SDA/MAPA determinando que todas as unidades administrativas vinculadas a Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA, baseada na Portaria nº428/2010, elaborassem o POA 2011, incluindo as metas com suas respectivas atividades a serem alcançadas no presente ano. Deste modo as ações serão controladas trimestralmente e novos recursos descentralizados de acordo com essas prestações de contas ao DSA. Então, já foram incluídas as metas previstas para 2011.

As matrizes dos programas do MAPA estão definidas de acordo com o Plano Plurianual do Governo Federal (PPA-2008/2011). Significa que as SFA's, enquanto unidades descentralizadas materializam as diretrizes, objetivos, ações, indicadores e custos dos programas, sob a responsabilidade do MAPA, nas respectivas unidades federativas. Dessa forma, os objetivos e prioridades definidos para o exercício 2010, não tem praticamente ingerência nenhuma por parte da SFA/AP, em termos de novos programas e no aporte financeiro, isto significa na prática, que as decisões operacionais da SFA/AP estão atreladas quanto ao aporte financeiro, em consonância com o Coordenador de Ação Nacional (CAN) de cada PI, em conformidade com as suas disponibilidades orçamentárias.

A infra-estrutura básica da SFA/AP é formada pelas áreas de política agrícola (produção, comercialização, abastecimento, armazenagem e indicadores de preços mínimos), produção e fomento agropecuário; mercado, comercialização e abastecimento agropecuário; informação agrícola, defesa sanitária (animal e vegetal); fiscalização dos insumos agropecuários; classificação e inspeção de produtos de origem animal e vegetal; pesquisa tecnológica, agrometeorologia, cooperativismo e associativismo rural; eletrificação rural; assistência técnica e extensão rural.

Um dos principais papéis da SFA/AP, são as ações do Programa de Erradicação da Mosca da Carambola, que o Ministério da Agricultura iniciou em janeiro de 1.995. Em 19 de maio de 1997 o Presidente da República publicou o Decreto nº 2.226, considerando a área de emergência fitossanitária na região compreendida pelo Município do Oiapoque e circunvizinhanças no Estado do Amapá, para implementação do plano de supressão e erradicação da praga *Bactrocera carambolae* em vigência até o momento.

A SFA/AP tem sob sua responsabilidade um programa de apoio administrativo e quatro programas finalísticos, dentre os quais serão descritos a seguir os principais:

- Programa segurança da sanidade na agropecuária – 0357
- Programa qualidade de insumos e serviços agropecuários – 0375
- Programa segurança e qualidade de bebidas - 0356
- Apoio ao desenvolvimento do setor agropecuário – 6003

Desde 1996, a principal atividade da Sanidade Vegetal, agora coordenada pelo SIFISV, criado com a Portaria nº428/2010, foi o controle da mosca da carambola. Inicialmente a praga estava restrita ao município de Oiapoque. Depois veio se expandindo aos outros municípios ao sul do estado até atingir Laranjal do Jarí – o município mais meridional do estado – já na fronteira do estado do Pará. Nesta infestação, o município de Almeirim, no estado do Pará, também se infestou com a mosca da carambola. E aí se deu início a um trabalho intenso e em conjunto com o SEDESA-PA para erradicação da praga. Até que em abril de 2008 a praga foi erradicada dos dois municípios e, oficialmente, declarada livre.

Outras atividades desenvolvidas e de grande importância para o Estado do Amapá no ano de 2010, foi relacionada à área animal com a realização da II operação no mês de novembro, operação esta denominada “II Agulha Oficial” que objetiva a evolução da condição sanitária em que o Estado do Amapá se encontra como parte da meta de erradicação das doenças no Brasil, as ações foram coordenadas pelo SIFISA/DDA/SFA/AP, com apoio do DSA/MAPA, a operação teve como foco principal a vacinação contra a febre aftosa e contra a peste suína, além de ações como cadastramento das propriedades e sorologia para análise laboratorial.

Em outros setores como, por exemplo: o núcleo de educação sanitária que realizou ações de orientações, prevenções e conscientização dos produtores, em vários municípios do Estado do Amapá. Trabalho este realizado não só nos municípios, mas principalmente em áreas de grande fluxo populacional e locais estratégicos como aeroportos, terminais rodoviários e hidroviários, entre outros, assim como na participação da instituição na Expo-feiras Agropecuárias do Estado.

Outras ações dos programas descritos acima relacionados à área fim têm atuação na Fiscalização de Insumos Pecuários (área animal), onde se destacam diversas ações. A UNIDADE DE VIGILANCIA AGROPECUARIA – UVAGRO/AEREOPORT/SANTANA, tem como missão promover a vigilância no trânsito internacional de produtos, garantindo a qualidade dos produtos e insumos agropecuários importados e exportados, salvaguardando a saúde animal, a sanidade vegetal, a saúde pública e o desenvolvimento sócio-econômico brasileiro.

A DIVISÃO DE POLÍTICA, PRODUÇÃO E DESENVOLVIMENTO AGROPECUARIO/DPDAG, são os registros, o acompanhamento e fiscalização de contratos de repasse, a fiscalização e a inspeção de eventos agropecuários e o fomento agropecuário. Para o cumprimento dessa missão, o Setor mantém parcerias, intercâmbios e cooperação técnica com instituições governamentais vinculadas ao setor primário amapaense, sejam para o incremento da produção agropecuária local. Tais parcerias confundem-se com a própria clientela, já que podem

ser detectadas em órgãos como a Secretaria de Estado da Agricultura, Agência de Defesa e Inspeção Agropecuária, Cooperativas, Extensão Rural e Prefeituras Municipais.

As atividades da Ação Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal – INSPANIMAL 3, com a nova estrutura regimental do Ministério da Agricultura, Pecuária e do Abastecimento, aprovado pela Portaria nº. 428, de 09/06/2010, os serviços de inspeção, fiscalização e sanidade animal foram unificados, as competências setoriais sofreram modificações, forçando os serviços a uma readequação em suas ações, o que necessita de melhor avaliação tanto interna como conjuntamente, em nível de Ministério; buscando-se a excelência de nossos serviços.

O Estado do Amapá possui uma estrutura industrial bastante reduzida, quer seja na área vegetal ou animal. A área vegetal se destaca pelas pequenas indústrias de elaboração de Polpa de Frutas, onde o açaí é o principal produto beneficiado. A área animal, de um modo geral, é caracterizada pela exploração de pescados; dada a grande oferta do produto nas costas amapaenses, condição que leva o Amapá a ser bastante atrativo neste setor, faz com que inúmeros barcos que realizam a pesca industrial naveguem nas costas amapaenses, capturem volume considerável de pescado e retornem para outros estados, principalmente para o Estado do Pará. Nesse caso Belém aparece como o principal ponto de ingresso, beneficiamento e comercialização de pescado.

As atividades do INSPANIMAL, mencionadas neste relatório, primam pelo embasamento legal que regulamentam as atividades da inspeção vegetal, entretanto, grande são as nossas dificuldades na aplicabilidade dos instrumentos normatizadores. Estes instrumentos são voltados para um público diferenciado, que detém a estrutura financeira, tecnológica, gerencial e conta com um aparato de incentivos estaduais, que os coloca em posição privilegiada em relação ao Estado do Amapá.

Com relação à área administrativa, apresentamos neste relatório os indicadores de desempenho, baseados nos resultados das atividades desenvolvidas pelas diversas seções e setores desta área, sob responsabilidade do programa de apoio administrativo MANUTSFAS, durante o exercício de 2010.

a) Ação 4842 - Erradicação da febre aftosa – FEBREAFTOSA.

Tomaram-se como referência os indicadores do Programa da Sanidade na Agropecuária conforme estabelecido no PPA 2008-2011

Na ação FEBREAFTOSA em 2010 foram liquidados R\$ 2.911. 832,62 (dois milhões, novecentos e onze mil, oitocentos e trinta e dois reais e sessenta e dois centavos) segundo informações obtidas no SEOF/AP através do SIAFI; desses recursos, R\$ 967.137, 62(novecentos e sessenta e sete mil, cento e trinta e sete reais e sessenta e dois centavos) foram despesas de exercício anterior, especificamente dividas da I Operação Agulha Oficial ocorrida em 2009. Do restante, o valor de R\$ 1.944.695(hum milhão, novecentos e quarenta e quatro mil e seissentos e noventa e cinco reais; cerca de 95% desses recursos, foram aplicados na execução da II Operação Agulha Oficial, deflagada pela Nota Técnica DSA/SDA/MAPA nº50 de 16.08.2010, no período de 13 de outubro a 03 de dezembro de 2010 que foi prorrogado até o dia 12.12.2010.

Vale ressaltar que o grande aporte de recursos em 2009 e 2010 foi em virtude das Operações Agulha Oficial. Para se ter uma idéia no ano de 2008 foi liquidada R\$ 11.916,15(onze mil, novecentos e dezesseis reais e quinze centavos) para desenvolver as atividades do PI FEBREAFTOSA

As atividades de vacinação de bovinos, georreferenciamento e cadastramento das propriedades, denominada II Agulha Oficial foi a segunda realizada no Estado do Amapá. Este trabalho da agulha oficial além de outros, teve a finalidade de contribuir para o aperfeiçoamento das atividades executadas ou a serem executadas pelo órgão responsável pelas ações de defesa e transferir a DIAGRO, os dados obtidos pelo cadastramento e georreferenciamento das propriedades e o levantamento do rebanho bovino, bubalino, suíno e de outras espécies existente no Estado do Amapá.

No que diz respeito ao levantamento de dados realizado para confecção dos cadastros, tratou-se do alicerce ou do passo inicial para implantar ou manter qualquer sistema de vigilância e, diga-se de passagem, que o trabalho de georreferenciamento, vacinação do rebanho dos bovídeos e suídeos e cadastramento das propriedades realizado neste Estado do Amapá já rendeu frutos, elevando a condição de Risco Desconhecido para Alto Risco em relação à Febre Aftosa.

A continuidade deste trabalho exigirá que a DIAGRO, órgão estadual executor das ações de inspeção e defeso animal, normatize através de atos e os faça cumprir.

Deve ser ressaltada a participação da RURAP, órgão de assistência técnica e de extensão rural do Estado do Amapá, que abraçou a causa disponibilizando seu pessoal técnico e administrativo. Conhecedores dos municípios do Estado sem dúvida alguma prestaram um eficiente serviço e preencheram a lacuna deixada por outros órgãos públicos que apesar de militarem no setor, optaram por não participar da agulha oficial.

Ressalte-se também a participação da iniciativa privada através dos lojistas revendedores de produtos de uso veterinário que além da contribuição prestada, acataram com rigor as recomendações feitas no sentido da não comercialização de vacinas de aftosa durante o período da vacinação. Digna de menção é também a participação dos pecuaristas através do seu órgão de representação a ASSOCIAÇÃO DOS PECUARISTAS DO AMAPÁ – ASPA e a FEDERAÇÃO DE AGRICULTURA E PECUARIA NO ESTADO DO AMAPÁ - FAEAP.

Os recursos utilizados na II Operação foram usados para aquisição de material de consumo, aluguel de viaturas, aluguel de barcos, divulgação na mídia local e contratação de Mão de Obra auxiliar. Para os cálculos de eficiência usamos como indicador: Área declarada livre de Febre Aftosa com vacinação, embora o Estado ainda não seja declarado livre de Febre Aftosa, as ações de prevenção foram eficientes, visto fazer mais de 12 anos sem notificação para Febre Aftosa. O custo realizado foi maior que o programado em menos 2,78 %. Ressalta-se que a operação atingiu um índice vacinal de aproximadamente 94,51%, em relação ao Rebanho do IBGE-2009. Outro índice interessante é que conseguimos vacinar 108 % em relação à Operação Agulha Oficial 2009. Projetamos para 2011 um percentual de acordo com a projeção IBGE 2009 no número de bovídeos, pois a Agulha Oficial terá continuidade em Outubro 2011.

Quanto à eficácia dentro do indicador programado no SIPLAN, PPA-2008-2011, atingimos 100% das metas. Algumas metas da ação são difíceis de alcançar enquanto a DIAGRO não se estruturar e desenvolver o papel de órgão executor das ações, segundo o que determina o DECRETO nº 5.741, de 30 de março de 2006 que instituiu o SUASA.

A meta vacinação de suídeos foi incluída na ação erradicação da febre aftosa, pois os recursos descentralizados para a meta foram do PI FEBREAFTOSA. Os resultados da vacinação dos suídeos alcançaram 30% em relação ao rebanho estimado IBGE – 2007. Por outro lado a II Operação Agulha Oficial vacinou 58,28% em relação Operação Agulha Oficial 2009. Ocorre que a criação no Estado do Amapá extensiva, ou seja, os suínos são criados soltos, tornando difícil a captura para vacinação. Acreditamos que nas I e II Operação Agulha Oficial os dados alcançados pela SFA/AP são bastante confiáveis, já que as propriedades foram visitadas individualmente, sendo o rebanho reunido, contado, georreferenciado e vacinado, além da entrevista com o proprietário e/ou seu representante.

PI FEBREAFTOSA

INDICADOR: Área Declarada Livre de Febre Aftosa com Vacinação

- a) Utilidade do Indicador: Medir a relação custo/benefício e o nível de atendimento das metas programadas.
- b) Tipo: Eficácia, Eficiência e Efetividade

A) EFICIÊNCIA:

Custo unitário realizado (CUR) em 2010, em reais é custo total realizado (CR) /quantidade realizada (QR) da meta física:

$$\text{CUR}_{2010} = \text{CR}_{2010} : \text{QR}_{2010}$$
$$\text{CUR}_{2010} = 1.944.695 : 142.815 \text{ km}^2 = \text{R\$ } 13,61 / \text{ km}^2$$

(Custo unitário programado (CUP) em 2010, em reais e custo total programado da ação CP)/ (quantidade programada (QP) da meta física.

$$\text{CUP}_{2010} = \text{CP}_{2010} : \text{QP}_{2010}$$
$$\text{CUP}_{2010} = 2.000.000 : 142.815 \text{ km}^2 = \text{R\$ } 14,00 / \text{ km}^2$$

Variação % entre o custo unitário realizado (CUR) e programado (CUP) em 2009:

$$V(\%) = [(\text{CUR}_{2010} : \text{CUP}_{2010}) - 1] \cdot 100$$
$$V(\%) = [(13,61 : 14,00) - 1] \cdot 100 = - 2,78\%$$

B) EFICÁCIA

Variação Absoluta (VA) entre a Quantidade Realizada de Unidades do Produto da Ação e a Meta Física Programada em 2008, em Quantidade da Meta Física.

$$\text{VA}_{2010} = \text{QR}_{2010} - \text{QP}_{2010}$$
$$\text{VA}_{2010} = 142.815 \text{ km}^2 - 142.815 \text{ km}^2 = 0$$

Variação relativa (VR) entre a quantidade realizada de unidades do produto da ação e a meta física programada para 2008, em percentagem:

$$\text{VR}_{2010} = [(\text{QR}_{2010} : \text{QP}_{2010}) \cdot 100]$$
$$\% = (\text{QR}_{2010} : \text{QP}_{2010}) \cdot 100$$
$$\% = (142.815 \text{ km}^2 : 142.815) \cdot 100 = 100\%$$

C) EFETIVIDADE

Taxa de incidência das doenças:

$$\frac{\text{Número de propriedades livres das doenças} \times 100}{\text{Total de propriedades com rebanho no Estado}}$$

Não é possível realizar tal cálculo, em virtude do Estado do Amapá ser Alto Risco para Febre Aftosa. Por outro lado não se tem ocorrência oficial da doença a mais de 12 anos, o se crê que o Programa esta sendo efetivo no estado, mesmo o MAPA ainda não ter reconhecido o Estado do Amapá como Zona Livre de Febre Aftosa.

b) Ação 8658 - Prevenção controle e erradicação das doenças dos animais – PCEANIMAL.

Nesta ação o produto no SIPLAN é Propriedade Atendida. Ocorre que devido a II Operação Agulha Oficial, O SIFISA passou o ano de 2010, reunindo, planejando, promovendo as parcerias necessárias, até o período em começou a execução das atividades, em que a participação do setor foi integral. Desse modo, aproveitamos o índice de propriedades atendidas durante a citada operação, que na verdade além das vacinações, outras atividades eram desenvolvidas, tais como: cadastramento, exame visual do rebanho e cadastramento. Dessa forma da meta estabelecida o SIPLAN de 5120 propriedades atendidas, com a operação esta SFA/AP atendeu diretamente 2.123

propriedades. Quando se compara o custo realizado com o programado levam-se em consideração as ações diretas realizadas pelo SIFISA e também para as outras atividades que são de execução direta da DIAGRO, onde o trabalho de prevenção controle e erradicação realizada pela Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Amapá - DIAGRO é coordenado e inspecionado pelo SIFISA.

Os indicadores de Eficiência e Eficácia foram calculados de um modo geral para o PI, ou seja, além dos valores da II Operação Agulha Oficial, tomando-se os valores de atendimento realizados por todos os programas de saúde animal como o Programa Nacional de Sanidade Avícola -PNSA, Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose- PNCEBT, Programa Nacional de Controle da Raiva dos Herbívoros -PNCRH, Programa Nacional de Sanidade dos Equídeos- PNSE, considerando-se, por exemplo, que ainda não se tem o número de estabelecimentos certificados como livres ou monitorados para brucelose e tuberculose bovina e bubalina e o número de estabelecimentos certificados pelo PNSA. Vale ressaltar que o cadastro de bovinos e bubalinos do estado está sendo consolidado através da Operação Agulha Oficial, no entanto ao final do ano, tornando difícil o cumprimento de algumas metas do programa no mesmo ano.

Em 2010 o indicador de eficiência mostrou que o CUR foi bem menor que o CUP, na ordem de -37%. As maiores partes dos recursos descentralizados foram para participações em reuniões e para as atividades executadas de forma direta, como capacitação, atividade de supervisão, fiscalização e outras.

O indicador de eficácia demonstrou que a meta física programada foi de 41,46% devido grande parte, os dados conseguidos com a realização da II Agulha Oficial em outubro/dezembro com o atendimento a propriedades em todo o Estado do Amapá

INDICADOR: PROPRIEDADE ATENDIDA

Fórmula de cálculo: Número de propriedades atendidas para prevenção, controle e erradicação de doenças dos animais

A) EFICIÊNCIA:

Custo unitário realizado (CUR) em 2010, em reais é custo total realizado (CR) /quantidade realizada (QR) da meta física:

$$\begin{aligned}\text{CUR}_{2009} &= \text{CR}_{2010} : \text{QR}_{2010} \\ \text{CUR}_{2010} &= 51.527,07 : 2123 = \text{R\$}24,27\end{aligned}$$

(Custo unitário programado (CUP) em 2010, em reais e custo total programado da ação CP)/ (quantidade programada (QP) da meta física.

$$\begin{aligned}\text{CUP}_{2010} &= \text{CP}_{2010} : \text{QP}_{2010} \\ \text{CUP}_{2010} &= 200.000,00 : 5.120 = \text{R\$}39,06\end{aligned}$$

Variação % entre o custo unitário realizado (CUR) e programado (CUP) em 2008:

$$V(\%) = [(\text{CUR}_{2010} : \text{CUP}_{2010}) - 1] \cdot 100$$

$$V(\%) = [(24,27 : 39,06) - 1] \cdot 100 = -37\%$$

B) EFICÁCIA

Varição Absoluta (VA) Entre a Quantidade Realizada de Unidades do Produto da Ação e a Meta Física Programada em 2010, em Quantidade da Meta Física.

$$VA\ 2008 = QR\ 2010 - QP\ 2010$$

$$VA\ 2008 = 2123 - 5120 = - 2.997$$

Varição relativa (VR) entre a quantidade realizada de unidades do produto da ação e a meta física programada para 2010, em percentagem:

$$VR2008 = [(QR2008 : QP2008).100$$

$$\% = (QR2008 : QP2008). 100$$

$$\% = (2123 : 5120). 100 = 41,46\%$$

c) Ação 2139 - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Animais, Seus Produtos e Insumos – VIGIZOO.

Tomaram-se como referência os indicadores do Programa da Sanidade na Agropecuária conforme estabelecido no PPA 2008-2011

Nesta ação o produto é Fiscalização Realizada. Não houve custos para essa ação, visto a atividade de fiscalização das partidas de couros, ocorrerem em Macapá, nos matadouros. Quando se precisou do deslocamento usaram-se recursos do PI PCEANIMAL e/ou FEBRAFTOSA para custear o combustível.

Quanto à Eficácia, o resultado é positivo, visto não termos tido ônus durante o ano, o SIFISA/AP só executa a fiscalização de couros e outros subprodutos de origem animal. Para que esse índice aumente, deverá haver um incremento por parte da DIAGRO/AP de ações de fiscalizações na área de defesa animal, com os relatórios de execução apresentados regularmente. Nos dados computados como realizados somente estão computados as atividades realizadas diretamente pelo SIFISA/AP, como a emissão de Certificado de Inspeção Sanitária – CIS-E

INDICADOR: PARTIDA INSPECIONADA

Fórmula de Cálculo: Relação percentual entre as permissões de trânsito emitidas e o número de partidas inspecionadas, com base na percepção de enfermidades.

A) EFICIÊNCIA:

Custo unitário realizado (CUR) em 2010, em reais é custo total realizado (CR) /quantidade realizada (QR) da meta física:

$$CUR2010 = CR2010$$

$$CUR2010 = 00,00 : 15.000 = R\$00,00$$

(Custo unitário programado (CUP) em 2010, em reais e custo total programado da ação CP)/ (quantidade programada (QP) da meta física.

$$CUP2010 = CP2010 : QP2010$$

$$CUP20078 = 00,00:15.000 : R\$00,00$$

Variação % entre o custo unitário realizado (CUR) e programado (CUP) em 2010:

$$V(\%) = [(CUR2010 : CUP2010) - 1] \cdot 100$$

$$V(\%) = [(0,00 : 0,00) - 1] \cdot 100 = 00,00\%$$

B) EFICÁCIA

Variação Absoluta (VA) entre a quantidade realizada de unidades do produto da ação e a meta física programada em 2010, em quantidade da meta física.

$$VA\ 2010 = QR\ 2010 - QP\ 2010$$

$$VA\ 2010 = 15.000 - 15000 = 00$$

Variação relativa (VR) entre a quantidade realizada de unidades do produto da ação e a meta física programada para 2010, em percentagem:

$$VR2010 = [(QR2010 : QP2010) \cdot 100$$

$$\% = (QR2010 : QP2010) \cdot 100$$

$$\% = (15000:15000) \cdot 100 = 100$$

d) Ação 8938 - Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal – ISPANIMAL 3.

O PI INSPANIMAL 3 tem previsto no PPA, apenas um produto: estabelecimento inspecionado. Os dados desse quadro referem-se somente a estabelecimentos com SIF.

No Estado do Amapá, há, atualmente, cinco estabelecimentos sob controle de SIF; dos quais quatro encontram-se em plena atividade e outro realizando reformas em sua estrutura com acompanhamento do SIFISA/AP. Desta forma, os indicadores constantes no SIPLAN quantificam apenas o realizado relativamente a esse produto. Não se podem avaliar, nesse Sistema, as outras atividades do serviço, tais como inspeção no comércio varejista, vistoria de terreno, atendimento ao público de interesse e divulgação, em todos os municípios do Amapá, do Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal, SISBI-POA.

Nossas atividades foram efetuadas sob o regulamento da Lei nº 1.283 de 18/12/1950; Decreto nº 30.691 de 29/03/1952, alterado pelos Decretos nº 1.255 de 25/06/1962, 1.236 de 02/09/1994, 1.812 de 08/02/1996 e 2.244 de 04/06/1997 e Arts. 27-A, inciso IV, 27-A, § 1º, inciso IV e 29-A, § 1º, da Lei nº 9.712, de 20/11/1998.

Foram realizadas 98 Fiscalizações por 01(um) fiscal do SIFISA/AP em estabelecimentos sob controle do Serviço de Inspeção Federal, em comércios varejistas, graxarias e em terrenos para implantação de indústria de pescado. Portanto, o IPF é de 98.

Todos os estabelecimentos registrados com nº de SIF foram fiscalizados. Portanto, o IEF para estabelecimento com SIF é de 100%.

O recurso despendido para diárias de fiscal e motorista foi de R\$ 24.105,20; e de R\$ 16.822,25 para combustível, conserto e manutenção de veículo. O total desse valor, R\$ 40.927,45 foi dividido pelas 98 fiscalizações realizadas, resultando ICF= R\$ 417,63.

No Ano de 2010, foram realizadas 15 (quinze) colheitas de amostras de produtos, água e gelo para fins de análise laboratorial. 07 (sete) amostras foram enviadas aos LANAGROS de Minas Gerais, Pará, Pernambuco e Rio Grande do Sul, havendo descarte de 03 das amostras encaminhadas por chegar com temperatura inadequada. As demais amostras foram encaminhadas para o LACEN/AP conforme quota cedida a SFA/AP. Ao todo, 12 (doze) amostras tiveram as análises físico-químicas e microbiológicas concluídas; das quais 10 (dez) apresentaram-se dentro dos padrões de conformidade. Portanto, o ICP, número de amostra de produtos em conformidade dividido pelo número total de análises realizadas, é igual a 83,3%.

Informamos, a seguir, em tabela, o resultado dos indicadores de desempenho obtidos para o ano de 2010.

Eficiência	Produtividade do Serviço na Fiscalização	IPF	98
Eficiência	Custo da Fiscalização	ICF	R\$ 417,63
Eficácia	Estabelecimentos Fiscalizados	IEF	100%
Efetividade	Conformidade de Produtos	ICP	83,3%

IPF	N. Estabelecimentos Fiscalizados/N. Total de Fiscais envolvidos
ICF	Recurso Financeiro despendido/N. Estabelecimentos Fiscalizados
IEF	N. Estabelecimentos Fiscalizados/N. Estabelecimentos Registrados
ICP	N. de Amostra de Produtos em conformidade/N. total de análises realizadas

Indicadores do PI-INSPANIMAL 3

O PI-INSPANIMAL 3 tem previsto no PPA, apenas um produto: estabelecimento inspecionado. Os dados desse quadro referem-se somente a estabelecimentos com SIF.

No Estado do Amapá, há, atualmente, cinco estabelecimentos sob controle de SIF; dos quais quatro encontram-se em plena atividade e outro realizando reformas em sua estrutura com acompanhamento do SIFISA/AP. Desta forma, os indicadores constantes no SIPLAN quantificam apenas o realizado relativamente a esse produto. Não se podem avaliar, nesse Sistema, as outras atividades do serviço, tais como inspeção no comércio varejista, vistoria de terreno, atendimento ao público de interesse e divulgação, em todos os municípios do Amapá, do Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal, SISBI-POA.

Nossas atividades foram efetuadas sob o regulamento da Lei nº 1.283 de 18/12/1950; Decreto nº 30.691 de 29/03/1952, alterado pelos Decretos nº 1.255 de 25/06/1962, 1.236 de 02/09/1994, 1.812 de 08/02/1996 e 2.244 de 04/06/1997 e Arts. 27-A, inciso IV, 27-A, § 1º, inciso IV e 29-A, § 1º, da Lei nº 9.712, de 20/11/1998.

Foram realizadas 98 Fiscalizações por 01(um) fiscal do SIFISA/AP em estabelecimentos sob controle do Serviço de Inspeção Federal, em comércios varejistas, graxarias e em terrenos para implantação de indústria de pescado. Portanto, o IPF é de 98.

Todos os estabelecimentos registrados com nº de SIF foram fiscalizados. Portanto, o IEF para estabelecimento com SIF é de 100%.

O recurso despendido para diárias de fiscal e motorista foi de R\$ 24.105,20; e de R\$ 16.822,25 para combustível, conserto e manutenção de veículo. O total desse valor, R\$ 40.927,45 foi dividido pelas 98 fiscalizações realizadas, resultando ICF= R\$ 417,63.

No Ano de 2010, foram realizadas 15 (quinze) colheitas de amostras de produtos, água e gelo para fins de análise laboratorial. 07 (sete) amostras foram enviadas aos LANAGROS de Minas Gerais, Pará, Pernambuco e Rio Grande do Sul, havendo descarte de 03 das amostras

encaminhadas por chegar com temperatura inadequada. As demais amostras foram encaminhadas para o LACEN/AP conforme quota cedida a SFA/AP. Ao todo, 12 (doze) amostras tiveram as análises físico-químicas e microbiológicas concluídas; das quais 10 (dez) apresentaram-se dentro dos padrões de conformidade. Portanto, o ICP, número de amostra de produtos em conformidade dividido pelo número total de análises realizadas, é igual a 83,3%.

Informamos, a seguir, em tabela, o resultado dos indicadores de desempenho obtidos para o ano de 2010.

Eficiência	<i>Produtividade do Serviço na Fiscalização</i>	<i>IPF</i>	98
Eficiência	<i>Custo da Fiscalização</i>	<i>ICF</i>	R\$ 417,63
Eficácia	<i>Estabelecimentos Fiscalizados</i>	<i>IEF</i>	100%
Efetividade	<i>Conformidade de Produtos</i>	<i>ICP</i>	83,3%

IPF	N. Estabelecimentos Fiscalizados/N. Total de Fiscais envolvidos
ICF	Recurso Financeiro despendido/N. Estabelecimentos Fiscalizados
IEF	N. Estabelecimentos Fiscalizados/N. Estabelecimentos Registrados
ICP	N. de Amostra de Produtos em conformidade/N. total de análises realizadas

As metas do PI - FISCINAN não foram totalmente cumpridas no ano de 2010, devido a diversos fatores, dentre eles, destacam-se a falta de veciúloe e mtoristas, que no período entre outubro a dezembro, serviram a outras atividades ligadas a Defesa Animal e Defesa Vegetal. Foram fiscalizados 70% dos estabelecimentos produtores, infatizando-se os de maior impacto no comércio de rações em razão de sua maior expressividade no Estado. O interesse dos produtores e comerciantes em garantir a qualidade de seus produtos foi fator de suma importância para o cumprimento de parte das metas programadas

Os indicadores para a ação PI - FISCINAN foram criados objetivando, a princípio, a análise de três dimensões: eficiência, eficácia e efetividade.

A **eficiência** foi calculada para algumas *atividades* executadas, sendo definida como a relação entre os produtos gerados por uma atividade e o custo dos insumos empregados para tal, em um determinado período de tempo.

A **eficácia** também foi determinada para as atividades xecutadas, sendo considerada como o grau de alcance das metas programadas, em um determinado período de tempo, independentemente dos custos implicados, ou seja, a relação ercentual entre o executado e o programado para cada atividade, conforme o cálculo abaixo:

Informamos a seguir, o resultado dos indicadores de desempenho obtidos para o ano de 2010 no exercício da fiscalização.

e) Ação 2124 - Fiscalização de Insumos Destinados a Alimentação Animal – FISCINAN.

Tem previsto no PPA, apenas um produto: FISCALIZAÇÃO REALIZADA – SIPLAN.

Eficiência	Produtividade do Serviço na Fiscalização	IPF	70
-------------------	--	-----	----

Eficiência	Custo da Fiscalização	ICF	R\$ 75,35 (p/meta)
Eficácia	Estabelecimentos Fiscalizados	IEF	107%
Efetividade	Conformidade de Produtos	ICP	100%

Fonte: SIPLAN

IPF	N. Estabelecimentos Fiscalizados/N. Total de Fiscais envolvidos
ICF	Recurso Financeiro despendido/N. Estabelecimentos Fiscalizados
IEF	N. Estabelecimentos Fiscalizados/N. Estabelecimentos Registrados
ICP	N. de Amostra de Produtos em conformidade/N. total de análises realizadas

Fonte: SIPLAN

As Metas do PI FISPROVET não foram completamente alcançadas, de acordo com o disposto pelo Coordenador Nacional – CAN, no SIPLAN, dentre outros motivos, destacam-se as seguintes: Os FFA's Adriano Perrelli e Felipe Nauar Chaves, RT's anteriores ao FISPRVET, foram removidos para outras SFA's, sem a devida permuta, ou seja, não foram alocados substitutos para suprirem a carência apresentada. Em outubro de 2009, a FFA Wanderleia Gomes, localizada, a época, no antigo SIPAG/AP, assumiu o referido Programa, entretando em fevereiro de 2010, a mesma solicitou a dispensa em reação de acentuada demanda de serviços em outro PI da área animal, visto ser a RT do PI INSPANIMAL 3. Como atualmente, já gerenciado pelo novo setor SIFISA/AP, existem 28 estabelecimentos registrados, para o comercio de produtos veterinários, teríamos 08 fiscalizações por ano em cada estabelecimento, para se cumprir a meta atribuída pelo CAN. Em função da carência de pessoal no setor, foi estabelecida no POA a meta de 28 fiscalizações no decorrer do ano. Recentemente foi nomeado um novo RT do Citado PI, que no ano de 2011 espera-se definir qual a meta será exequível pelo PI FISPROVET ligado ao novo setor SIFISA/AP

f) Ação 2140 - Fiscalização de Produtos de Uso Veterianrio – FISPROVET

Tem previsto no PPA, apenas um produto: FISCALIZAÇÃO REALIZADA – SIPLAN.

Eficiência	Produtividade do Serviço na Fiscalização	IPF	15
Eficiência	Custo da Fiscalização	ICF	R\$ 401,48
Eficácia	Estabelecimentos Fiscalizados	IEF	100%
Efetividade	Conformidade de Produtos	ICP	100%

Fonte: SIPLAN

IPF	N. Estabelecimentos Fiscalizados/N. Total de Fiscais envolvidos
------------	--

ICF	Recurso Financeiro despendido/N. Estabelecimentos Fiscalizados
IEF	N. Estabelecimentos Fiscalizados/N. Estabelecimentos Registrados
ICP	N. de Amostra de Produtos em conformidade/N. total de análises realizadas

Fonte: SIPLAN

INDICADORES DO PI - FISPROVET

As Metas do PI-FISPROVET não foram completamente alcançadas, de acordo com o disposto pelo Coordenador Nacional – CAN, no SIPLAN, dentre outros motivos, destacam-se as seguintes: Os FFA's Adriano Perrelli e Felipe Nauar Chaves, RT's anteriores ao FISPRVET, foram removidos para outras SFA's, sem a devida permuta, ou seja, não foram alocados substitutos para suprirem a carência apresentada. Em outubro de 2009, a FFA Wanderleia Gomes, localizada, a época, no antigo SIPAG/AP, assumiu o referido Programa, entretando em fevereiro de 2010, a mesma solicitou a dispensa em reação de acentuada demanda de serviços em outro PI da área animal, visto ser a RT do PI INSPANIMAL 3. Como atualmente, já gerenciado pelo novo setor SIFISA/AP, existem 28 estabelecimentos registrados, para o comércio de produtos veterinários, teríamos 08 fiscalizações por ano em cada estabelecimento, para se cumprir a meta atribuída pelo CAN. Em função da carência de pessoal no setor, foi estabelecida no POA a meta de 28 fiscalizações no decorrer do ano. Recentemente foi nomeado um novo RT do Citado PI, que no ano de 2011 espera-se definir qual a meta será exequível pelo PI-FISPROVET ligado ao novo setor SIFISA/AP.

O projeto PI - FISPROVET tem previsto no PPA, apenas um produto: FISCALIZAÇÃO REALIZADA – SIPLAN:

Eficiência	<i>Produtividade do Serviço na Fiscalização</i>	<i>IPF</i>	15
Eficiência	<i>Custo da Fiscalização</i>	<i>ICF</i>	R\$ 401,48
Eficácia	<i>Estabelecimentos Fiscalizados</i>	<i>IEF</i>	100%
Efetividade	<i>Conformidade de Produtos</i>	<i>ICP</i>	100%

Fonte: SIPLAN

IPF	N. Estabelecimentos Fiscalizados/N. Total de Fiscais envolvidos
ICF	Recurso Financeiro despendido/N. Estabelecimentos Fiscalizados
IEF	N. Estabelecimentos Fiscalizados/N. Estabelecimentos Registrados
ICP	N. de Amostra de Produtos em conformidade/N. total de análises realizadas

Fonte: SIPLAN

2.3.1.9 - SERVIÇO DE GESTÃO DA VIGILÂNCIA AGROPECUÁRIA-VIGIAGRO

O serviço de Gestão da Vigilância Agropecuária no Amapá pertence ao sistema VIGIAGRO e tem como missão “promover a vigilância no trânsito internacional de produtos, garantindo a qualidade dos produtos e insumos agropecuários importados e exportados, salvaguardando a sanidade animal e vegetal, e a saúde pública.

CARACTERÍSTICAS DO VIGIAGRO/DDA-AP

Para o cumprimento das ações dos Programas sob responsabilidade do Serviço, o VIGIAGRO/SFA-AP tem sob sua coordenação 3 (três) unidades operacionais descentralizadas e estabelecidas pela Portaria da Secretaria Executiva nº 300/2005.

1. Unidade de Vigilância Agropecuária do Aeroporto de Macapá - UVAGRO-Aeroporto/VIGIAGRO-AP;
2. Unidade de Vigilância Agropecuária do Porto de Santana - UVAGRO-Porto/VIGIAGRO-AP;
3. Unidade de Vigilância Agropecuária do Oiapoque - UVAGRO-Oiapoque/VIGIAGRO-AP.

Unidade	Município	Endereço
Serviço de Gestão do VIGIAGRO	Macapá	Rua Tiradentes, 469. Centro – Macapá-AP. Tel: 96-3223.3079
UVAGRO-Aeroporto/VIGIAGRO-AP	Macapá	Rua Hildemar Maia, s/n. Aeroporto Internacional de Macapá. Tel: 96-3223.6450
UVAGRO-Porto/VIGIAGRO-AP.	Santana	Rua Cláudio Lucio Monteiro, 1380. Santana-AP. Tel: 96-3281.5551
UVAGRO-Oiapoque/VIGIAGRO-AP	Oiapoque	Br-156, km 02. Oiapoque – AP. Tel: 96-3521.1184

- **Serviço de Gestão da Vigilância Agropecuária** – encontra-se funcionando desde 20 de maio de 2008 em uma sala nas dependências da Superintendência Federal de Agricultura do Estado do Amapá, na capital deste Estado. Até esta data, a chefia do VIGIAGRO/DDA-AP funcionava na UVAGRO do Aeroporto Internacional de Macapá. Para facilitar a interação com os demais serviços, com o Departamento de Desenvolvimento Agropecuário e com a Superintendência, por entender ainda que este tipo de isolamento prejudicasse o bom andamento dos serviços, a chefia do VIGIAGRO-AP solicitou uma sala nas dependências da SFA-AP, o que foi atendido. Faltando, todavia, melhorias estruturais, principalmente no que diz respeito a material de informática.

- **Unidade de Vigilância Agropecuária do Aeroporto Internacional de Macapá** – Funciona em uma pequena sala nas dependências do aeroporto. A infra-estrutura desta unidade é deficiente, deixando muito a desejar no que preconiza a Instrução Normativa nº 04, de 16 de março de 2004. Há ausência de banheiro, incineradores e área para laboratório básico. O serviço desenvolvido nesta unidade é a fiscalização de bagagens de passageiros procedentes do exterior, oriundos, principalmente, da Guiana Francesa. A importação, ou exportação, de cargas com produtos de origem vegetal ou animal por este terminal é raro. A solução para as deficiências desta UVAGRO está na construção do novo Aeroporto Internacional de Macapá (a obra já foi iniciada, porém sofreu embargos, encontrando-se paralisada).

- **Unidade de Vigilância Agropecuária do Posto de Fronteira do Oiapoque** – Localiza-se no município de mesmo nome, fronteira com a Guiana Francesa, há 590 km da Capital Macapá. O acesso se dá, por via terrestre, aérea e fluvial, sendo o mais utilizado o terrestre. A estrada em condições comprometedoras de conservação, inclusive com trechos sem pavimentação asfáltica. É comum nos períodos chuvosos a interrupção do tráfico de veículos.

Existe um Fiscal Federal Agropecuário lotado nesta UVAGRO, apto para desempenhar os serviços de vigilância agropecuária. Todavia, como a Receita Federal não se encontra estruturada, neste município, para promover desembaraços aduaneiros, as mercadorias exportadas para Guiana

Francesa (Frutas, hortaliças e madeira serrada) são fiscalizadas na cidade de Macapá. Não existe, até o presente momento, nem um processo de importação de produto vegetal ou animal da Guiana Francesa para o Brasil. O trânsito de pessoas se dá de forma desordenada, através de pequenas embarcações, ou balsa. As fiscalizações destas embarcações, considerando-se que a fronteira entre os dois países somam vários quilômetros de extensão ao longo do Rio Oiapoque, é humanamente impossível para um fiscal proteger a entrada ou saída de produtos de um país para o outro. A introdução da mosca da carambola, atualmente contida no estado do Amapá, em território nacional, deu-se por essa fronteira, provavelmente na década de 1990. O Fiscal Federal Agropecuário desempenha serviços ligados ao programa de erradicação da mosca da carambola. Quanto ao processo de importação e exportação agropecuária, que deve ser feito nesta Unidade, se torna inviável, enquanto a receita federal não se estruturar para esse fim.

- **Unidade de Vigilância Agropecuária da Companhia Docas de Santana** – Localizada no município de Santana, distante 23 km da cidade de Macapá. É nesta unidade que desempenha a maior parte das fiscalizações das importações e exportações do estado do Amapá. Dado a precariedade da infra-estrutura da UVAGRO, foi solicitado, via ofício, com base na Instrução Normativa no 04, de 16 de março de 2005, à administração do porto, reforma da unidade e implementação de equipamentos de informática. A reforma já foi executada e os equipamentos de informática instalados, faltando somente a instalação de um ponto de Internet.

AMPARO LEGAL

As principais referências legislativas que dão suporte as ações do VIGIAGRO são os Decretos 24.114 (Regulamento de Defesa Sanitária Vegetal) e 24.548 (Regulamento de Defesa Sanitária Animal) publicados em 1934 e ainda vigentes.

A Instrução Normativa SDA nº 36/2006, que aprovou o Manual de Procedimentos Operacionais da Vigilância Agropecuária Internacional organizou todas as Leis, Decretos e regulamentações complementares emanadas pelos departamentos técnicos do Ministério da Agricultura tratando as formas de execução das ações do Serviço.

ATRIBUIÇÕES

Art. 22 da Portaria nº 300/2005, ao Serviço ou Seção de Gestão da Vigilância Agropecuária (VIGIAGRO/DT-AP), em articulação com as demais unidades organizacionais finalísticas da Superintendência Federal, compete:

- I - programar, promover, orientar e controlar a execução das atividades de vigilância agropecuária, em portos, aeroportos, postos de fronteira e aduanas especiais;
- II - instruir processos administrativos, de acordo com a legislação pertinente;
- III - coletar, processar e manter os dados do Sistema de Informações de Vigilância Agropecuária - VIGIAGRO, do Ministério;
- IV - participar das comissões relacionadas às suas competências;
- V - acompanhar, orientar e realizar auditorias nas unidades subordinadas tecnicamente;
- VI - promover a articulação com as autoridades aduaneiras, policiais e outras relacionadas ao comércio internacional, para harmonizar as ações de vigilância;
- VII - promover:
 - a) expedição de certificado sanitário para trânsito internacional de animais, vegetais ou partes de vegetais, produtos e derivados de origens animal ou vegetal, materiais biológicos ou genéticos animal ou vegetal;
 - b) colheita de amostras de produtos de origens animal e vegetal para análise laboratorial, com fins de desembaraço aduaneiro e liberação para consumo ou comercialização, conforme legislação específica;
 - c) análise e tratamento no licenciamento de importação e exportação, em especial apoio aos SVAs e aos UVAGROs, conforme legislação vigente;
 - d) quarentena, na forma definida pelas normas específicas; e

e) fiscalização de produtos e insumos agropecuários e dar destinação aos mesmos, conforme legislação específica;

VIII - elaborar relatório anual das atividades exercidas com vistas a subsidiar a elaboração do relatório de gestão anual da Superintendência Federal.

Art. 23, ao Serviço de Vigilância Agropecuária (SVA-[local]/VIGIAGRO-UF) e à Unidade de Vigilância Agropecuária (UVAGRO-Oiapoque/VIGIAGRO-AP), em articulação com as unidades organizacionais finalísticas da Superintendência Federal, compete:

I - executar as atividades de vigilância agropecuária em portos, aeroportos, postos de fronteira e aduanas especiais;

II - realizar exames de animais, a inspeção de produtos e derivados de origens animal e vegetal, de vegetais e partes de vegetais, de materiais genéticos vegetais e animal, bem como de forragens, boxes, caixas e materiais de acondicionamento e embalagens, produtos para alimentação animal, produtos veterinários e de agrotóxicos, seus componentes e afins;

III - examinar, em articulação com as autoridades aduaneiras, a bagagem de passageiros, acompanhada ou não, com vistas a detectar produtos e derivados de origens animal ou vegetal, produtos para alimentação animal e produtos veterinários que podem veicular agentes etiológicos de pragas e de doenças;

IV - aplicar medidas de:

a) desinfecção e desinfestação em animais e vegetais, partes de vegetais, de seus produtos e derivados, além de materiais de acondicionamento, embalagens e veículos, quando se fizer necessário; e

b) apreensão, interdição ou destruição de animais, vegetais, partes de vegetais, de seus produtos e derivados, além de materiais de acondicionamento e embalagens, quando passíveis de veicular agentes de doenças ou pragas que constituem ameaça à agropecuária nacional;

V - expedir certificados sanitários para trânsito internacional de animais, vegetais ou partes de vegetais, produtos e derivados de origens animal ou vegetal, materiais biológicos e de multiplicação vegetal, ou materiais genéticos animal;

VI - coletar amostras de produtos de origens animal e vegetal para análise laboratorial, com fins de desembaraço aduaneiro e liberação para consumo ou comercialização;

VII - análise e tratamento no licenciamento de importação e exportação, conforme legislação vigente;

VIII - propor quarentena, na forma definida pelas normas específicas;

IX - realizar fiscalização de produtos e insumos agropecuários, dar destinação aos produtos e insumos fiscalizados, conforme legislação específica; e

X - elaborar relatórios específicos, conforme legislação própria, bem como o relatório anual das atividades exercidas com vistas a subsidiar a elaboração do relatório de gestão anual da Superintendência Federal.

Parágrafo único. Ao Serviço de Vigilância Agropecuária e à Unidade de Vigilância Agropecuária, competem, ainda, promover a execução de outras atividades de defesa agropecuária, de inspeção e de fiscalização de produtos agropecuários, consoantes disposições específicas.

FORÇA DE TRABALHO

O VIGIAGRO/DDA-AP conta atualmente com 07(sete) servidores estáveis distribuídos pelas unidades, conforme a tabela abaixo:

Tabela-I

CARGO	QUANTIDADE					
	ATUAL			DEFICIT		
	Macapá	Santana	Oiapoque	Macapá	Santana	Oiapoque
Fiscal Federal Agropecuário – Engº Agrônomo	01	-	-	-	-	01

Fiscal Federal Agropecuário – Méd. Veterinário.	-	-	-	-	-	01
Agente Administrativo	-	-	01	01	-	-
Datilografo	-	01	-	-	-	-
Agente de Portaria	-	-	02	-	01	-

Em relação a recursos humanos, o Serviço tem grande necessidade de apoio administrativo em Macapá, pelo menos 01 Agente Administrativo na sala do VIGIAGRO/DDA-AP.

Quanto à demanda de pessoal para atendimento dos serviços técnicos, dado à particularidade do Estado do Amapá, que possui um fluxo de exportação e importação pequeno, principalmente na área animal, o atual quadro de fiscais atende satisfatoriamente à demanda existente. A ausência de um Fiscal Federal Agropecuário, Médico Veterinário, fixo no serviço não prejudica os serviços a serem executados. Quando há necessidade da mão-de-obra de um profissional da área de medicina veterinária, recorre-se aos outros serviços da Superintendência, que têm total condição de atendimento da demanda do VIGIAGRO. Entende-se que esta forma de trabalho é correta quando se trata de estados cuja produção, importação e exportação ligadas ao agronegócio são pequenas, e podem, sem prejuízos àqueles que demandam por esse serviço.

2.3.1.9.1 Execução Física das Ações Realizadas pela UJ

Tipo de Programa	Finalístico
Objetivo Geral	Aperfeiçoamento dos controles de sanidade para produtos de exportação da Agropecuária
Objetivos específicos	Apoio à vigilância e fiscalização do trânsito interestadual de vegetais, seus produtos e insumos; apoio à vigilância e fiscalização do trânsito interestadual de animais, seus produtos e insumos, apoio à vigilância e fiscalização do trânsito internacional de vegetais, seus produtos e insumos; apoio à vigilância e fiscalização do trânsito internacional de animais, seus produtos e insumos; apoio à gestão e administração do programa; apoio à erradicação da mosca da carambola; apoio à erradicação da febre aftosa; apoio à prevenção, controle e erradicação de pragas dos vegetais; apoio à promoção da educação sanitária em defesa agropecuária; apoio à prevenção, controle e erradicação de doenças dos animais.
Gerente do Programa	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
Gerente Executivo	Secretaria de Defesa Agropecuária/MAPA
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	Fiscalização realizada, área controlada, área livre, atividade realizada e propriedade atendida.
Público-alvo	Exportadores, importadores, consumidores, produtores rurais, indústrias e comércio.

a) AÇÃO 2180 - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais, seus Produtos e Insumos - FISCPLANTA.

Dados gerais da ação

Tipo	Direta
Finalidade	Impedir a entrada e a disseminação de pragas vegetais oriundas de outros países, com vistas a evitar danos à economia, ao meio ambiente e à saúde da população, bem como inspecionar a qualidade dos produtos agrícolas no trânsito internacional. Certificar a fitossanidade dos produtos nacionais na exportação.
Descrição	Vigilância e controle fitossanitário em portos, aeroportos, postos de fronteira e aduanas especiais, nas exportações e importações de produtos agrícolas e na análise de risco e quarentena vegetal.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Coordenação Geral do Sistema de Vigilância Agropecuária

	Internacional.
Coordenador Nacional da Ação	Oscar Rosa Filho / Coordenador-Geral do Sistema de Vigilância Agropecuária Internacional.
Unidades Executoras	Unidades de Vigilância Agropecuária do Aeroporto Internacional de Macapá, do Porto de Santana e do município de Oiapoque-AP.
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Serviço de Gestão da Vigilância Agropecuária-VIGIAGRO
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Ser Fiscal Federal Agropecuário do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Podem também ser executadas por Agentes de Inspeção e Agentes de Atividade Agropecuária sob a supervisão do Fiscal Federal Agropecuário.

Resultados:

Para mensurar o desempenho no Plano Interno FISCVEGETAL, utilizou-se o indicador de desempenho Partida Inspeccionada, que é, de acordo com a Instrução Normativa número 36, de 10 de novembro de 2006, o somatório mensal do número de Termos de Fiscalização, Termos de Vistoria, Requerimentos para Inspeção de Embalagem de Madeira e Termos de Fiscalização de Bagagem e Encomenda.

Tabela – 05 -Movimento Mensal – Partidas inspeccionadas - Área vegetal.

PARTIDA INSPECIONADA		J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	TOTAL
PREVISTO	EXPORTAÇÃO + IMPORTAÇÃO	9	13	13	9	5	5	17	17	11	10	10	10	129
PREVISTO CORRIGIDO	EXPORTAÇÃO + IMPORTAÇÃO	12	11	9	9	5	8	18	14	9	10	10	10	125
REALIZADO	EXPORTAÇÃO + IMPORTAÇÃO	13	7	6	8	3	10	17	12	12	11	12	13	124

Metas e resultados da ação exercício financeiro 2010 – FISCPLANTA

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	DEVOLUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO (%)
FINANCEIRA	11.600,00	5.064,01	6.535,99	43,66
FÍSICA (*)	129	124	-	96,12

* Partidas inspeccionadas

Meta Financeira - Dos R\$ 11.600,00 descentralizados pela Coordenação Geral do VIGIAGRO, R\$ 5.064,01 foram executados com deslocamentos de servidores, o restante devolvidos.

Meta Física – O previsto para o exercício foi de 129 partidas, que após a correção ficou em 125, e realizado 124.

b) AÇÃO 2180 - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais, seus Produtos e Insumos - FISCANIMAL.

Dados gerais da ação

Tipo	Ação orçamentária
Finalidade	Prevenir o ingresso, a disseminação e o estabelecimento de pragas e enfermidades, a sanidade dos animais e a inocuidade dos alimentos, além de evitar danos ao meio ambiente, certificando a qualidade dos produtos e insumos importados e exportados e evitando prejuízos à economia brasileira e à Saúde Pública por meio da fiscalização do trânsito internacional de animais, produtos, subprodutos, derivados, insumos agropecuários e materiais para pesquisa científica.
Descrição	As ações ocorrem nas Unidades de Vigilância Agropecuária (UVAGROs), nos portos, aeroportos, postos de fronteira e aduanas especiais, executadas por Fiscais Federais Agropecuários
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Coordenação Geral do VIGIAGRO
Coordenador Nacional da Ação	Oscar Rosa Filho / Coordenador-Geral do Sistema de Vigilância Agropecuária Manoel Almeida Silva / Chefe do Serviço de Vigilância Agropecuária no Amapá.
Unidades Executoras	Unidades de Vigilância Agropecuária do Aeroporto Internacional de Macapá, do Porto de Santana e do município de Oiapoque-AP.
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Serviço de Gestão da Vigilância Agropecuária-VIGIAGRO
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Ser Fiscal Federal Agropecuário do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Podem também ser executadas por Agentes de Inspeção e Agentes de Atividade Agropecuária sob a supervisão do Fiscal Federal Agropecuário.

Resultados:

Movimento Mensal – Partidas inspecionadas - Área animal.

PARTIDA INSPECIONADA		J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	TOTAL
PREVISTO	EXPORTAÇÃO + IMPORTAÇÃO	6	4	1	1	1	2	2	4	4	4	3	3	35
PREVISTO CORRIGIDO	EXPORTAÇÃO + IMPORTAÇÃO	1	2	4	3	4	3	2	3	0	3	1	3	29
R E A L I Z A D O	EXPORTAÇÃO + IMPORTAÇÃO	1	2	4	3	4	3	2	3	0	3	1	3	29
PARTIDA INSPECIONADA		J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	TOTAL
PREVISTO	EXPORTAÇÃO + IMPORTAÇÃO	6	4	1	1	1	2	2	4	4	4	3	3	35

Metas e resultados da ação do exercício financeiro 2010 – FISCANIMAL.

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO (%)
FINACEIRA	3.000,00	2.399,54	79,98
FÍSICA (*)	35	29	82,86

* Partidas inspecionadas

Meta Financeira - Dos R\$ 3.600,00 previstos, R\$ 2.399,54 foram utilizados na rubrica 30(material de consumo) e o restante foram devolvidos.

Meta Física –. O previsto para o exercício foi de 35 partidas, que após a correção ficou em 29, entretanto somente vinte e nove foram realizadas.

2.4. Desempenho Orçamentário e Financeiro

QUADRO A.2.3 - IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UG
SFA/AP		130100

2.4.1. Programação Orçamentaria das Despesas

2.4.1.1. Programação de Despesas Correntes

QUADRO A.2.4 - PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CORRENTE

Valores em R\$
1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesas Correntes					
			1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2009	2010	2009	2010	2009	2010
LOA	Dotação proposta pela UO							
	PLOA							
	LOA							
CRÉDITOS	Suplementares							
	Especiais	Abertos						
		Reabertos		NÃO SE APLICA				
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
	Créditos Cancelados							
Outras Operações								
Total								

Fonte: Siai Gerencial

2.4.1.2. Programação de Despesas de Capital

QUADRO A.2.5 - PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CAPITAL

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa de Capital					
			4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2009	2010	2009	2010	2009	2010
LOA	Dotação proposta pela UO							
	PLOA							
	LOA							
CRÉDITOS	Suplementares							
	Especiais	Abertos						
		Reabertos		NÃO SE APLICA				
	Extraordinários	Abertos						

	Reabertos						
	Créditos Cancelados						
Outras Operações							
Total							

2.4.1.3. Quadro Resumo da Programação de Despesas

QUADRO A.2.6 - QUADRO RESUMO DA PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS

Valores em R\$
1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2009	2010	2009	2010	2009	2010
LOA	Dotação proposta pela UO							
	PLOA							
	LOA							
CRÉDITOS	Suplementares							
	Especiais	Abertos						
		Reabertos		NÃO SE APLICA				
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
	Créditos Cancelados							
Outras Operações								
Total								

Fonte: Siafi Gerencial

2.4.1.4. Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

QUADRO A.2.7 - MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA

Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes			
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes	
Movimentação Interna	Concedidos	NÃO SE APLICA					
	Recebidos SE/GCOF	130101	SAD	NÃO SE APLICA			
			2012103601K400001 AGE				8.785,80
			20122075020000001 ADMSEDE1				3.229,70
			20122075020000001 MANUTCRH1				1.480,55
			20122075047160001 MANUTSFAS				553.560,54
			20128036045720001 CAPACITA				14.302,43
			TOTAL - SE				581.359,02
	Recebidos SDC/GCO	130101	DIPDAG				
			2012260032B170001 FISCONTRATO				3.660,82
			20122144222720001 GAPSDC				2.298,49
			TOTAL - SDC				5.959,31
	Recebidos SDC/GCO	130101	SIFISA				
			20604035748420001 FEBREAETOS				3.108.327,39

			20604035786580001 PCEANIMAL		50.729,58	
			20125035689380001 INSPANIMAL3		48.664,41	
			20665035647230001 RESIDUOS		981,70	
			20152037521240001 FISCINAN		10.549,91	
			20125037521400001 FISPROVET1		12.044,48	
			20604035721810001 FISCANIMAL2		2.399,54	
			SIFISV			
			20603035785720001 PCEVEGETAL		131.362,04	
			20603035747380001 ERRADMOSCA1		2.518.809,12	
			20125035689390001 IPVEGETAL2		9.929,17	
			20125035647460001 PADCLASSIF		3.697,22	
			20125037521790001 FISCALSEM1		12.780,30	
			20125037521410001 FISFECOI		15.398,90	
			20125035647450001 FISCORGEN		2.800,00	
					2.694.776,75	
		TOTAL GERAL			6.512.992,09	
Movimentação Externa	Concedidos	NÃO SE APLICA				
	Recebidos					
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos		NÃO SE APLICA			
	Recebidos	130101	SAD		NÃO SE APLICA	
			20122075020000001 MANUTTI	349.205,00		
			20603035747380001 ERRADMOSCA1	799,75		
			TOTAL	350.004,75		
Movimentação Externa	Concedidos				NÃO SE APLICA	
	Recebidos		NÃO SE APLICA			

Fonte: Siafi Gerencial

2.4.2 Execução Orçamentaria da Despesa

2.4.2.1 Execução Orçamentária de Créditos originários da UJ

2.4.2.1.1 Despesas por Modalidade de Contratação

QUADRO A.2.8 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ

VALORES EM
R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2009	2010	2009	2010
Modalidade de Licitação				
Convite				
Tomada de Preços				
Concorrência	NÃO SE APLICA			
Pregão				
Concurso				
Consulta				
Registro de Preços				
Contratações Diretas				
Dispensa				
Inexigibilidade				
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos				
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha				
Diárias				
Outros				

Fonte: Siafi Gerencial

2.4.2.1.2 Despesas Correntes por Grupo e elemento de Despesa

QUADRO A.2.9 - DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ

Valores em
R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1 – Despesas de Pessoal								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
2 – Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa	NÃO SE APLICA							
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3 – Outras Despesas Correntes								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

Fonte: Siafi Gerencial

Nota: A UG não é concedente de recursos, somente executa

2.4.2.1.3 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

QUADRO A.2.10 - DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ

Valores em
R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
4 – Investimentos								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa		NÃO SE APLICA						
Demais elementos do grupo								
5 – Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6 – Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

2.4.2.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

2.4.2.2.1 Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação

QUADRO A.2.11 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO

Valores em R\$
1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2009	2010	2009	2010
Licitação				
Convite	78.378,33	117.115,15	55.860,42	100.880,75
Tomada de Preços	339.004,41	129.236,32	347.843,12	129.236,32
Concorrência				
Pregão	2.274.419,29	4.894.518,89	1.618.472,68	4.455.196,56
Concurso				
Consulta				
Contratações Diretas				
Dispensa	3.410.622,31	498.778,23	3.194.112,43	341.687,72
Inexigibilidade	8.000,00	6.242,06	7.132,00	5.431,94
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos	8.000,00	9.990,00	6.000,00	9.990,00
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha	-	-	-	-
Diárias	568.112,41	1.759.110,96	538.250,60	1.704.316,00
Total das Despesas	6.686.536,75	7.414.991,61	5.767.671,25	6.746.739,29

Fonte: Siafi Gerencial

2.4.2.2.2 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

QUADRO A.2.1.2 - DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO

Valores em R\$1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1 – Despesas de Pessoal								
1º E. de despesa								
2º E. de despesa		SERÁ INFORMADO PELO MAPA						
3º E. de despesa								
Demais elementos do grupo								
2 – Juros e Encargos da Dívida								
1º E. de despesa								
2º E. de despesa								
3º E. de despesa		NÃO SE APLICA						
Demais elementos do grupo								
3- Outras Despesas Correntes								
339033	306.459,10	1.119.995,72	-	1.119.995,72	306.459,10	359.834,53	-	1.115.792,76
339037	191.691,10	485.500,00	-	485.500,00	191.691,10	-	-	427.379,05
339039	559.331,93	2.869.973,19	-	2.869.973,19	559.331,93	18.881,32	-	2.839.236,06
Demais elementos do grupo	518.871,02	2.939.522,70	-	2.939.522,70	518.871,02	893.010,42	-	2.364.331,42
TOTAL	1.576.353,15	7.414.991,61		7.414.991,61	1.576.353,15	911.891,74		6.746.739,29

* Demonstração do RP não processados pagos e a pagar.

2.4.2.2.3 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação

QUADRO A.2.13 - DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO

Valores em R\$1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
4 - Investimentos								
449052	3.289.003,17	355.789,28	3.289.003,17	355.789,28		349.205,00	3.289.003,17	799,75
449051	14.939,00	-	-	-	-	-	Ficou em RP	14.939,00
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
5 - Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa			NÃO SE APLICA					
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6 - Amortização da								

Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa		NÃO SE APLICA						
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

Fonte: Siafi Gerencial

3. Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

3.1 Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

QUADRO A. 3.1 - RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

Valores em R\$ 1,00

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI		Denominação			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2009	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2010
	NÃO SE APLICA				
Razões e Justificativas:					

Fonte: Siafi Gerencial

Nota: A UG não concede recursos, somente executa

4. Informações sobre a movimentação e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

4.1 Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

QUADRO A.4.1 - SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Valores em R\$ 1,00

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados					
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011	
2009	32.763,88	16,91	32.746,97	-	
2010	455.432,98	2.824,67	452.608,31	-	
TOTAL	488.196,86	2.841,58	485.355,28		
Restos a Pagar não Processados					
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	RP não processados reinscritos	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2009	1.188.340,97	9.438,56	722.028,89	475.750,64	-
2010	1.357.341,80	-	85.615,53	1.249.899,70	21.826,57
TOTAL	2.545.682,77	2.545.682,77	807.644,42	1.725.650,34	21.826,57
Observações:					

Fonte: Siafi Gerencial

5. Informações sobre Recursos Humanos da Unidade contemplando as seguintes perspectivas

5.1. Composição do Quadro dos Servidores Ativos

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - AMAPA

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - AMAPA

QUADRO A.5.1 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos em 2010	Egressos em 2010
	Autorizada	Efetiva		
1 Provimento de cargo efetivo	103	103	0	0
1.1 Membros de poder e agentes políticos				
1.2 Servidores de Carreira	98	98	0	0
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão				
1.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado				
1.2.3 Servidor de carreira em exercício provisório				
1.2.4 Servidor requisitado de outros órgãos e esferas				
1.3 Servidores com Contratos Temporários				
1.4 Servidores Cedidos ou em Licença	6	6	0	0
1.4.1 Cedidos	5	5		
1.4.2 Removidos				
1.4.3 Licença remunerada				
1.4.4 Licença não remunerada	0	0		
2 Provimento de cargo em comissão	5	5	0	0
2.1 Cargos Natureza Especial				
2.2 Grupo Direção e Assessoramento superior	5	5	0	0
2.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	4	4		
2.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado				
2.2.3 Servidor de outros órgãos e esferas				
2.2.4 Sem vínculo	1	1		
2.2.5 Aposentado				
2.3 Funções gratificadas	11	11	0	0
2.3.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão				
2.3.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado				
2.3.3 Servidor de outros órgãos e esferas				
3 Total	108	108	0	0

Fonte: SIAPE

Posição: 31/12/2010

QUADRO A.5.2 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS POR FAIXA ETÁRIA - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010

Tipologias do Cargo	Faixa Etária (anos)					
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60	
1. Provimento de cargo efetivo	1	2	24	49	42	118
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-	
1.2. Servidores de Carreira	-	2	20	48	42	
1.3. Servidores com Contratos Temporários	1	-	-	-	-	
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença	-	-	4	1	-	
2. Provimento de cargo em comissão	0	1	11	8	0	20
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	1	2	3	-	
2.3. Funções gratificadas	-	-	9	5	-	

Fonte: SIAPE

Posição: 31/12/2010

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - AMAPA

QUADRO A.5.3 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010

Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade									
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	
1. Provimento de cargo efetivo	0	11	18	21	41	27	0	0	0	118
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
1.2. Servidores de Carreira	-	11	18	21	37	25	-	-	-	
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	1	-	-	-	-	
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença	-	-	-	-	3	2	-	-	-	
2. Provimento de cargo em comissão	0	0	0	0	12	8	0	0	0	20
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	1	5	-	-	-	
2.3. Funções gratificadas	-	-	-	-	11	3	-	-	-	
LEGENDA										
Nível de Escolaridade										
1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 - Doutorado; 10 - Não Classificada.										

Fonte: SIAPE

Posição: 31/12/2010

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - AMAPA

QUADRO A.5.4 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS - Situação apurada em 31/12/2010

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantitativo de Servidores	Aposentadorias em 2010
1 Integral	13	0
1.1 Voluntária	13	
1.2 Compulsório		
1.3 Invalidez Permanente		
1.4 Outras		
2 Proporcional	17	0
2.1 Voluntária	17	
2.2 Compulsório		
2.3 Invalidez Permanente		
2.4 Outras		

Fonte: SIAPE

Posição: 31/12/2010

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - AMAPA

QUADRO A.5.5 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE INSTITUIDORES DE PENSÃO - Situação apurada em 31/12/2010

Regime de proventos originário do servidor	Quantitativo de Beneficiários	Pensões concedidas em 2010
1. Integral	50	0
2. Proporcional		0

Fonte: SIAPE

Posição: 31/12/2010

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - AMAPA

QUADRO A.5.6 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS (1)

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Custo do exercício (Valores em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
Nível superior	2	5	5	5	13.386,00
• Área Fim	1	3	3	3	
• Área Meio	1	2	2	2	
Nível Médio	2	4	4	4	22.453,33
• Área Fim	1	1	1	1	
• Área Meio	1	3	3	3	

Fonte: SIAPE

Posição: 31/12/2010

(1) Convênio celebrado entre MAPA/SEDE e o CIEE

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - AMAPA

Quadro A.5.7 - Quadro de Custos de recursos humanos nos exercicios de 2008, 2009 e 2010.

Valores em R\$ 1,00

Tipologias / exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis	
Membros de poder e agentes políticos								
2008	-	-	-	-	-	-	-	-
2009	-	-	-	-	-	-	-	-
2010	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores de carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão								
2008	2.736.567,76	-	1.810.453,71	179.227,54	278.592,34	97,35	14.162,91	5.019.101,61
2009	3.205.553,87	1.141,41	2.530.549,40	266.568,29	217.801,05	-	8.797,35	6.230.411,37
2010	3.880.712,71	489,87	3.028.252,11	338.280,99	326.285,11	75.717,00	26.618,08	7.676.355,87
Servidores com contratos Temporários								
2008	8.564,82	-	1.900,00	1.330,00	2.933,98	-	11.575,00	26.303,80
2009	-	-	-	-	-	-	-	-
2010	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores cedidos com ônus ou em Licença								
2008	42.417,43	-	39.275,98	-	5.442,46	-	-	87.135,87
2009	151.592,04	-	15.919,34	-	7.510,75	-	1.260,91	176.283,04
2010	197.930,43	-	19.385,89	-	17.787,27	5.095,00	-	240.198,59
Servidores ocupantes de cargos de Natureza especial								
2008	-	-	-	-	-	-	-	-

2009	-	-	-	-	-	-	-	-
2010	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior								
2008	205.992,83	94.007,47	174.213,32	7.288,49	9.164,37	-	2.823,16	493.489,64
2009	442.575,30	120.759,71	395.176,11	35.505,47	12.831,28	698,44	-	1.007.546,31
2010	491.591,58	113.372,46	398.593,66	36.757,53	30.164,56	10.527,03	-	1.081.006,82
Servidores ocupantes de Funções gratificadas								
2008	225.633,86	53.167,42	191.166,76	13.344,44	31.755,53	732,44	-	515.800,45
2009	442.463,28	53.555,19	171.567,47	21.245,89	23.173,10	368,43	-	712.373,36
2010	545.019,15	60.039,09	165.686,02	16.232,05	44.554,94	12.922,70	-	844.453,95

Fonte: SIAPE

Posição: 31/12/2010

	Anos	Total	Média Mês
Exercícios	2008	6.141.831,37	511.819,28
	2009	8.126.614,08	677.217,84
	2010	9.842.015,23	820.167,94

QUADRO A.5.8 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Unidade Contratante													
Nome: SUPERINTENDÊNCIA DE AGRICULTURA DO ESTADO DO AMAPÁ-SFA/AP													
UG/Gestão: 130100					CNPJ: 00.369.895/003493								
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2008	V	O	05/2008	04.377.456/00-01-26	31/12/2008	31/12/2010							
2005	L	O	004/2005	01.232.642/0001-89	22/09/2005	22/09/2010							
Nota: nº de funcionários da empresa de limpeza e conservação é de 5 pessoas. nº de funcionários da empresa de vigilância é de 5													

Fonte:

QUADRO A.5.9 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Unidade Contratante													
Nome: SUPERINTENDÊNCIA DE AGRICULTURA DO ESTADO DO AMAPÁ-SFA/AP													
UG/Gestão:130100							CNPJ: 00.369.895/003493						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2009	7	O	04/2009	Bernacon-LTDA 08.450.948/0001-50	11/08/2009	11/08/2011	X		X		X		P

QUADRO A.5.10 - DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL CONTRATADO MEDIANTE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Identificação do Contrato	Área	Qtd.	Unidade Administrativa
04/2009	1	72	Superintendência Federal de Agricultura do Amapá-SFA/AP (especialmente nos municípios de Macapá, Santana e o Distrito de fazendinha)

Fonte:

6. Informações sobre as transferências mediante convênios, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromissos ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, vigentes no exercício de referência.

6.1 Transferências efetuadas no exercício

A SFA/AP, não efetuou nenhuma operação referente a conder recursos a qualquer tipo de órgão. Os convênios oriundos são de emendas parlamentares, os quais somente são fiscalizados.

Tabela: Acompanhamento das transferências realizadas através emendas parlamentares.

Nome: SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA NO ESTADO DO AMAPÁ - SFA-AP									
CNPJ: 00.369.895/0034-93					UG/GESTÃO: 130100				
Informações sobre as transferências									
Modalidade	N.º da proposta	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contra partida	No exercício	Acumula do até o exercício	Início	Fim	
2	106749/2010	P.M. SERRA DO NAVIO	201.000,00	6.000,00	201.000,00	201.000,00	17.12.10	18.05.11	1
2	072987/2010	P.M. SANTANA	325.000,00	32.500,00	325.000,00	325.000,00	01.07.10	30.09.10	1
2	072649/2010	P.M. SANTANA	325.000,00	32.500,00	325.000,00	325.000,00	01.07.10	30.09.10	1
2	071080/2010	P.M. OIAPOQUE	100.000,00	2.500,00	100.000,00	100.000,00	11.06.10	11.06.12	1
2	069603/2010	P.M. LARANJAL DO JARI	308.500,00	6.250,00	308.500,00	308.500,00	21.06.10	21.06.11	1
2	069057/2010	P.M. MACAPÁ	328.550,00	26.300,00	328.550,00	328.550,00	01.07.10	01.07.11	1
2	068835/2010	P.M.CALÇO ENE	298.469,39	5.969,39	298.469,39	298.469,39	28.10.10	30.03.12	1
2	068801/2010	P.M. VITÓRIA DO JARI	298.000,00	5.960,00	298.000,00	298.000,00	16.08.10	16.08.11	1
2	067664/2010	P.M. MAZAGÃO	302.000,00	6.050,00	302.000,00	302.000,00	01.07.10	31.12.10	1
2	062319/2010	GOVERNO DO ESTADO DO AP.	812.500,00	81.250,00	812.500,00	812.500,00	15.12.10	15.12.12	1
2	057598/2010	P.M. CUTIAS	497.500,00	10.000,00	497.500,00	497.500,00	29.06.10	23.06.11	1
2	055632/2010	P.M. SANTANA	423.913,04	33.913,04	423.913,04	423.913,04	01.06.10	30.05.11	1
2	053031/2010	P.M. PORTO GRANDE	100.000,00	2.500,00	100.000,00	100.000,00	01.06.10	31.05.11	1
2	050166/2010	P.M.TARTARU-GALZINHO	995.000,00	20.000,00	995.000,00	995.000,00	30.04.10	30.04.11	1
2	045109/2010	P.M. MACAPÁ	529.900,00	42.400,00	529.900,00	529.900,00	01.08.10	01.08.11	1
2	035523/2010	P.M. LARANJAL DO JARI	248.750,00	5.000,00	248.750,00	248.750,00	07.10.10	07.10.11	1
1	030443/2010	AGÊNCIA DE DEFESA	193.198,40	22.542,40	193.198,40	193.198,40	01.07.10	31.12.10	5

1	022708/2010	AGÊNCIA DE DEFESA	3.375.779,00	370.165,00	3.375.779,00	3.375.779,00	01.07.10	31.12.10	5
2	091187/2009	P.M. MAZAGÃO	301.275,00	8.775,00	301.275,00	301.275,00	02.11.09	31.12.09	1
2	053195/2010	P.M. PORTO GRANDE	100.000,00	2.500,00	100.000,00	100.000,00	01.06.10	31.05.11	1
1	065703/2009	P.M. SERRA DO NAVIO	200.850,00	5.850,00	200.850,00	200.850,00	01.09.09	31.12.09	1
1	065140/2009	P.M. SERRA DO NAVIO	200.000,00	5.897,00	200.000,00	200.000,00	01.09.09	31.12.09	7
1	065133/2009	P.M. SERRA DO NAVIO	133.900,00	3.900,00	133.900,00	133.900,00	01.09.09	31.12.09	7
1	065128/2009	P.M. SERRA DO NAVIO	175.100,00	5.100,00	175.100,00	175.100,00	01.09.09	31.12.09	7
1	065118/2009	P.M. SERRA DO NAVIO	257.500,00	7.500,00	257.500,00	257.500,00	25.08.09	31.12.09	7
1	065112/2009	P.M. SERRA DO NAVIO	164.900,00	4.900,00	164.900,00	164.900,00	01.09.09	31.12.09	7
1	065102/2009	P.M. SERRA DO NAVIO	103.000,00	3.000,00	103.000,00	103.000,00	01.09.09	31.12.09	7
1	065096/2009	P.M. SERRA DO NAVIO	286.000,00	6.000,00	286.000,00	286.000,00	01.09.09	31.12.09	7
1	061641/2009	P.M. SERRA DO NAVIO	218.695,00	4.373,90	218.695,00	218.695,00	01.09.09	31.12.09	7
1	061635/2009	P.M. SERRA DO NAVIO	173.600,00	3.472,00	173.600,00	173.600,00	01.09.09	31.12.09	7
1	061624/2009	P.M. SERRA DO NAVIO	100.000,00	4.000,00	100.000,00	100.000,00	01.09.09	31.12.09	7
1	060602/2009	GOVERNO DO ESTADO DO AP.	222.223,00	22.223,00	222.223,00	222.223,00	01.09.09	01.09.10	5
2	059724/2009	GOVERNO DO ESTADO DO AP.	217.216,00	22.223,00	217.216,00	217.216,00	31.12.09	30.05.11	1
2	059668/2009	GOVERNO DO ESTADO DO AP.	217.223,00	22.223,00	217.223,00	217.223,00	30.12.09	30.05.11	1
2	059295/2009	GOVERNO DO ESTADO DO AP.	325.834,00	33.334,00	325.834,00	325.834,00	30.12.09	30.05.11	1
2	058603/2009	P.M. SEERA DO NAVIO	105.000,00	5.000,00	105.000,00	105.000,00	31.08.09	30.06.10	1
2	058557/2009	P.M. SEERA DO NAVIO	205.000,00	10.000,00	205.000,00	205.000,00	31.08.09	31.12.09	7
1	009132/2009	AGÊNCIA DE DEFESA	3.571.930,00	388.675,00	3.571.930,00	3.571.930,00	10.08.09	31.12.09	7
1	002333/2009	AGÊNCIA DE DEFESA	248.760,00	27.480,00	248.760,00	248.760,00	01.03.09	31.12.09	1
1	001901/2009	AGÊNCIA DE DEFESA	434.804,00	44.000,00	434.804,00	434.804,00	01.03.09	31.12.09	1
2	097683/2008	P.M. SANTANA	107.250,00	9.750,00	107.250,00	107.250,00	09.12.08	09.07.11	1
2	097682/2008	P.M. SANTANA	429.000,00	39.000,00	429.000,00	429.000,00	09.12.08	09.07.11	1
2	094854/2008	GOVERNO DO ESTADO DO AP.	114.889,67	17.389,67	114.889,67	114.889,67	19.12.08	30.03.11	1
2	092387/2008	P.M. SERRA DO NAVIO	203.611,43	8.611,43	203.611,43	203.611,43	31.12.08	31.12.10	1
2	029510/2008	GOVERNO	565.000,00	65.000,00	565.000,00	565.000,00	30.12.08	30.12.08	1

		DO ESTADO DO AP.	0	0	0	0	8	9	
2	028560/2008	P.M. DE CUTIAS	503.500,00	16.000,00	503.500,00	503.500,00	30.12.08	30.12.09	7
1	016361/2008	AGÊNCIA DE DEFESA	3.680.055,50	370.000,00	3.680.055,50	3.680.055,50	15.12.08	31.12.09	7
1	016326/2008	AGÊNCIA DE DEFESA	491.699,98	50.000,00	491.699,98	491.699,98	15.12.08	31.12.09	7
1	016300/2008	AGÊNCIA DE DEFESA	491.699,98	50.000,00	491.699,98	491.699,98	15.12.08	31.12.09	7
1	016173/2008	AGÊNCIA DE DEFESA	491.699,98	50.000,00	491.699,98	491.699,98	15.12.08	31.12.09	1
1	016036/2008	AGÊNCIA DE DEFESA	3.680,055,50	370.000,00	3.680,055,50	3.680,055,50	15.12.08	31.12.09	1

Fonte: SFA/AP

6.1.1. Quantidade de Transferencias Celebrados e Valores Repassados nos três últimos exercícios.

QUADRO A.6.2 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA UJ NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome: SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA NO ESTADO DO AMAPÁ – SFA-AP				UG/GESTÃO: 130100		
CNPJ: 00.369.895/0034-93						
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Valores repassados em cada exercício (Valores em R\$ 1,00)		
	2008	2009	2010	2008	2009	2010
Convênio	02	-	-	8.835.210,94		
Contrato de Repasse				1.923.251,10		
Termo de Parceria						
Termo de Cooperação						
Termo de Compromisso						
Totais	02					

Fonte: CEF/GIDUR

6.1.2 Informações sobre o conjunto de instrumentos de transferência que vigorão no exercício de 2011 e seguintes.

QUADRO A.6.3 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA QUE VIGERÃO EM 2011 E EXERCÍCIOS SEGUINTE.

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA NO ESTADO DO AMAPÁ – SFA-AP					
CNPJ: 00.369.895/0034-93			UG/GESTÃO: 130100		
Modalidade	Qtd. de instrumentos com vigência em 2011 e seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor global repassado até o final do exercício de 2010
		Contratados	Repassados até 2010	Previstos para 2011	
Convênio	-			220.650,00	100
Contrato de Repasse	-			3.120.000,00	100
Termo de Parceria	Não se aplica			Não se aplica	Não se aplica
Termo de Cooperação	Não se aplica			Não se aplica	Não se aplica
Termo de Compromisso	Não se aplica			Não se aplica	Não se aplica
Totais	-			3.340.650,00	

Fonte: CEF/GIDUR

6.1.3 Informações sobre a Prestação de Contas relativas aos Convênios e Contratos de Repasse

QUADRO A.6.4 – RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA UJ NA MODALIDADE DE CONVÊNIO E DE CONTRATOS DE REPASSE.

Valores em R\$ 1,00

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente					
Nome: SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA NO ESTADO DO AMAPÁ					
CNPJ: 00.369.895/0034-93			UG/GESTÃO: 130100		
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montante repassados			Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)	
				Convênios	Contratos de Repasse
2010	Ainda no prazo de prestação de contas	Quantidade			
		Montante Repassado			
	Com prazo de prestação de contas vencido	Contas prestadas	Quantidade		
			Montante Repassado (R\$)	NÃO SE APLICA	
		Contas NÃO prestadas	Quantidade		
			Montante Repassado (R\$)		
2009	Contas prestadas		Quantidade		
			Montante Repassado (R\$)	NÃO SE APLICA	
	Contas NÃO prestadas		Quantidade		
			Montante Repassado (R\$)		
2008	Contas prestadas		Quantidade		
			Montante Repassado (R\$)		
	Contas NÃO prestadas		Quantidade		
			Montante Repassado (R\$)	NÃO SE APLICA	
Anteriores a 2008	Contas NÃO prestadas		Quantidade		
			Montante Repassado (R\$)		

Fonte: CEF/GIDUR

6.1.4 Informações sobre análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de repasse

QUADRO A.6.5 - VISÃO GERAL DA ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE.

Vlr em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA NO ESTADO DO AMAPÁ					
CNPJ: 00.369.895/0034-93			UG/GESTÃO: 130100		
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montantes repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2010	Quantidade de contas prestadas				
	Com prazo de análise ainda não vencido	Quantidade			
		Montante repassado (R\$)			
	Com prazo de análise vencido	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		
			Quantidade Reprovada	NÃO SE APLICA	
			Quantidade de TCE		
		Contas NÃO analisadas	Quantidade		
			Montante repassado (R\$)		
2009	Quantidade de contas prestadas				
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada			
		Quantidade Reprovada		NÃO SE APLICA	
		Quantidade de TCE			
	Contas NÃO analisadas	Quantidade			
		Montante repassado (R\$)			
2008	Quantidade de contas prestadas				
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada			
		Quantidade Reprovada			
		Quantidade de TCE		NÃO SE APLICA	
	Contas NÃO analisadas	Quantidade			
		Montante repassado			
Exercícios anteriores a 2008	Contas NÃO analisadas	Quantidade			
		Montante repassado			

Fonte: CEF/GIDUR

COMENTÁRIOS GERAIS:

* Propostas de Plano de Trabalho apenas cadastrados aguardando regularização (CAUC) junto a CEF para liberação financeira; planos de trabalho em análise.
* Planos em análise, em execução e aguardando prestação de contas.
*A CEF recebe o recurso da emenda liberada, e contingencia o recurso até que a conveniente regularize a sua situação; as Prestações de Contas finais são encaminhadas diretamente a CEF para análise.
*A CEF detém as informações sobre as contas analisadas e não analisadas, aprovadas e não aprovadas.

OUTRAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Especificação

- Acompanhamento da execução do Convênio celebrado SDC/MAPA/IBDI/PE – no valor de R\$ 220.650,00;
- Participação/acompanhamento do calendário oficial de Exposições e Feiras Agropecuárias Municipais e Estaduais;
- Assessoramento técnico do sistema operacional do SICONV às instituições públicas e privadas.
- Participação em Comissões: GCEA, CEDRS

6.2. Análise Crítica

Com o advento da promulgação da Portaria Ministerial nº 428 de 06 de junho de 2010 em que estabelece novas competências às SFA's, coube à Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário a competência, entre outras, de orientar a elaboração de propostas, analisar, acompanhar e proceder a fiscalização da execução de planos de trabalho, notadamente, de convênios e contratos de repasse.

Entretanto, no exercício de 2010, em face de situação de inadimplência de alguns órgãos voltados ao desenvolvimento agropecuário e ao cooperativismo, o DPDAG/SFA-AP, deu ênfase especificamente ao acompanhamento e execução de contratos de repasses.

Os contratos de repasses, sem dúvida revestem-se de importância grande, principalmente porque as dotações descentralizadas pelo Estado aos municípios, , não permitem que os gestores municipais possam executar projetos de investimentos necessários às comunidades; daí então, que qualquer aporte financeiro oriundo de emendas descentralizados ajuda muito.

Persiste a falta de capacidade executiva e o desconhecimento dos aspectos operacionais e técnicos, que tem sido fatores negativos a uma adequada execução das transferências efetuadas. Observa-se então, alguns contratos de repasse que devidos suas pendências (CAUC) junto ao órgão financeiro ainda não terem iniciadas suas execuções; muitos dos contratos, face às pendências anteriores até o momento não iniciaram suas execuções propriamente contidas nos Planos de Trabalho.

Continua a solicitação/indicação, por parte dos deputados amapaenses, de emendas parlamentares em número expressivo de propostas efetuadas para a aquisição de máquinas e implementos agrícolas (patrulha mecanizada), o que denota não só a necessidade destes equipamentos na lida dos trabalhos das Prefeituras, e atendimento mínimo das atividades agrícolas (preparo mínimo de área), como também a falta de conhecimento destes parlamentares para a proposição de outras necessidades de interesse comunitário.

Vale informar, que as propostas credenciadas, cadastradas (SICONV) e empenhadas no exercício de 2010 se deram de forma gradativa; atualmente todos os municípios, órgãos e setores (secretarias) do Estado foram cadastrados. Ainda continuam algumas dúvidas, necessidade constante de capacitação/treinamento pertinentes. No Amapá, somente a DPDAG promove a operacionalização no novo sistema de transferência de recurso do governo federal através do sistema – SICONV.

Com as informações repassadas posteriormente à SFA/AP é que começou a fluir gradativamente a operacionalização neste novo sistema. Não há servidores treinados em outros Órgãos Federais. Até o momento, somente a SFA/AP faz as operações necessárias de cadastramento de convenientes no SICONV; para algumas operações ainda persistem dúvidas.

Quanto às demais informações, medidas são solicitadas junto as Convenientes para sanar as inadimplências onde as ações desta Divisão, em conjunto com a GIDUR/MC-SR/CEF-AP, tem se dado no intuito da troca de informações de modo a sanar as pendências, dificuldades na execução, etc; também são empreendidas viagens aos municípios para a verificação, acompanhamento e orientação visando a resolução dos entraves técnicos in loco.

7. Declaração da área responsável atestando que as informações referentes a contratos e convênios ou outros instrumentos congêneres estão disponíveis e atualizadas, respectivamente no SIASG e SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei 12.309/2010.



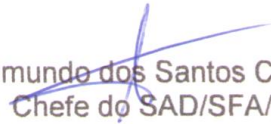
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura no Amapá
Serviço de Apoio Administrativo – SAD



DECLARAÇÃO

Declaramos para todos os fins que as informações referentes a contratos e convênios ou outros instrumentos congêneres, estão disponíveis e atualizados no Sistema Integrado de Administração-SIASG.

Macapá/AP, 15 de Abril de 2011.


Raimundo dos Santos Cardoso
Chefe do SAD/SFA/AP

8. Informações sobre cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730/93, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas.



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
SECRETARIA-EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAS

DECLARAÇÃO

Declaramos, para os devidos fins, que constam nos assentamentos funcionais dos servidores Alberto Jerônimo Pereira e José Calazans dos Santos, cópias de suas respectivas Declarações de Imposto de Renda, Ano-base 2009 Exercício 2010.

Brasília, 15 de fevereiro de 2011

Carlos Antonio Portuêz de Assunção
Chefe de Divisão da CGAP

DECLARAÇÃO referente ao rol de responsáveis no exercício de 2010.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO.
SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DA AGRICULTURA NO AMAPÁ
SEÇÃO DE GESTÃO DE PESSOAS



DECLARAÇÃO

DECLARAMOS, em cumprimento ao artigo 1º da Lei nº 8.730/1993 e Instrução Normativa nº 5, de 10/03/1994, do Tribunal de Contas da União que os servidores abaixo relacionados estão em dias com a apresentação da Declaração de Imposto de Renda, Exercício 2010, ano base 2009.

- Ruy Santos Carvalho – Superintendente
- Renato da Rocha Portal – Chefe do DDA
- Luiz Carlos Pinheiro Borges – Chefe do DPDAG
- Adelson Alfonso Carneiro Fernandes – Chefe do SIFISV
- Raimundo dos Santos Cardoso – Chefe do SAD
- Adriano Benicio Valadares – Chefe do SIFISA
- Luiz Afonso Mira Pincanço – Chefe do SPA
- Maria Valcirene Pantaleão Barbosa – Chefe do SCC
- Sebastião Paulo de Souza – Chefe do SESAG
- Luiz Lopes Lacerda – Chefe do SEOF
- Graciema Maria Santos da Silva Dias – Chefe da SGP
- Maria Eliana Costa Queiroz – Chefe do SAOD
- Ubiraci de Sousa Silva – Chefe do SAG
- Nélcia Nunes da Silva – Chefe do NMAP
- Eulina Gomes dos Santos – Chefe do NPR
- Carlos Alberto Nobre Dias – Chefe do NTR
- Edinamar Dias de Araújo – Chefe do SMP
- Cláudio João Zorthéa – Chefe da UTRA/LJ

/Macapá-AP, abril de 2011.


Graciema Maria Santos da Silva Dias
Chefe do SRH/SAD/SFA/MAPA/AP

9. Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da UJ, contemplando os seguintes aspectos:

I. ambiente de controle

II. avaliação de risco

III. procedimentos de controle

IV. Informação e comunicação

V. monitoramento

9.1 Estrutura de controles internos da UJ

QUADRO A.9.1 – ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
Ambiente de Controle	1	2	3	4	5
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				x	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			X		
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.	X				
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.		X			
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.			X		
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.			X		
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			X		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			X		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		X			
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			X		
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.		X			
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.		X			
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			X		
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.		X			
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.			X		
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			X		
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	

10. Informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, materiais de tecnologia da informação (TI) e na contratação de serviços ou obras, tendo como referencia IN nº 1/2010 e Portaria nº 2/2010, ambas da secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e informações relacionadas à separação de resíduos recicláveis descartados em conformidade com o Decreto nº 5.940/2006.

10.1. Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

QUADRO A.10.1 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. ☐ Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?		X			
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.		X			
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).					X

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. ☐ Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?	X				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). ☐ Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?			X		
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). ☐ Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?	X				
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. ☐ Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?				X	
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). ☐ Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?				X	
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.					X
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.		X			
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.			X		
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. ☐ Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)?		X			
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. ☐ Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)?		X			

11. Informações sobre a Gestão do Patrimônio Imobiliário da UJ classificado como “bens de uso especial” de propriedade da União ou locados de terceiros.

11.1 Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	UF - AP		
	Macapá	2	1
	UF “n”		
Subtotal Brasil		2	1
EXTERIOR			
	NÃO IMÓVEIS NO EXTERIOR		
Subtotal Exterior			
Total (Brasil + Exterior)		2	1

Fonte: SMP/SAG/SFA-AP

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	UF -AP		
	Macapá	1	1
	Oiapoque (1)	1	1
	Laranjal do Jarí	1	1
	UF “n”		
Subtotal Brasil		3	3
EXTERIOR			
	NÃO IMÓVEIS NO EXTERIOR		
Subtotal Exterior			
Total (Brasil + Exterior)		3	3

Fonte: SMP/SAG/SFA-AP

(1) O imóvel existente e mantido pela SFA/AP, porém ainda a GRPU está legalizando

Quadro A.11.2 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

QUADRO A.11.3 – DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB A RESPONSABILIDADE DA UJ

UG	RIP	Regime	ESTADO de CONSERV.	Valor Do Imóvel			Despesa Com Manutenção No Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
				NÃO SE	APLICA			

Fonte: SMP/SAG/SFA-AP

12. Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ, contemplando os seguintes aspectos: planejamento; recursos humanos; segurança da informação; desenvolvimento e produção de sistemas; e contratação e gestão de bens e serviços de TI.

12.1 Gestão de Tecnologia da Informação (TI)

QUADRO A.12.1 – GESTÃO DE TI DA UJ

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.		X			
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.		X			
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.			X		
Recursos Humanos de TI					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	Servidores = 0 Terceirizados = 1				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.			X		
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.			X		
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.		X			
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.					X
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.				X	
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.				X	
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.					X
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	100%				
12. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.					X
13. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.				X	

14. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?					X
Considerações Gerais: Os quesitos em questão foram respondidos individualmente pelo tecnólogo em informática avançada Emanuel Emerson Moraes Guedes da CTIS de Brasília lotado para esta SFA, onde foi usada uma metodologia de monitoramento de equipamentos física e presencial e levantamento de documentos pertencentes ao setor de TI desta SFA (STI/SFA/AP).					

13. Informações sobre atualização de cartão de pagamento do governo federal, observando-se as disposições dos Decretos nºs 5.355/2005 e 6.370/2008.

Descrição	Justificativa	Responsável	Valor (R\$)
Despesas com aquisição de arame galvanizado nº 24	Para ser aplicada no programa de combate a mosca-da-carambola	Matricula siape nº 1018974	795,00
Manutenção de um motor de popa de 40 HP e do grupo gerador da Unidade de Oiapoque	Para atender ao programa da mosca-da-carambola na unidade	Matricula siape nº 1016683	1.800,00
Despesas com aquisição de materiais diversos e locação de um ônibus	Para atender ao programa da agulha oficial no estado	Matricula siape nº 1018717	6.880,23
Total			9.475,23

14. Informações sobre as renúncias Tributárias sob a gestão da UJ, bem como sobre as fiscalizações realizadas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil voltadas para a averiguação da regularidade das renúncias de receitas tributárias.

14.1 Renúncias Tributárias sob Gestão da UJ

QUADRO A.14.1 – RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS SOB GESTÃO DA UJ

Tributo	Legislação	Natureza da Renúncia (LRF, art. 14, § 1º)	Objetivos Socioeconômicos	Contrapartida Exigida	Prazo de Vigência	Medidas de Compensação
			NÃO SE APLICA			

Fonte:

14.2 Valores Renunciados e Respectiva Contrapartida

QUADRO A.14.2 - VALORES RENUNCIADOS E RESPECTIVA CONTRAPARTIDA

Valores	2008		2009		2010	
	Estimativa	Efetivo	Estimativa	Efetivo	Estimativa	Efetivo
Renúncia						
Contrapartida			NÃO SE APLICA			
Medidas de Compensação						

Fonte:

14.3 Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoa Jurídica e Física

QUADRO A.14.3 - CONTRIBUINTES BENEFICIADOS PELA RENÚNCIA – PESSOAS FÍSICAS

UF	2008		2009		2010	
	Quantidade	Valor Renunciado	Quantidade	Valor Renunciado	Quantidade	Valor Renunciado
AC						
AL						
AP						
AM						
BA						
CE						
DF						
ES						
GO						
MA						
MT			NÃO SE APLICA			
MS						
MG						
PA						
PB						
PR						
PE						
PI						
RJ						
RN						
RS						
RO						
RR						
SC						
SP						
SE						
TO						
Σ						

15. Informações sobre as providências adotadas para atender às deliberações exaradas em acórdãos do TCU ou em relatórios de auditoria do órgão de controle interno que fiscaliza a unidade jurisdicionada ou as justificativas para o seu não cumprimento.

15.1 Deliberações do TCU atendidas no exercício

QUADRO A.15.1 - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

(NÃO SE APLICA OS QUADROS ABAIXO)

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Descrição da Deliberação:					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Síntese da providência adotada:					
Síntese dos resultados obtidos					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

15.2 Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício

QUADRO A.15.2 - SITUAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG

Descrição da Deliberação:	
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Justificativa para o seu não cumprimento:	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	

15.3 Recomendações do OCI atendidas no exercício

QUADRO A.15.3 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Descrição da Recomendação:			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Síntese da providência adotada:			
Síntese dos resultados obtidos			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

15.4 Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício

QUADRO A.15.4 - SITUAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Descrição da Recomendação:			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Justificativa para o seu não cumprimento:			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

16. Informações sobre o tratamento das recomendações realizadas pela unidade de controle interno, caso exista na estrutura do órgão, apresentando as justificativas para os casos de não acatamento.



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura no Amapá
Serviço de Apoio Administrativo



INFORMAÇÕES

Informamos que as recomendações da auditoria interna do MAPA no ano de 2010, solicitadas através do ofício 201/2010/SE-MAPA, foram adotadas medidas para solucionar as inconformidades encontradas cujas documentações geradas para atender o relatório do grupo de trabalho da secretaria executiva, estão arquivadas no serviço de apoio administrativo – SAD/SFA/AP :

1. Memorando que solicita redução de custos operacionais administrativos.
2. Procedimentos licitatórios para contratar novas empresas de limpeza e conservação e manutenção de veículos.
3. Adotar providências em relação a valores pagos a mais nos contratos de limpeza e vigilância.

Macapá, 14 de abril de 2011

Atenciosamente,


Raimundo Santos Cardoso
Chefe do SAD/SFA/AP

PARTE B DO ANEXO II DA DN TCU 107/2010 - INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO

1. Declaração do contador responsável pela unidade jurisdicionada atestando que os demonstrativos contábeis (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial...

QUADRO B.1.2 - DECLARAÇÃO DO CONTADOR COM RESALVA

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
DECLARAÇÃO COM RESSALVA			
Denominação completa (UJ):			Código da UG:
SUPERINT.FED.DE AGRIC.,PEC.E ABASTECIMENTO/AP			130100
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a: a) CONTA COM IMPROPRIEDADE: 142900000 E 211230100. Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	Brasília, DF	Data	31 DE DEZEMBRO DE 2010.
Contador Responsável	Alberto Jeronimo Pereira	CRC nº	006624/T – GO

Anexo 1 - Plano de Providência Referente ao Relatório da Auditoria Anual de Contas nº 245008

A p r e s e n t a ç ã o

O Plano de Providências em questão, foi elaborado a partir da consolidação de providências setoriais efetuadas pelos responsáveis técnicos e administrativos dos setores que deram causa às inconformidades constatadas pelo Relatório de Auditoria nº 245008, exercício de 2009, encaminhado pela CGU - Regional do Amapá e recebido em 17.08.2009 pela SFA-AP.

A Portaria nº 106/2010-SFA/AP, de 29/09/2010, nomeando José Ramalho de Oliveira, Waldir Garcia de Oliveira, Adriano Benício Valadares e José Dorcele Paiva Rabelo para efetuar tal consolidação de providências, tinha sua vigência estabelecida até 04.11.2010. O Grupo de Trabalho teve prorrogada sua vigência pela Portaria nº 135/2010-SFA/AP, para o dia 19/11/2010, conforme cópias anexas. A partir daí, foram encaminhados ofícios circulares demandando providências para que o mister do Grupo fosse atingido (cópias anexas). É importante ressaltar que o referido Grupo de Trabalho só teve acesso ao Relatório de Auditoria definitivo poucos dias antes de encerrar sua primeira vigência, o que impossibilitou o cumprimento dos prazos acordados, sendo necessária, inclusive, uma nova prorrogação para que os trabalhos fossem concluídos. Também é de relevância citar aqui que o referido Grupo não tem nem a responsabilidade, nem tampouco competência para sanar as inconformidades detectadas, restringindo-se tão somente à consolidação das providências saneadoras e encaminhamento ao Gestor do Órgão.

PLANO DE PROVIDÊNCIAS REFERENTE AO RELATÓRIO DE AUDITORIA ANUAL DE CONTAS Nº 245008

1. CONSTATAÇÃO (011)

Inexistência de descrição e de interpretação de indicador de desempenho no Relatório de Gestão, acarretando falta de confiabilidade.

1.1 RECOMENDAÇÃO:

Apresentar a descrição, os objetivos e o programa para o qual o Indicador está vinculado, para uma melhor avaliação e compreensão dos Indicadores.

1.2 Providências Implementadas: Em resposta as providências tomadas foram feita a apresentação de novo relatório de gestor revisado, onde consta a descrição, objetivos,

indicadores de desempenho e resultados físicos e financeiros, corrigidos das incongruências detectadas pela GCU, assim como justificativa quanto a ação 8.572- conforme fax 82/2010-DAS/DSV.

2. Prazo: 03/11/2010, conforme memo. 23/2010-Sefisv-SFA-Ap, atendendo memo. circular do Grupo de trabalho 01/2010-SFA-Ap.

3. CONSTATAÇÃO: (020)

Ausência de procedimento adequado de controle e acompanhamento das transferências concedidas.

3.1 RECOMENDAÇÃO:

Analisar as prestações de contas pendentes dentro do prazo legal, referentes a convênios concedidos, evitando descontrole e desorganização por parte do setor competente.

2.2 Providências Implementadas: Em resposta à constatação o gestor apresentou o ofício nº 32/209/SAD/GAB/SFA-AP, no qual apresentou a seguinte manifestação: “O processo 21008.00079/2006-72 foi feito a prestação de contas, porém em 01 de julho de 2009 foi elaborada a Nota Técnica 81/2009, dos servidores André Luiz Caparelli e Gerson Tamio Sato, membros da Comissão Especial contendo várias recomendações à Conveniente DIAGRO, para atendê-las. Por sua vez, a DIAGRO enviou dois volumes respondendo a referida Nota Técnica, porém até a presente data, os volumes não foram analisados”.

2.3 Prazo: Situação normalizada em 05/11/2010

4. CONSTATAÇÃO (010) Servidores percebendo indevidamente adicional de insalubridade.

4.1 RECOMENDAÇÃO:

Aprimorar e fortalecer os controles internos de registros na área de gestão dos recursos humanos, apurar os pagamentos indevidos constatados e determinar ao setor competente os acertos.

4.2 Providência Implementadas: Foram excluídos os adicionais de insalubridade dos servidores.

Prazo: Imediato

5. CONSTATAÇÃO (030)

Laudo pericial ambiental expedido por empresa particular em desconformidade com a legislação vigente.

5.1 RECOMENDAÇÃO:

Providenciar a expedição de outro lado pericial em conformidade com a Orientação Normativa/MPOG nº04.

5.2 Providências Implementadas: Foi emitido o Memorando nº 031/2010/SRH/SFA-AP, de 09.07.2010, tendo sido expedido o Ofício nº 576/2010/SIFISV/AP para a delegacia Regional do trabalho em Macapá, solicitando inspeção e emissão de novo Laudo.

5.3 Prazo: 13.10.2010

6. CONSTATAÇÃO (022)

Realização indevida de dispensas de licitação.

6.1 RECOMENDAÇÃO:

Recomenda-se que o Gestor Federal faça o planejamento adequado de seus gastos, principalmente de despesas previsíveis, utilizando-se da dispensa de licitação como exceção e somente nas situações previstas em Lei.

Providências Implementadas: Foram adotadas as medidas recomendadas para todas as contratações previsíveis. As dispensas realizadas foram fruto de uma situação de exceção, em que o período disponibilizado para as contratações foi infinitamente inferior ao estritamente necessário para sua efetivação através de processo regular. Destarte, todas as dispensas foram previamente submetidas à análise jurídica pela A.G.U., através do Núcleo de Assistência Jurídica, o qual emitiu competente parecer autorizando sua realização.

6.2 Prazo:

7. CONSTATAÇÃO (023)

Pagamento efetuado a empresas com documentação SICAF vencida.

7.1 RECOMENDAÇÃO:

Recomenda-se que o Gestor que efetue pagamentos a entes após a devida comprovação de regularidade dos mesmos perante a Fazenda Pública, INSS e FGTS.

7.2 Providências implementadas: Havíamos respondido através do Memo. nº 21/2010/SEOF/SFA/AP, de 19 de maio de 2010, a solicitação de Auditoria nº 24008/013 com todas as justificativas (cópia anexa). Segue justificativas referentes às CONSTATAÇÕES

(023) e (025). Refiro-me aos processos 21008.000413-2009-31, 21008.000746-2009-60, 21008.000408-2009-28, 21008.000751-2009-72 e 21008.000747-2009-12. O setor baseou-se nos pagamentos anteriores que se verificando a situação da empresa junto ao sistema SICAF e a mesma estava com a situação vencida, comunicava-se ao proprietário da empresa, o mesmo atualizava e trazia o comprovante “Certidão” e anexava-se ao processo, tornando a empresa adimplente, embora pelos trâmites do sistema só aparece depois. Em nenhum momento houve a intenção de efetuar pagamento sem o cumprimento das normas. Doravante há a determinação de não se empenhar e nem pagar contratadas sem a atualização das obrigações no sistema SICAF.

7.3 Prazo: 19.05.2010

8. CONSTATAÇÃO (025):

Execução do objeto contratado sem prévio empenho.

8.1 RECOMENDAÇÃO:

Recomenda-se ao Gestor Federal que execute sua despesa de acordo com o que dispõe a Lei 4.320/64, empenhando a despesa anteriormente a sua liquidação.

8.2 Providências Implementadas: Com referência ao processo 21008.000849/2009-20, ocorreu engano do chefe do SAG, naquela ocasião, em publicar como vencedora do certame a Empresa J.C.BORGES – ME com valor de R\$ 27.759,09 (vinte e sete mil, setecentos e cinquenta e nove reais e nove centavos), enquanto sua cotação foi de R\$ 31.043,50 (trinta e um mil, quarenta e três reais e cinquenta centavos), após verificado o engano foi republicado para a firma J. RABELO & CIA LTDA – ME que apresentou menor preço com o valor de R\$ 27.759,04 (vinte e sete mil setecentos e cinquenta e nove reais e quatro centavos). Diante disso ocorreu atraso para a elaboração do empenho, haja vista, que foi realizado novamente todos os trâmites legais. O processo 21008.000876/2009-01, em razão do encerramento do exercício no qual não houve tempo hábil para proceder a tramitação legal, o Ordenador de Despesas (Superintendente), reconheceu a dívida do exercício anterior (2009) e solicitou o crédito no elemento de despesa 3390.92 (despesas de exercício anteriores) e posteriormente encaminhou ao SEOF para empenho, liquidação e pagamento. Desta forma, atendemos o que foi solicitado pelo Gestor desta Unidade. Hoje há a determinação de se efetuar pagamentos a contratados somente mediante a regularização de suas obrigações, atendendo o disposto no Art. 60 da Lei 4.320/64. Os Processos 21008.000413/2009-31, 21008.000746/2009-60, 21008.000747/2009-12, 21008.000511/2009-78, 21008.000387-2009-30, 21008.000745-2009-15 e 21008.000432-2009-67, foi feito todo o procedimento legal, a licitação foi concluída e encaminhado para

empenho, concomitantemente autorizou-se a empresa a começar os serviços. Constatamos que se encontravam naquela ocasião, já com os trabalhos acabados, contrariando o Art. 60 da Lei 4.320/64, diante disso pedimos ao Chefe do SAD justificativa quanto ao atraso no encaminhamento do processo para realização do empenho. Diante da justificativa apresentada, sob sua responsabilidade, elaboramos o empenho. Doravante há determinação que se não avance em fases antes de se concluir o processo de empenho. Encaminhamos também em anexo, a justificativa do Ordenador de despesas para melhores esclarecimentos.

8.3 Prazos: 19.05.2010

9. CONSTATAÇÃO (031)

Subcontratação irregular em contrato de locação de veículos

9.1 RECOMENDAÇÃO:

Realize efetivamente a fiscalização dos contratos firmados, fazendo cumprir estritamente as cláusulas contratuais, conforme determina o Art. 66 da Lei 8.666/93.

Providências Implementadas: Todos os contratos realizados possuem fiscal devidamente nomeado. Os contratos efetivados pelas Superintendências Federais de Agricultura seguem modelo pré- estabelecido pelo Ministério da Agricultura em Brasília, sendo adaptados de acordo com o caso em concreto. Ocorre que o tempo disponibilizado para a efetivação das ações necessárias para a realização da campanha de vacinação em todo o Estado do Amapá foi muito curto, sendo que as ações finalísticas tiveram de ser priorizado, o que de certa forma dificultou o acompanhamento das ações administrativas. Os contratos por serem predefinidos acabaram por conter cláusulas dispensáveis como foi o caso da citada no contrato 11/2009. Entendemos que não existe há óbice jurídico na subcontratação de veículos desde que os serviços sejam prestados a contento, como foi o caso. Destarte, trata-se de ação interna da empresa contratada, restando à Administração a exigência da prestação dos serviços, ficando por conta daquela a forma de prestar os serviços.

9.2 Prazo:

10. CONSTATAÇÃO (037)

Ausência de informação, no Relatório de Gestão da UJ, de inscrição em restos a pagar no valor total de R\$ 1.295.615,68.

9.1 RECOMENDAÇÃO

Recomenda-se ao Gestor Federal que preste informações corretas em seu relatório de gestão, de maneira a refletir sua real atuação na gestão e administração de recursos público federais.

9.2 Providências Implementadas:

Não foram enviadas justificativas para compor este relatório

9.3 Prazo:

11. CONSTATAÇÃO (021)

Concessão de diárias a servidor em período simultâneo ao de suas férias

10.1 RECOMENDAÇÃO

Recomenda-se ao gestor Federal que proceda junto ao servidor proposto a devolução dos valores correspondentes ao período em que efetivamente não se afastou, na forma do parágrafo único do Art. 59 da lei 8.112/90.

10.2 Providências Implementadas: Foi emitido o memorando nº 029/2010-SRH/SFA-AP, de 09.06.2010 solicitando ao chefe da Divisão Técnica que determinasse ao Chefe do SEDESA/SAF/AP, o recolhimento de R\$- 1.042,52, pelo servidor Alberto Carvalho Canto, referente ao período de 17 à 22/07/2009 sendo emitida GRU e o recolhimento efetuado pelo mesmo.

10.3 Prazo: 07/07/2010

12. CONSTATAÇÃO (027)

A Unidade não utiliza o Sistema de Concessão de Diárias e Passagens - SCDP.

11.1 RECOMENDAÇÃO

Recomenda-se que a Unidade Gestora utilize o SCDP na concessão de diárias e passagens a seus servidores, adequando-se às normas legais vigentes.

11.3 Providências Implementadas: Conforme informações das servidoras, Maria Elita da Silva Cardoso e Joana de Fátima Ribeiro da Silva, cadastradas como Gestoras Setoriais do Sistema SCDP pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e designadas através da Portaria nº 144/2009-SFA/AP, as mesmas estão esperando a implantação e o devido treinamento para que o sistema venha a ser executado.

11.3 Prazo: Não definido.

13. CONSTATAÇÃO (032)

Concessão de diárias a empregados da Empresa BERNACOM contrata pela Unidade.

12.1 RECOMENDAÇÃO

Recomenda-se ao Gestor Federal que proceda à apuração dos fatos apontados objetivando a responsabilização de quem deu causa aos fatos apontados e a devolução, pelos propostos, dos valores indevidamente pagos.

12.2 Providências Implementadas: Em razão desta Seção não ter tomado conhecimento da Solicitação de Auditoria nº 245008/015, somente depois foi encaminhado o Memorando nº 053/2010, ao Chefe da Divisão de Defesa Agropecuária para que providenciasse junto ao Chefe do SIFISA/AP, o recolhimento dos valores pagos em duplicidade. Emitido as GRU's e o recolhimento efetuado com os respectivos valores em nome RAIMUNDO ALMEIDA COELHO (R\$ 531,00), CHELDON BENICIO F. DIAS (R\$ 2.301,50), ALDEVANDRO PEREIRA SILVA (R\$ 796,50) e AGOSTINHO TABORDA LOPES (R\$ 708,00).

12.3 Prazo: 22/09/2010

14. CONSTATAÇÃO (033)

Concessão indevida de diárias a empregados de empresa contratada pela entidade.

13.1 RECOMENDAÇÃO: 001

Recomenda-se ao Gestor Federal que apure a responsabilidade de quem deu causa ao fato apontado, tomando as providências adequadas.

RECOMENDAÇÃO: 002

Faça com que se proceda à devida devolução das diárias pelos propostos, no valor total de R\$5.044,50 do proposto nº 1 e R\$2.566,50 do proposto de nº 2, visto que não se

afastaram à trabalho, na forma do parágrafo único do Art. 59 da lei 8.112/90 e parágrafo único do Art. 7º do Decreto 5.992/2006.

RECOMENDAÇÃO: 003

Realize levantamento geral de suas concessões de diárias e passagens, objetivando identificar situações semelhantes à constatada para posteriores providências cabíveis.

13.2 Providências Implementadas: Foi emitido o Memorando nº 030/2010-SRH/SFA/AP, de 09/07/2010, solicitando ao Chefe da Divisão Técnica que determinasse ao Chefe do SEDESA/SFA/AP o recolhimento dos valores pagos. Emitido as GRU's o citado recolhimento foi efetuado com os respectivos valores em nome de BERLISOM MOREIRA DOS SANTOS TAVARES (R\$ 2.566,50) e PAULO SÉRGIO GOMES VILHENA (R\$ 5.044,50). Os documentos relacionados acima já foram encaminhados a CGU/AP e TCU/AP para comprovação.

13.3 Prazo: 21/10/2010

CONSTATAÇÃO (009)

Utilização indevida de dispensa de licitação quando caberia a modalidade convite.

14.1 RECOMENDAÇÃO

Programar/planejar com antecedência as compras necessárias ao bom funcionamento da Unidade a fim de se evitar aquisições de bens e serviços diretamente.

14.2 Providências Implementadas: Todos os processos abertos, antes de seguir, são analisados pela Advocacia Geral da União, através do núcleo de assessoramento jurídico-NAJ/MCP que é dever zelar pela constitucionalidade e legalidade dos atos administrativos praticados, pois naquele momento deveria ter indeferido e orientado a SFA/AP a proceder à aquisição do serviço através da modalidade apropriada, já que essa instituição é detentora do conhecimento das legislações que rege os órgãos federais. Destarte a AGU/NAJ/MCP deveria também ser questionada por deixar ao gestor do órgão a responsabilidade pelo deferimento da dispensa na modalidade incorreta.

14.3 Prazo: Não foi definido prazo

Macapá, 03 de dezembro de 2010.

José Ramalho de Oliveira
Presidente

ANEXO 2

Declaração do SICONV



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura no Amapá - SFA-AP
Divisão de Produção e Política e Desenvolvimento Agropecuário
D P D A G / A P



DECLARAÇÃO

Declaro que as informações referentes aos Convênios e Contratos de Repasse, sendo estes geridos pela Caixa Econômica Federal/GIDUR/MC-AP onde analisamos as propostas das entidades convenientes, de ambas as modalidades, exceto os convênios formalizados diretamente pelos Órgãos singulares do MAPA, sob a responsabilidade desta Unidade Gestora, estão disponíveis e atualizados no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parcerias – **SICONV**, conforme estabelece o art. 19 da Lei Federal nº 12.309 de 09 de agosto de 2010, de acordo com o item 07 do Anexo II da DN TCU nº 107, de 27 de outubro de 2010.

Ciente das responsabilidades civis desta declaração, firmo o presente,

Macapá/AP, 15 de abril de 2011


Sebastião Paulo de Souza
DPDAG/SFA-AP

Superintendência Federal de Agricultura no Amapá – SFA-AP
Rua Tiradentes, 469 – Centro. CEP 68906-38 – Fone: (96)3223-3055 R-203 – Fax 32233071
E-Mail: sepdag-ap@agricultura.gov.br